

O DISCURSO DA IMPRENSA SOBRE OS MILITARES

ANDRE RICARDO NUNES MARTINS

**BRASILIA
1992**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO

O DISCURSO DA IMPRENSA SOBRE OS MILITARES

ANDRÉ RICARDO NUNES MARTINS

Orientadora: Profa. Dra. Maria Izabel S. Magalhães

Co-orientador: Prof. Dr. Murilo Cesar Ramos

DISSERTAÇÃO APRESENTADA À
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA COMO
REQUISITO PARCIAL PARA A
OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM
COMUNICAÇÃO.

Brasília
1992

"A UTOPIA É, SEM DÚVIDA ALGUMA, O DERRADEIRO REDUTO DAQUELES
QUE NÃO DESESPERARAM DA LIBERDADE."

(Alceu Amoroso Lima)

A Antonio Fortunato Martins, meu pai, quem
primeiro me despertou para a problemática
dos militares na política brasileira.

AGRADECIMENTOS

Nesta página, quero expressar minha gratidão a todos aqueles que - de uma forma direta ou no anonimato - contribuíram para a viabilização deste trabalho. A pesquisa teve o apoio da Universidade de Brasília, através da Faculdade de Comunicação, e da CAPES, que financiou a bolsa de estudos.

Meu reconhecimento:

Aos colegas, professores e funcionários da Faculdade de Comunicação, pela convivência acadêmica.

Aos bibliotecários da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e da Biblioteca Central da UnB, pelo auxílio na localização da bibliografia e do corpus da pesquisa.

Aos profissionais da imprensa e estudiosos da questão militar, pelas informações e análises que enriqueceram a pesquisa.

Minha gratidão:

A Ana e Marta, pelo "apoio logístico"

Ao Paulinho, por sua boa vontade e empenho na digitação

Ao professor Murilo Ramos, pelo debate e pelas críticas

À professora Maria Izabel, pelo acompanhamento e paciência no
processo de aprendizagem

A Darlene, pelo incentivo e solidariedade no percurso

A DEUS, Senhor e Rei, pela oportunidade na história.

RESUMO

Esta dissertação analisa o discurso da imprensa sobre os militares no período da "Nova República". Na perspectiva da linguagem como espaço privilegiado de exercício do poder - segundo os pressupostos da Análise do Discurso Crítica - observa-se como a imprensa trabalha sentidos do papel dos militares e o desempenho destes na cena política brasileira.

Por meio da análise das marcas linguísticas e dos implícitos dos textos da imprensa - reportagens, editoriais e artigos assinados - mostra-se como o discurso da imprensa reforça o papel de tutela que os militares têm desempenhado na política brasileira.

A análise revela assim como a imprensa se engaja na formação de um consenso e como este consenso imprime uma orientação determinada na construção do discurso sobre os militares. Percebe-se, finalmente, como esse engajamento da imprensa contribui para a manutenção do status-quo na medida em que impede um debate mais amplo sobre a democratização na sociedade brasileira.

ABSTRACT

This thesis analyses the discourse of the press about the armed forces during the period called "New Republic." Considering language as a favoured space for the exercise of power - according to assumptions of Critical Discourse Analysis - it is seen how the press produces meanings of the role of the armed forces in the Brazilian political scene.

By means of the analysis of linguistic traces and implicits in texts of the press - reports, editorials and signed articles - it is shown how the discourse of the press reinforces the tutorship role that the armed forces have played in politics.

The analysis thus reveals how the press engages in the formation of a consensus and how this consensus determines a particular orientation in the production of the discourse about the military role. Finally, it is shown how this engagement of the press contributes to the maintenance of the status-quo as this prevents a larger debate about the democratization of Brazilian society.

ÍNDICE

	página
INTRODUÇÃO.....	1
1- A GÊNESE DO CONSENSO.....	1
2- AS IMPLICAÇÕES DO CONSENSO.....	3
3- AS PERSPECTIVAS DA PESQUISA.....	5
CAPÍTULO 1 - OS MILITARES, A IMPRENSA E SUAS ESPECIFICIDADES INSTITUCIONAIS.....	11
1.1- QUEM SÃO OS MILITARES.....	11
1.1.1- OS MILITARES NA HISTÓRIA DA REPÚBLICA.....	13
1.1.2- COMO OS MILITARES INTERVÊM NA POLÍTICA.....	15
1.2- A IMPRENSA COMO INSTITUIÇÃO PRODUTORA E VEICULADORA DE IDEOLOGIA.....	20
1.2.1- A IMPRENSA NA TRANSIÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA.....	25
CAPÍTULO 2 - A NOÇÃO DE DISCURSO E OS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS....	31
2.1- DISCURSO COMO PROCESSO SOCIAL - A IDEOLOGIA.....	32
2.2- FORMAÇÃO DISCURSIVA, ENUNCIADO E A CONSTRUÇÃO DO TEXTO....	39
2.3- OS GÊNEROS DO DISCURSO E AS MARCAS LINGUÍSTICAS.....	44
CAPÍTULO 3 - OS MILITARES NA CENA POLÍTICA BRASILEIRA: AS DIMENSÕES LINGUÍSTICAS DOS TEXTOS.....	50
3.1- "DA POLÍTICA AD PORÇO'".....	50
3.2- "PODER CIVIL MODERA A VOZ NA ANISTIA'".....	56
3.3- "MILITAR PREVÊ MANUTENÇÃO DE SEU PAPEL".....	63
3.4- "OS MILITARES E A ANISTIA".....	70

ÍNDICE (cont.)

3.5- "UMA QUESTÃO DE ESTADO".....	78
3.6- "SILÊNCIO NA VILA".....	86
3.7- "MILITARES COORDENAM MELHOR".....	96
CAPÍTULO 4 - A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO.....	101
4.1- O CONTEXTO POLÍTICO DA "NOVA REPÚBLICA".....	101
4.2- AS REGULARIDADES DISCURSIVAS.....	107
4.3- O ENGAJAMENTO DA IMPRENSA NA FORMAÇÃO DO CONSENSO.....	127
CONCLUSÃO.....	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	144
ANEXO I	
ANEXO II	
ANEXO III	

INTRODUÇÃO

1- A GÊNESE DO CONSENSO

Vinte e seis de abril de 1984 - esta é a data que se apresentou à opinião pública como um dos marcos da campanha do governador mineiro Tancredo Neves, pelas oposições, à sucessão do presidente João Figueiredo, via Colégio Eleitoral.

Era uma data já esperada. Um dia antes, a emenda que estabelecia eleição direta para presidente havia sido derrotada no Congresso. Bem antes disso, porém, políticos de diversos partidos já se articulavam em favor da candidatura de Tancredo, indiferentes à movimentação popular em prol de eleições diretas. Mas, foi só a partir dessa data que o trabalho de articulação em torno de Tancredo Neves começa realmente a crescer, até mesmo nas fileiras do partido governista. Por isso mesmo, as últimas tentativas de se votar as diretas-já são praticamente ignoradas pelas principais lideranças políticas.

A vitória do candidato Paulo Maluf na convenção do Partido Democrático Social-PDS (o partido governista), em agosto de 1984, gera um racha entre os pedessistas e, daí a dois meses, com o apoio irrestrito da maioria dos governadores do PDS, a chapa Tancredo-Sarney já é considerada virtualmente vencedora, faltando ainda três meses para a reunião do Colégio Eleitoral.

À primeira vista, parece que fugimos do tema a que nos propomos nesta pesquisa. Acreditamos, no entanto, que a digressão é válida porque evidencia como o processo político imediato - que gera a Nova República - se configura desde o início como um amplo acordo, que permitiu reunir desde representantes dos partidos

comunistas proscritos aos dissidentes de última hora do partido governista, em prol de um candidato de consenso e, principalmente, aceitável aos chefes militares.

O veterano político Tancredo Neves mostra-se bem talhado para o papel. Sua pregação em favor de uma candidatura consensual contra a opção oficial do regime militar vem desde o início do governo Figueiredo com a formação do Partido Popular-PP, reunindo políticos oposicionistas e outros egressos da extinta Aliança Renovadora Nacional-Arena, partido de sustentação do governo militar, antecessor do PDS.

Semanas após a definição dos candidatos ao Colégio Eleitoral - quando a possibilidade de vitória mostra-se ainda indefinida - o candidato da oposição passa a se encontrar discretamente com chefes militares. Ao candidato, interessa que sejam respeitadas as regras do jogo que o favorecem. Da parte dos chefes militares, busca-se garantir no programa de governo os interesses da corporação que envolvem a doutrina de segurança nacional, os projetos tecnológicos das forças armadas(i), a preservação do papel dos militares e o esquecimento dos crimes cometidos pela repressão militar.

O diálogo Tancredo/militares evolui, favoravelmente, apesar das provocações de segmentos contrários. O apoio de alguns chefes militares influentes e o respeito por parte do presidente Figueiredo e dos ministros militares às regras do jogo revertem qualquer tentativa de reação à vitória da oposição no Colégio Eleitoral. O

(i)- Nesta pesquisa, optamos por grafar as instituições imprensa e forças armadas com iniciais minúsculas. Nas citações, poderão vir com maiúsculas, em respeito ao original

afastamento do general Newton Cruz - apontado como um dos líderes da hipotética reação - do Comando Militar do Planalto foi tido como um gesto de boa vontade pelos partidários do candidato opositor. Está assegurado, assim, o consenso preconizado pelo candidato envolvendo todos os segmentos influentes da sociedade.

2- AS IMPLICAÇÕES DO CONSENSO

O PDS carregava consigo naqueles idos de 84 todo o desgaste pelo fato de ser o partido de sustentação do regime militar que vinha se enfraquecendo ao longo de um processo que remonta a meados da década de 70. As derrotas progressivas em 74, 78 e 82 expressavam a indisposição da opinião pública para com o regime militar e seus expoentes. Reflexos da repressão política, a censura, o autoritarismo, aliados aos fracassos na área econômico-financeira fazem crescer o movimento de oposição ao regime militar. As manifestações ganham as ruas no primeiro semestre de 84 com a campanha pelas diretas-já. Pesquisas de opinião pública indicam que 90% da população quer ~~em~~ eleger diretamente o novo presidente.

A derrota no Congresso Nacional faz esvaziar a campanha pelas diretas ao tempo em que facções da elite dominante percebem a conveniência de se apoiar um candidato identificado com a campanha e que seja confiável. Isso significa ter um governo com respaldo popular e que também garanta seus principais interesses.

Desse modo, antes que alcance apoio popular configurado nos comícios realizados no segundo semestre de 84, a candidatura Tancredo Neves já é vista como simpática e a mais conveniente por diversos segmentos da sociedade. A mídia e, em especial, a televisão

vai ser fundamental nesse processo. O discurso da mídia trabalha na construção de alguns sentidos específicos: a derrota das diretas-já representa um fato consumado, irreversível, o candidato Tancredo Neves é um político respeitável, competente e desfruta de um largo apoio da sociedade. Ao contrário, o candidato Paulo Maluf é representante de um regime militar decadente, não tem respaldo popular, é acusado de corrupção e sua vitória representa um risco para o equilíbrio da sociedade.

Esse discurso se generaliza na sociedade, possibilitando uma interpretação maniqueísta e personalizada do processo político. O candidato Maluf é apresentado como a encarnação do mal e o candidato Tancredo, como um respeitável político e homem de bem. A vitória do primeiro é fator de desagregação social. Já a vitória do segundo corresponde ao anseio popular.

Enquanto o debate na imprensa e na sociedade se empobrece, nos bastidores trava-se a discussão em torno do projeto de governo do candidato Tancredo Neves e a distribuição dos cargos no primeiro e segundo escalões do futuro governo. O ministério então formado, mais tarde confirmado pelo vice que tomou posse, é reflexo das negociações políticas e das composições entre as facções da elite dominante.

O consenso construído por Tancredo e seus correligionários - alicerce de sua vitória no Colégio Eleitoral - implica uma composição com todas as forças políticas que o apoiam, uma plataforma mínima de propostas para o governo e, no caso específico, o respeito às prerrogativas militares. Sendo assim, o regime civil que surge, apesar da retórica política, não se propõe - de fato, não o faz - a fugir dos parâmetros estabelecidos pela elite militar que desencadeou o processo de distensão política na década anterior.

Sintomático desse vínculo é o apoio do ex-presidente Ernesto Geisel - tido como um respeitável líder no Exército - ao candidato oposicionista.

Sendo assim, a candidatura Tancredo-Sarney repete nos anos 80 a estratégia governista que caracterizou a distensão política na segunda metade dos anos 70 - um processo lento, gradual e seguro.

E é a força desse processo e sua abrangência na sociedade que determinam o discurso da imprensa sobre os militares na Nova República. A formação discursiva, (v.Cap.2, seq.2) que o origina, é marcada pelo consenso que se generaliza e é apresentado como a saída possível ao regime militar. Por esse viés, torna-se inócuo reivindicar para o processo político brasileiro - é um dos subentendidos - o mesmo tratamento dispensado aos militares na Argentina, onde um governo eleito pelo povo teve a ousadia e a força política necessária para levar a julgamento os chefes militares responsáveis pela repressão.

A imprensa situa seu discurso destacando o novo tempo, realçando os aspectos distintos do regime anterior, esquecendo-se, porém, de questionar o passado ou de evidenciar que esse novo foi determinado pelo velho.

3- AS PERSPECTIVAS DA PESQUISA

A relevância do papel desempenhado pelos militares na história brasileira recente, a emergência da discussão desse papel durante a Nova República, a possibilidade de retrocesso político via militarismo como tema recorrente na sociedade brasileira e o desempenho da instituição imprensa na prevalência de alguns sentidos sobre os militares e o militarismo são as principais razões que

justificam esta pesquisa.

A escolha deste período histórico - 1985/89 - para a análise do discurso da imprensa se justifica porque corresponde ao primeiro governo civil na sociedade brasileira depois de mais de 20 anos de regime militar. Com os militares deslocados do governo, as instituições políticas passam por um processo de mudança, de re-arranjo que culmina com a elaboração da nova Constituição. Durante esse período, o papel dos militares e a função das forças armadas na realidade brasileira são temas recorrentes no noticiário da imprensa e motivo de debate na sociedade. Daí a necessidade de investigar como os militares e seu papel são repensados, discutidos e avaliados na imprensa, no bojo de um processo político de redefinição institucional.

Sendo assim, o objetivo geral que norteia este trabalho é analisar como se constrói o discurso da imprensa sobre os militares durante a Nova República. Este objetivo se desdobra em dois:

- 1) investigar quais são e como são construídos sentidos do papel dos militares no discurso da imprensa; e
- 2) investigar o processo discursivo da imprensa por meio da análise da relação entre militares e a democratização da sociedade brasileira.

Trabalhamos com as seguintes hipóteses:

Primeira: Se a imprensa funciona como instituição reforçadora do status-quo, seu discurso aponta para a legitimação e naturalização do papel de tutela dos militares na política.

Segunda: Se o reconhecimento da preponderância dos militares na resolução das crises políticas não se faz de forma pacífica ou homogênea

- posto que é produto de conflitos de interesses, o discurso da imprensa sobre os militares vai veicular sentidos diversos que se originam de diferentes lugares de fala.

Terceira: Como o processo discursivo da imprensa é um fenômeno social e político que engendra relações de poder, o discurso da imprensa sobre os militares vai estabelecer e reforçar alguns sentidos em detrimento de outros. Esta prevalência de sentidos impõe limites ao processo de democratização na sociedade, uma vez que impede um debate amplo da questão.

Para atender aos propósitos da pesquisa, resolvemos trabalhar com textos da grande imprensa, isto é, os jornais e revistas de maior prestígio e poder de influência sobre os demais meios de informação e sobre a sociedade. Neste propósito, escolhemos os jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo, Jornal do Brasil e Correio Braziliense. Entre as revistas, escolhemos Veja e Isto é.

A busca dos textos se deu pessoal e diretamente nos jornais e revistas e também com o auxílio do arquivo de recortes de jornais e revistas da Câmara dos Deputados e Senado Federal. De posse deste material, selecionamos 30 textos, assim divididos: 10 reportagens, 10 editoriais e 10 artigos assinados. Este conjunto de textos constituiu o corpus discursivo ampliado, que nos possibilitou identificar as regularidades linguísticas e selecionar algumas para análise.

Com base nos critérios de regularidade e importância para a construção do discurso da imprensa sobre os militares, selecionamos as seguintes marcas linguísticas: operadores argumentativos, advérbios modalizadores, formas verbais perifrásticas, nominalizações metáforas(v.Cap.2, sec.3). Após essa análise geral do corpus ampliado, destacamos 7 textos, um de cada jornal ou revista, sobre os

quais desenvolvemos uma análise detalhada(v.Cap.3). São textos que figuram como exemplos do discurso da imprensa sobre os militares.

Para a análise do contexto desse processo discursivo, servimo-nos também de entrevistas com profissionais da imprensa e estudiosos da questão militar. A entrevista funcionou como um processo de interação(Haguette,1987). Esse processo tornou-se útil e relevante na medida em que nos possibilitou um cruzamento de dados, favorecendo a confirmação e a retificação de algumas hipóteses estabelecidas ao longo da pesquisa. Esse cruzamento de dados, como passo metodológico, extraímos de Stubbs(1984). Ao trabalhar essa perspectiva, Stubbs sugere o termo triangulação, mostrando que "essencialmente se refere à coleta e comparação de diferentes perspectivas sobre uma situação"(id.:234).

Dessa forma, foram realizadas 12 entrevistas(a relação dos entrevistados está no anexo II) no período de janeiro a março de 1992. As entrevistas se realizaram de modo informal e versaram sobre o papel dos militares na cena política durante a Nova República, o comportamento da imprensa na cobertura do tema e sua participação no processo político.

A análise do discurso, como instrumental teórico(v.Cap.2), permitiu-nos embasar a pesquisa, situando o discurso da imprensa sobre os militares como um processo histórico e, por isso mesmo, dinâmico e complexo, mas também passível de interpretação e explicação. Na própria tessitura desse discurso, e mesmo na sua construção, estão presentes os compromissos e as limitações da instituição imprensa.

O trabalho se constitui de quatro capítulos. No primeiro,

apresentamos as duas principais instituições envolvidas nesse processo discursivo: as forças armadas e a imprensa. Discutimos a participação dos militares no processo histórico brasileiro, suas características como instituição e sua presença na cena pública durante a Nova República. A imprensa é apresentada como uma instituição não apenas veiculadora, mas também produtora de ideologia. Analisamos, por conseguinte, sua função relevante no forjar sentidos no processo social, bem como sua contribuição para a prevalência de alguns desses sentidos.

No capítulo dois, apresentamos os pressupostos teóricos que embasam o trabalho. A análise do discurso é vista na perspectiva de um campo teórico que trabalha o discurso como um processo histórico-social. Discutimos alguns conceitos-chave como formação discursiva, enunciado, condições de produção, texto e gênero. Os estudos desenvolvidos por Roger Fowler e Gunther Kress(1979), John B. Thompson(1984), Teun van Dijk(1989), Norman Fairclough(1989) e Eni Orlandi(1987) são fundamentais como bases teóricas desta pesquisa.

O capítulo três traz a análise de 7 textos que constituem o corpus restrito da pesquisa. Trata-se de uma análise pormenorizada de cada texto, com destaque para os principais enunciados na fixação de sentidos no discurso. São analisadas três reportagens, dois editoriais e dois artigos assinados que contemplam cada um dos 7 meios de informação escolhidos para a pesquisa.

O quarto e último capítulo compõe-se de três seções. Na primeira, consideramos o contexto sócio-político da Nova República, que é de importância fundamental para a compreensão do processo discursivo. Na segunda seção, temos a análise das regularidades discursivas que caracterizam o discurso da imprensa

sobre os militares. E na última seção, discutimos a participação da instituição imprensa na formação do consenso que deu origem e sustentou a Nova República e como isso imprimiu uma certa perspectiva na construção do discurso da imprensa sobre os militares. O capítulo no seu todo procura mostrar o discurso como um processo histórico, cuja construção se faz numa perspectiva dinâmica, variável e ideológica, com base na formação discursiva na qual se origina.

CAPÍTULO 1

OS MILITARES, A IMPRENSA E SUAS ESPECIFICIDADES INSTITUCIONAIS

A Análise do Discurso trabalha o texto como produto de um processo discursivo (v.Cap.2). Este processo se situa na realidade histórico-social, que o admite e o viabiliza. O discurso não se dá num vazio, antes ele surge mediado por instituições e a elas vinculado. São as instituições - incluso aqui o processo social - e o gênero que vão produzir o discurso segundo determinadas características e não outras.

Neste capítulo, vamos considerar as duas principais instituições envolvidas no processo discursivo em análise: a própria imprensa e o objeto do seu discurso, os militares. Começemos pelos militares.

1.1 - QUEM SÃO OS MILITARES

Ao trabalharmos os militares como instituição não temos em vista que os mesmos sejam um segmento homogêneo, coeso, embora seja claro que há uma tendência nesse sentido, como veremos adiante. Os militares, como qualquer outro grupo social, apresentam divergências entre si, que vêm à superfície no processo social. Como objeto discursivo da imprensa, no entanto, os militares representam aquele segmento da sociedade que durante vinte anos(1964-84) ocupa o governo, impondo um regime autoritário ao país.

Alfred Stepan(1986), ao estudar a instituição militar e sua participação no processo de superação do regime autoritário de 64, concebe três componentes entre os militares que são: os militares como governo, a comunidade de segurança e os militares como

instituição. O primeiro componente é representado pelo grupo palaciano, o general-presidente e seus principais assessores, ou seja, a liderança do Estado. O segundo componente é representado pelos militares que se envolveram na coleta de informações, repressão, tortura e operações armadas clandestinas internas. Finalmente, o terceiro componente constitui-se da grande maioria da corporação militar, a tropa, que cuida das atividades rotineiras da instituição.

Com base nessa perspectiva, Stepan imagina quatro configurações como hipóteses na tentativa de explicar porque os militares entregam o poder aos civis em 1985. Voltaremos a este tópico no Capítulo 4, ao discutirmos o contexto político que propiciou o surgimento da Nova República. Como temos por objetivo analisar o discurso da imprensa sobre os militares na perspectiva de sua intervenção no processo político, não vamos aqui particularizar os militares - como o fez Alfred Stepan - mas procurar vê-los como grupo social num contexto sócio-político em que se vê forçado a deixar o governo, cuja administração no Estado é questionada por grupos e movimentos sociais e cujo papel e função serão redefinidos no processo constituinte.

Os militares podem ser vistos como uma organização complexa e formal, na perspectiva da Teoria das Organizações Formais. Considerando a situação em tempos de paz, e segundo a análise de Amitai Etzioni (1974), que estabelece um paralelo entre as organizações formais, utilizando o consentimento como padrão de comparação, podemos constatar que os militares são controlados por meio dos recursos materiais (soldos, gratificações.) e também pela manipulação dos recursos simbólicos (os apelos ao patriotismo, segurança nacional,

anticomunismo). Os baixos vencimentos representam um dos fatores que influenciam a relação dos militares com o governo. Ao mesmo tempo, há uma sensibilidade em alto grau a elementos simbólicos, como o significado do patriotismo, nacionalismo, disciplina e o respeito à hierarquia.

Os militares possuem uma estrutura hierárquica muito sólida, possuindo diversos níveis representados pela estratificação da oficialidade. As recompensas - salários e promoções - são o principal meio de controle sobre os membros de níveis inferiores. De um modo geral, os militares formam uma organização do tipo utilitário, na medida em que o recrutamento dos seus quadros é altamente seletivo, prevalecendo a competição. Além disso, seu âmbito - número de atividades em que seus participantes estão envolvidos em conjunto - é pequeno, sua permeabilidade é baixa (ou seja, há um pequeno número de atividades para as quais a entidade estabelece normas) e, por fim, a coerção surge como padrão secundário. Na organização militar, a coesão ajuda a fixar qualquer norma. Observa-se uma grande ênfase na coesão, no pensamento homogêneo. Considera-se que a estrutura hierárquica bem articulada promove a coesão e favorece a disciplina.

1.1.1 - OS MILITARES NA HISTÓRIA DA REPÚBLICA

A República surge, no Brasil, por meio de um golpe de Estado. Tropas do Exército lideradas pelo marechal Deodoro da Fonseca depõem o gabinete do Visconde de Ouro Preto e dão um ultimato ao imperador Dom Pedro II, encerrando a Monarquia. O marechal torna-se o primeiro chefe de governo e de Estado do novo regime. Seu sucessor é o vice, também marechal, Floriano Peixoto. O ciclo de presidentes

civis se estabelece, a partir de 1894, com Frudente de Moraes. A partir daí, os militares passam a sofrer um processo de desgaste muito grave, que começa com a humilhação imposta ao Exército no episódio de Canudos, quando o líder carismático Antonio Conselheiro e seus seguidores chegam a vencer as primeiras batalhas. Nos anos 20, a insatisfação entre os militares atinge seu ápice, provocando o surgimento de inúmeros levantes, principalmente de parte da baixa oficialidade (Carone, 1972:363), cujos melhores exemplos são a Revolta do Forte de Copacabana em 1922, a Revolução de 1924 no Rio Grande do Sul e em São Paulo, a Coluna Prestes e o movimento tenentista, como ficou conhecida essa articulação por parte da baixa oficialidade, visando à recuperação do prestígio do Exército e à moralização do governo (Forjaz, 1977:34).

Os militares darão aval a Getúlio Vargas, tanto no movimento que derruba o presidente Washington Luís como na instauração do Estado Novo, em 1937. Os mesmos militares de 37 serão decisivos na derrubada de Getúlio Vargas em outubro de 1945, como repercussão da derrota do Nazi-fascismo na Europa.

No período que vai de 1946 a 1964, as principais intervenções dos militares na política ocorrem durante a crise política que precede o suicídio de Getúlio Vargas; o golpe preventivo de novembro de 1955 para assegurar a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek, e o golpe frustrado na tentativa de impedir-se a posse do vice-presidente João Goulart, logo depois da renúncia do presidente Jânio Quadros.

Em abril de 1964, no entanto, os militares tomam o poder e estabelecem um governo arbitrário, que evolui para uma ditadura militar. Dez anos depois, começa o lento processo de

distensão política, cheio de altos e baixos, e que se efetiva com o progressivo desaparecimento da censura aos meios de informação, a tolerância às manifestações públicas e greves, o fim do Ato Institucional no. 5(AI-5) e a decretação da anistia política no final dos anos 70. Já aí, a liderança do governo militar assume publicamente o discurso da redemocratização.

A transição política do regime militar para o Estado de direito, que se inicia com o governo Figueiredo, compreende um período de dez anos e se encerra com a eleição presidencial direta em 89. É um processo longo e que a partir de certo momento torna-se irreversível. A Nova República - como veremos no Capítulo 4 - representa a etapa final desse processo de superação do regime militar.

Na Nova República, os militares estão representados no primeiro escalão do governo por meio dos ministros do Exército, Marinha, Aeronáutica, Gabinete Militar, Estado-Maior das Forças Armadas e Serviço Nacional de Informações; ou seja, seis ministros militares - quase um terço de todo o ministério - estão entre os principais assessores do presidente da República. Os episódios mais importantes quanto à intervenção dos militares nesse período são a ocupação de portos e refinarias de petróleo no ano de 1987, o lobby e as pressões sobre os constituintes e a invasão da Companhia Siderúrgica Nacional-CSN, em novembro de 1988.

1.1.2 - COMO OS MILITARES INTERVÊM NA POLÍTICA

A transição política, já sob o controle civil, se desenrola levando-se em conta o pressuposto de que os militares intervêm na cena política. Tal pressuposto vai caracterizar a dinâmica do

processo, propiciando avanços e recuos. Segundo estudos recentes, esse fenômeno encontra paralelo na grande maioria dos países do Terceiro Mundo, e na América Latina, em especial. Portanto, não se trata de um caso brasileiro, embora, nosso processo guarde suas singularidades.

Robert Wesson(1986), ao analisar as instituições militares latino-americanas, faz um exame da ideologia e da doutrina que caracterizam os militares. Segundo ele, em função de sua devoção ao status e à ordem, as forças armadas são basicamente conservadoras. A ideologia militar se caracteriza por um certo orgulho no serviço e na tradição. Ele acentua: "A espinha dorsal da ideologia militar é, todavia, a aderência ao próprio sistema militar, a sua hierarquia e integridade e bem-estar institucional"(id.:125). Segundo ele, em determinado momento, os militares podem considerar-se chamados a guiar a nação e legislar por seu próprio desígnio. Já em outro, podem ver-se forçados a obedecer a líderes civis e permanecer como mantenedores da ordem estabelecida.

Para Wesson, o enfraquecimento do regime militar brasileiro se dá em virtude de dois fatores: a erosão da unidade e disciplina no interior das forças armadas e as incertezas quanto às estratégias para o desenvolvimento econômico. Uma nova doutrina se impõe, em substituição à Doutrina de Segurança Nacional que forjou o regime militar. Nessa nova perspectiva, torna-se vantajoso para a própria instituição o desengajamento dos militares do processo político. A ênfase passa a ser, então, a construção do "consenso" juntamente com outros setores da elite visando a um modelo econômico viável.

Na compreensão do papel político dos militares, Robert Wesson observa que a ausência de conflitos externos combina-se com a

fraqueza das instituições civis para favorecer a intervenção militar nas questões domésticas. Além disso, o autor cita mais três razões que favoreceriam a intervenção militar na política nos países latino-americanos: o treinamento intensivo dos oficiais (forçando sua coesão e unidade), a rígida educação militar, enfatizando o enclausuramento dos militares e a carência de partidos políticos fortes, capazes de guiar as forças armadas.

Um outro estudioso do militarismo na América Latina, Augusto Varas (1985), aponta para a história desses países e mostra que o papel fundamental desempenhado pelo exército na formação do Estado foi sempre utilizado para justificar sua própria autonomia institucional. Segundo ele, os militares aspiram a um Estado estável e equilibrado. "Qualquer indecisão ou desacordo sério dentro do Estado parece ameaçador e subversivo aos militares" (id.:2).

Varas observa que os militares desempenharam um papel crucial na formação dos Estados latino-americanos. Primeiramente, forçando a unidade nacional formal, "estabelecendo limites às rivalidades entre diversas oligarquias latino-americanas ou tornando-se o braço armado de uma oligarquia local específica" (id.:7). Depois, facilitando a expansão das forças produtivas capitalistas, a exemplo do regime militar brasileiro de 64, conforme o estudo do brazilianista René Dreifuss (1981).

Para Augusto Varas, a conjuntura internacional vai pesar preponderantemente na formação da ideologia militar no continente latino-americano a partir da segunda guerra mundial. A Guerra Fria possibilitou uma estreita aliança entre as forças armadas dos Estados Unidos e os militares da América Latina. Dois efeitos se

manifestaram: as forças armadas enfrentaram um processo de modernização e profissionalização, por um lado; e por outro, elementos ideológicos como, por exemplo, o anticomunismo - consequência direta da Guerra Fria - se disseminaram nas instituições militares latino-americanas. Os golpes e ditaduras que surgiram a partir de então buscaram "introduzir reformas sérias e estabelecer a ordem social e econômica"(id.:14).

Augusto Varas enfatiza que a história desses países mostra uma tendência das forças armadas no sentido de dar suporte à industrialização, bem como apoiar projetos conservadores e repressivos, em reação aos movimentos de esquerda ou dos trabalhadores. O autor destaca três motivos que explicam esse fenômeno: a absorção por parte dos militares de influências ideológicas conservadoras, tanto dos setores da sociedade como do exterior; o desenvolvimento de idéias conservadoras derivadas de sua própria organização; e a não-submissão ao controle civil, que poderia neutralizá-las politicamente e convertê-las em apoio de regimes democráticos.

O professor Valeriano Mendes Ferreira Costa(1991), em estudo sobre as forças armadas e a nova ordem constitucional no Brasil, se aproxima da tese esposada por Augusto Varas. Segundo Ferreira Costa:

"Participação política e autonomia institucional, são, portanto, os traços básicos da história das FFAA brasileiras. E ainda que analiticamente distinguíveis são, na verdade, aspectos de um processo histórico mais amplo: a formação do Estado Nacional"(id.:7).

Ferreira Costa observa também que uma análise estritamente

funcionalista não basta para explicar a complexidade do fenômeno da intervenção militar. Ele ressalva: "As conveniências de uma análise exclusivamente institucional não devem encobrir o fato de que as FFAA são ao mesmo tempo resultado e agente daquele processo"(id.:7).

Ferreira Costa defende a idéia de que a autonomia militar foi construída historicamente. A participação política dos militares tem raízes nas condições históricas, não sendo apenas um efeito de conjuntura imediata. Para Ferreira Costa, existe uma tendência nas FFAA no sentido de "se autonomizar e projetar sobre o Estado a sua 'tutela'(id.:8).

Outro estudioso do militarismo no Brasil, João Quartim de Moraes(1987) - num ensaio em que discute as formas de autonomização da instituição militar no Brasil - mostra que há convergência nos estudos recentes do fenômeno, caracterizando-se a posição das forças armadas no aparelho de Estado como de autonomia, e a sua relação com o poder político central como de tutela. E estabelece o vínculo: "É por disporem de autonomia no seio do Estado que as Forças Armadas podem tutelá-lo"(id.:11). E é essa autonomia das forças armadas que faz com que a instituição trate qualquer "ingerência" exterior, mesmo com base na lei, como ameaça às suas prerrogativas.

Para Eliézer Rizzo de Oliveira(1987) - em ensaio em que analisa a relação entre Constituinte, forças armadas e autonomia militar - é preciso evitar a dicotomia que estabelece que a sociedade civil tende à democracia e a instituição militar tende à ditadura. "Na sociedade civil como no aparelho militar convivem forças e vontades de sustentação tanto para a democracia quanto para o autoritarismo"(id.:147).

Eliézer Rizzo tem em vista o conceito de autonomia militar

como a capacidade para "definir, com grande independência em relação aos demais setores e atores do Estado e da sociedade, seus próprios objetivos políticos, estratégicos e materiais"(id.:148). Ele acentua:

"A autonomia envolve a capacidade de lutar pela obtenção dos meios que o aparelho militar define como necessários àqueles fins, ao passo que as forças políticas representadas no Estado tendem a reconhecer não apenas a autonomia militar como também a legitimidade da presença e das aspirações militares"(ibid.).

Em relação a este último aspecto destacado por Eliézer Rizzo, vamos observar que na Nova República o consenso se estabeleceu de tal forma que, não obstante toda a dinâmica e supresas que caracterizam um processo político, as reivindicações militares firmadas nos acordos entre o candidato a presidente Tancredo Neves e os líderes militares nos encontros informais que precederam a reunião do Colégio Eleitoral, conseguem ser implementadas sem qualquer prejuízo para a instituição militar. Desse consenso, a instituição imprensa participa e imprime sua marca, como veremos no Capítulo 4. Agora, vamos caracterizar a instituição imprensa.

1.2 - A IMPRENSA COMO INSTITUIÇÃO PRODUTORA E VEICULADORA DE IDEOLOGIA

Neste trabalho, temos a imprensa como instituição social que possui sua historicidade e sua própria dinâmica no processo político. Mais do que interpretar textos - produtos desse processo - veiculados por diferentes jornais e revistas, nossa proposta é analisá-los com referência às suas condições de produção(v. Cap.2).

Essa perspectiva nos leva a considerar a imprensa como instituição que se situa no contexto das sociedades ocidentais capitalistas.

O discurso da imprensa, via de regra, guarda algumas características peculiares: a pretensão de imparcialidade, a busca do consenso, a aparente neutralidade, a expectativa de um público-alvo mediano. Sua posição na estrutura sócio-política molda o processo de produção. Segundo Raymond Williams(1982:50), os meios de comunicação "são sempre social e materialmente produzidos e, é claro, reproduzidos".

Marina Camargo Heck(1980) chama a atenção para o fato de que a mensagem veiculada pelos mass media não é somente produzida com um viés ideológico, mas é também consumida ideologicamente. Ao investigar essa dimensão ideológica dos meios, Heck cita Poulantzas(1971), mostrando que a ideologia está no funcionamento da relação sócio-imaginária, o que vai originar um conhecimento falso da realidade.

Poulantzas admite que "a ideologia encontra-se a tal ponto presente em todas as actividades dos agentes, que não é discernível da sua experiência vivida"(id.:31). Em seguida, propõe que a função social da ideologia:

"não é oferecer aos agentes um verdadeiro conhecimento da estrutura social, mas simplesmente inseri-los de algum modo nas suas actividades práticas que suportam esta estrutura"(ibid.).

É preciso, pois, compreender esse nível em que a imprensa existe e cumpre seu papel social para que o discurso por ela produzido seja entendido em seu contexto social mais amplo. Segundo

Heck, "existe um nível de estrutura profunda que é invisível e inconsciente, que continuamente estrutura nossa percepção de consciência imediata de uma maneira distorcida"(ibid.)

No contexto das sociedades capitalistas ocidentais, a imprensa desempenha um papel de extrema importância na construção da realidade social. Como veremos no Capítulo 4, a imprensa teve um papel fundamental na formação do consenso que possibilitou o surgimento da Nova República e a manutenção das prerrogativas das forças armadas ao longo da transição política. Sua capacidade e a própria necessidade social de se uniformizar e homogeneizar o pensamento coletivo leva ao desempenho desse papel. Ciro Marcondes Filho considera a imprensa por seu caráter de massificação nos sistemas capitalistas:

"A imprensa organizada de forma capitalista não permite que as idéias individuais sejam consideradas. A venda em massa de jornais força a uniformidade e a jurisprudência"(1984:38).

Teun A. van Dijk(1989), em seu artigo *Critical News Analysis*, sugere que o processo de produção de notícias é controlado por processos de cognição social e também por representações sociais compartilhadas por jornalistas como um grupo social e profissional. Ele mostra também como as notícias da imprensa detêm sua especificidade em relação a outros gêneros. Elas têm características estruturais específicas, encerram uma relevância peculiar, na apresentação das informações, admitem uma organização temática e cognitiva, bem como um estilo e retórica. Para Van Dijk, "as estruturas de relatos de notícias não são autônomas, mas funcionais dentro do contexto complexo de produção compreensão e uso das notícias na imprensa"(id.:8).

Van Dijk também percebe a ligação entre poder, ideologia e os meios de informação. Estes desempenham um papel muito específico nas estruturas sociais. Longe de serem monolíticos, eles também admitem contradições, mas estão ligados intimamente com as instituições e formações sociais dominantes. "As ideologias que os sustentam formam-se lentamente durante a socialização profissional, mesmo quando há variação individual e resistência incidental contra o consenso dominante"(id.:13). Essa idéia reforça o pensamento de Ciro Marcondes Filho que fala da uniformidade que a imprensa imprime.

O controle que os grupos dominantes exercem sobre o que é veiculado não é algo que se estabelece preferencialmente por uma intervenção direta ou por meio da censura. Segundo Van Dijk, trata-se de algo mais sutil, por meio de valores e normas compartilhadas por aqueles que produzem as notícias. "Nas sociedades industrializadas, os meios(de informação) são uma instituição básica, senão a mais importante, de (re)produção ideológica, possivelmente ainda mais importante que o sistema de educação formal"(id.:14).

Ao investigar a dimensão da recepção das notícias da imprensa, Van Dijk expõe uma questão séria no dia-a-dia dos editores e responsáveis pela organização da pauta nos jornais e revistas. Segundo eles, publica-se o que o público quer. Van Dijk vê nisso um pressuposto de natureza ideológica, uma vez que - afirma - pesquisas têm demonstrado que os editores sabem pouco acerca dos interesses reais do público e que eles têm uma baixa expectativa sobre os leitores bem como pouco interesse em pesquisar documentos de interesse dos leitores e o comportamento de leitura. E prossegue:

"Jornalistas obtêm mais retorno dos próprios colegas e

provavelmente de amigos, membros da família e conhecidos, isto é, em sua maioria pessoas da mesma formação sócio-cultural. E também o interesse do público não é resultado de um processo autônomo, mas sim de uma construção de base ideológica em que os próprios meios (de informação) desempenham um papel importante" (id.:23).

A produção dos textos de notícias é essencialmente um processo de reconstrução que se dá por meio da seleção, em que está implícito um processo de apagamento, e da sumarização dos fatos que serão veiculados. Para Van Dijk, esse processo será determinado tanto por relações internas - no nível da estrutura hierárquica da equipe editorial - como também por relações externas, pela dialética de poder com as instituições menos poderosas e com as mais poderosas, com as organizações ou grupos menos poderosos e mais poderosos, tanto em relação aos clientes quanto às fontes e aos atores das notícias. Além disso, Van Dijk mostra como a imprensa está voltada prioritariamente para as figuras de poder da sociedade. Há uma dependência da imprensa em relação às fontes de notícias permanentes e confiáveis, em relação às agências e aos comitês de imprensa dos grandes órgãos e instituições. Por isso, é que "os meios não apenas mediam, mas também ampliam o poder simplesmente por meio de uma descrição diária dos poderosos como atores primários na sociedade" (id.:17).

Esta também é a visão do jornalista Gilberto Dimenstein, (1992) ao justificar porque trocou temporariamente seu trabalho de repórter político por um trabalho investigativo sobre a realidade dos meninos de rua no Brasil. Eis seu depoimento:

"Redescobri a reportagem política, geralmente vista como

a cobertura da engenharia do poder oficial, a viagem pela máquina humana de produzir vaidades, ambições, sonhos louváveis de grandes homens e interesses escusos de gente mesquinha"(id.:14).

Dimenstein também mostra como a imprensa acaba criando um círculo vicioso em torno das figuras do poder, corroborando assim a análise crítica de Van Dijk.

"Eis a chave para entender a chatice da cobertura política, a incapacidade de jornais e jornalistas de fugir dos notáveis, reproduzindo os jogos oficiais que, na maioria das vezes, interessam apenas à elite. Boa parte do noticiário é eivada por especulações, cascatas, projetos individuais ou de grupos poderosos. Tudo isso parece distante do leitor comum" (ibid.).

Em suma, o que se percebe é a compreensão de que as práticas, a organização e o processo de produção de notícias atuam de maneira sistemática, favorecendo as elites, e dessa forma, desempenham seu papel na reprodução do poder.

1.2.1 - A IMPRENSA NA TRANSIÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA

Nesta seção, vamos considerar brevemente a forma como a imprensa colaborou no processo de transição política que se estendeu da distensão promovida pelo governo Geisel até a Nova República. Uma análise mais profunda da participação da imprensa na formação do consenso, que possibilitou o fim do regime militar, será apresentada no Capítulo 4.

Celina Rabello Duarte(1983) - em artigo no qual analisa a participação da imprensa no processo de redemocratização do Brasil -

mostra como o governo Geisel se utilizou da imprensa para fortalecer, na opinião pública, seu projeto liberalizante. A relação governo x imprensa apresentava uma complexidade em virtude da postura ambígua que o governo adotava em relação à imprensa. Ao mesmo tempo que foi promovendo uma liberalização gradativa dos principais meios de informação, o governo também acionou, em alguns momentos, mecanismos de censura e controle, de forma direta ou indireta. De fato, somente no governo seguinte - com a extinção do AI-5, a anistia e outros mecanismos de liberalização - é que a imprensa passou a contar com autonomia no exercício de sua função, sem riscos de ser alvo de censura ou mesmo de repressão, como ocorria no governo Geisel.

Nesse período, a imprensa terá um papel fundamental na sustentação do projeto de distensão política encetado pelo governo. Em virtude de se tratar de uma distensão lenta, gradual e segura, o processo de liberalização da imprensa comportou marchas e contramarchas. Tanto o governo quanto a imprensa tinham fortes interesses em que aquele se tornasse viável. Duarte sugere que os empresários da imprensa não somente tinham interesse no sucesso desse projeto político, como também tinham consciência que sua autonomia naquela conjuntura era algo limitado e precário.

Já no governo Figueiredo, a imprensa fica livre dos mecanismos de censura direta, embora outras formas de censura e pressão tenham, de uma forma ou de outra, permanecido. Mais críticos em relação ao governo, os meios passam a se comportar de forma autônoma, observando, no entanto, os limites estabelecidos pela linha editorial de cada veículo. É o fenômeno que se convencionou chamar de auto-censura. Tal fenômeno caracteriza o próprio funcionamento da imprensa como instituição social nas sociedades capitalistas. De acordo com

Van Dijk(1989): o funcionamento da instituição requer uma base ideológica de sustentação, o que vai impor restrições ao processo de produção de notícias. Ao se falar em termos de imprensa livre, esconde-se sob esse rótulo o próprio compromisso institucional de favorecer as elites. Van Dijk esclarece:

"Na prática, esta liberdade se define e está associada também em termos com a liberdade (e consequentemente com o poder) das organizações multinacionais, e com todas aquelas estruturas de poder que são os principais atores das notícias e clientes da imprensa ocidental" (id.:17).

A imprensa brasileira, uma vez que está nesse contexto, reflete também essa vinculação. O que se pode observar naquele período é um certo efeito político que se produziu pelo fato de a imprensa ter sido forçada pela censura durante mais de dez anos. Assim, no governo Figueiredo, a recuperação de espaço político pela imprensa refletirá em matérias mais ousadas, críticas e independentes, em relação ao governo, tomando-se como parâmetro o que vinha sendo feito até então.

Foi assim que a imprensa teve um papel de destaque no sucesso da campanha civil pela realização das eleições diretas para presidente, no primeiro semestre de 1984. Três anos antes, a imprensa teve um desempenho contundente na cobertura do atentado político no Riocentro, fazendo um trabalho de investigação que expôs a relação estreita entre alguns chefes militares e o frustrado atentado.

Face a sua posição na estrutura de poder, a imprensa brasileira, através da grande maioria dos meios de informação, se engaja na campanha do candidato oposicionista Tancredo Neves ao

Colégio Eleitoral e rechaça o candidato situacionista, apresentando-o de forma desfavorável perante a opinião pública. A imprensa participa ativamente da formação desse consenso que resulta na Nova República.

Nesta terceira e última etapa da redemocratização política do país, o processo social expõe os compromissos da imprensa com a defesa do status-quo e a manutenção da ordem social. A democracia formal se firma sobre alguns pontos e os meios de informação vão se engajar na defesa desse processo político formal. Acreditamos que houve diferenças na política editorial dos diferentes veículos, explicitando as contradições do sistema, o que não significa, em absoluto, ruptura com os esquemas de sustentação do poder.

Ariel Fingerman - ao analisar o fenômeno da reportagem na Nova República - observa que aquele período caracterizou-se "mais como um freio à explosão democrática, que propriamente o despertar do Novo"(1987:193). Isso, segundo ele, aparece na produção jornalística. Ainda segundo Fingerman:

"Com uma maior liberdade de ação do jornalista, agora sem ameaça de prisão ou exílio, o obstáculo não é mais o Estado e sim o próprio meio de comunicação, cujo proprietário, identificado com o poder estabelecido, exerce pressão sobre o jornalista. A reportagem realizada atualmente no Brasil é reflexo de toda esta situação" (id.:194).

O jornalista José Hamilton Ribeiro - numa conferência sobre o fenômeno da reportagem na Nova República - mostra que as expectativas que se criaram em relação às possibilidades de crítica da imprensa durante o regime civil foram frustradas. Segundo ele, o novo regime não alterou basicamente o trabalho de repórteres, promovendo o

aprofundamento da cobertura da imprensa. Nas suas palavras:

"Existia uma grande expectativa na abertura política do país porque todo mundo pensava: "Depois que os militares caírem, aí sim que vai ser bom". O genro do Maluf que roubou dinheiro, o caso do Riocentro, o Baumgarten, tudo isto vai ser desnudado. E não aconteceu nada, piorou" (id.:141).

O discurso da imprensa sobre os militares durante a Nova República vai revelar esse processo histórico pelo qual passou a imprensa desde que o governo começou a acenar com seu projeto de distensão paulatina. Como veremos nos capítulos seguintes, a instituição imprensa desempenhou papel relevante na naturalização de sentidos ideológicos com relação aos militares e seu papel na cena política do país.

Neste capítulo vimos o contexto institucional dos militares como forças armadas e da imprensa. Tal contexto é também moldado pelo processo social no qual as instituições estão envolvidas. Os militares são apresentados como uma organização complexa e formal - na perspectiva da Teoria das Organizações Formais. Mostramos também como se deu sua participação na história da República e de que maneira os militares intervêm na política.

Com relação à imprensa, mostramos como se constitui numa instituição produtora e veiculadora de ideologia. Os meios de informação funcionam como apoio das estruturas sócio-políticas, contribuindo para a manutenção do status-quo. Vimos ainda como a imprensa participou da transição política se aliando aos segmentos

sociais que forjaram o consenso do qual emergiu a Nova República.

No capítulo seguinte, apresentamos a noção de discurso, como a utilizamos neste trabalho, e os pressupostos teóricos que sustentam a análise que procedemos.

CAPÍTULO 2

A NOÇÃO DE DISCURSO E OS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Investigar o discurso da imprensa sobre os militares possibilita-nos compreender as condições sob as quais se constrói um papel para os militares na cena política brasileira. Fazê-lo tendo por referencial teórico a Análise do Discurso (daqui por diante AD) significa explicitar os mecanismos linguísticos utilizados para favorecer uma imagem e um papel de sujeito para os militares e fazer calar ou sumir outras possíveis interpretações vigentes no interior da sociedade.

A AD tem se revelado uma teoria adequada em alguns trabalhos que se tem feito ultimamente enfocando a questão da linguagem como prática social. Maria Izabel S. Magalhães(1991) fez a análise do discurso da mulher por meio das propostas que foram enviadas à Constituinte. Também Célia Ladeira Mota(1992) utilizou-se da AD para analisar a produção de sentidos no telejornalismo brasileiro. Ambos os trabalhos são exemplos das possibilidades que o emprego da AD propicia.

Nossa opção pela AD deu-se em função de ser um campo teórico que, embora desenvolvido na Linguística, trabalha a noção de discurso na perspectiva de um processo histórico-social. Os vários textos da imprensa sobre os militares são produtos desse processo que é determinado por condições específicas de produção. Os textos estão, na verdade, interligados entre si por meio daquilo que se chama intertextualidade, ou seja, um texto não é um produto isolado desse processo, mas, ao surgir, um determinado texto já

admite pressupostos, veicula sentidos já-ditos, faz referência a outros textos, enfim, carrega uma história que permite seu surgimento e possibilita sua leitura e os sentidos que lhe são atribuídos.

Para o analista de discurso, não é pertinente a identificação de um pretenso sentido literal, uma vez que a atribuição de sentidos e a prevalência de um deles é algo que se faz historicamente com base nas condições de produção. Segundo Eni Orlandi (1990:35), a tarefa do analista de discurso é:

"apreender a sua historicidade(do texto), o que significa colocar-se no interior de uma relação de confronto de confronto de sentidos."

2.1- DISCURSO COMO PROCESSO SOCIAL - A IDEOLOGIA

Vemos assim que o discurso é antes de mais nada um processo social que guarda sua historicidade e que se constrói dinamicamente pela operação de inúmeros fatores da dinâmica social que vão constituir as suas condições de produção.

Ao trabalharmos a noção de discurso como processo social consideramos a questão do poder e da ideologia. Roger Fowler e Gunther Kress(1979:190) - num pioneiro artigo sobre a linguística crítica - identificaram o propósito da linguagem no processo social:

"A linguagem serve para confirmar e consolidar as organizações que lhe dão forma, sendo usada para manipular as pessoas, para estabelecê-las e mantê-las em papéis e status economicamente convenientes para manter o poder das agências de estado, corporações e outras instituições."

E é esse propósito da linguagem que confere importância à ideologia, localizando-a no processo discursivo. Fowler e Kress afirmam que a linguagem não somente codifica diferenças de poder, mas é também instrumento para sua reprodução. Essa concepção crítica nega aquela visão tradicional da linguagem como apenas um reflexo de processos e estruturas sociais. Por conseguinte, interpretar não é simplesmente uma questão de apreender a semântica que os textos expõem, mas antes trata-se de:

"processo de recuperar os sentidos sociais expressos no discurso pela análise de estruturas linguísticas à luz de seus contextos interacional e social mais amplo." (id.:196).

Outro teórico da AD - John B. Thompson (1984) - também considera a ideologia como fator fundamental na construção de sentidos no processo social. Segundo ele, analisar a ideologia requer basicamente estudar a linguagem, e isto significa analisar os meios através dos quais o sentido é utilizado para sustentar as relações de dominação. Thompson expõe três modos nos quais a ideologia opera: em primeiro lugar, a ideologia possibilita que as relações de dominação se mantenham à medida em que são apresentadas como legítimas; segundo, a ideologia opera por meio da dissimulação fazendo com que as relações de dominação sejam escondidas, negadas ou falseadas; e em terceiro lugar, a ideologia opera por meio da reificação, isto é, ela possibilita a representação de um estado de coisas transitório, histórico como se fosse algo permanente e natural.

Thompson chama a atenção para o papel que a linguagem desempenha no sentido de simplificar os processos sociais:

"A linguagem não somente simplifica e mistifica: ela também provê indivíduos com um sistema de classificação. Como um meio de classificação, a linguagem impõe ordem sobre o mundo facilitando tanto o controle dos indivíduos sobre o fluxo da experiência como o controle da sociedade sobre as concepções de realidade" (id.:121).

Na construção da realidade, portanto, a linguagem desempenha um papel fundamental à medida em que é instrumento de poder. Nas palavras de Bourdieu: "A linguagem não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas também um instrumento de poder"(apud Thompson, 1984:131).

Para conceituar poder, recorreremos às explicações de Thompson sobre o fenômeno. Ele concebe a relação entre ação e estrutura distinguindo três níveis de abstração, sendo que cada um desses níveis produz um aspecto do fenômeno do poder.

Os níveis são o da ação, o das instituições sociais e o da estrutura social. No nível da ação, o poder se caracteriza pela habilidade que uns detêm em perseguir seus objetivos e interesses. Quem detém o poder de agir, efetivamente pode "intervir na sequência de eventos e alterar seu curso" (id.:129). No nível institucional, o poder "é a capacidade que habilita ou permite (**empowers**) a alguns agentes tomar decisões, perseguir fins ou realizar interesses" (ibid.). No nível da estrutura social, consideramos que o poder é uma capacidade limitada pelas condições estruturais "que circunscrevem a extensão da variação institucional"(ibid.).

Pelo que vimos, então, o processo discursivo evidencia as relações de poder engendradas no processo social. As palavras "ganham"

sentidos por meio desse intrincado processo social. Os sentidos são variáveis. As expressões surgem e adquirem relevância num texto e, mais ainda, os textos tornam-se relevantes num determinado discurso, não como por acaso, e sim como resultado de um processo histórico marcado intrinsecamente pelo fenômeno do poder. Thompson esclarece:

"O sentido de uma expressão é um fenômeno essencialmente aberto, inconstante, indeterminado, frequentemente estruturado em figuras retóricas e sempre suscetível de mudança "(id.:131).

Dessa forma, os sentidos são mobilizados e é assim que sustentam as relações de dominação à medida em que legitimam, dissimulam ou reificam um estado de coisas existente.

O linguista Van Dijk(1988), ao trabalhar a questão da relação entre discurso e poder, observa que o discurso pode conferir poder por meio dos atos de fala ou tipos de texto que objetivam diretamente controlar as ações dos ouvintes/leitores.

A base de poder do discurso é indireta e deriva do suporte institucional ou corporativo que pode ser político, financeiro e econômico. Sua efetividade é principalmente retórica. Para Van Dijk, algumas estratégias possibilitam que o discurso se efetive como poder de controlar a ação daqueles aos quais se dirige:

"Isto pode ser feito por meio da argumentação, informação seletiva ou parcial sobre fatos reais ou supostos e por operações retóricas ou estéticas" (id.:8).

Ele destaca também outro aspecto importante na

implementação do poder através do discurso, que é o controle do conhecimento e das crenças. Desse modo,

"A informação pode ser focalizada apenas sobre questões selecionadas enquanto informações alternativas podem ser rebaixadas, tornar-se menos efetivas (por exemplo, através de contra-argumentos), prejudicadas ou simplesmente censuradas"(ibid.).

O linguista inglês Norman Fairclough(1989) trabalha a noção de que "as condições sociais determinam as propriedades do discurso"(id.:19). Segundo ele, não apenas o uso da linguagem tem uma determinação social, mas também a própria sociedade comporta uma determinação linguística. Essa interpenetração entre o linguístico e o social permite que o uso da língua possa contribuir para a mudança das relações sociais.

Ao trabalhar nessa perspectiva da linguagem como uma forma de prática social, Fairclough chama a atenção para três implicações desse conceito. Primeiro: a linguagem é parte da sociedade e não algo externo a ela. Segundo: a linguagem é um processo social. E por último: a linguagem é um processo socialmente condicionado, ou seja, condicionado por outros aspectos da sociedade.

Ora, nessa perspectiva o relacionamento entre linguagem e sociedade é algo interno e dialético, o que conduz Fairclough à seguinte observação:

"Os fenômenos linguísticos são fenômenos sociais de um tipo específico, e os fenômenos sociais são (em parte) fenômenos linguísticos" (id.:23).

Fairclough percebe uma diferenciação entre texto e dis-

curso.(1) O texto seria antes um produto do que um processo, ao passo que o discurso é todo um processo de interação social que vai gerar os textos. Esse processo inclui uma dimensão de produção - da qual o texto é um produto - e uma dimensão de interpretação, para a qual o texto é um recurso.

Desse modo, as condições sociais interferem tanto na produção quanto na interpretação - as duas dimensões do processo discursivo. Fairclough observa também a existência de três níveis de organização social: o nível da situação social ou contexto social imediato que produz/origina o discurso, o nível da instituição social que constitui uma matriz mais ampla para o discurso e o nível da sociedade como um todo, isto é, a realidade histórico-social que permite o processo discursivo.

Com base nessa perspectiva é que Norman Fairclough defende a utilização de três procedimentos na Análise do Discurso, que corresponderiam aos três níveis de organização social que engendram o discurso. Tais procedimentos - que ele denomina de dimensões ou estágios da Análise de Discurso Crítica - são os seguintes: descrição, interpretação e explicação.

Na descrição, trabalha-se com as propriedades formais do texto. Aqui, os traços linguísticos são identificados e, com base em sua regularidade, alguns tipos são selecionados para a análise. Na interpretação, busca-se relacionar texto e interação, isto é, procura-se estabelecer os contextos intertextuais por meio da relação

(1) - Na seção seguinte, tratamos mais especificamente sobre o texto.

entre os traços linguísticos e os implícitos do texto. Já na explicação, trabalha-se a relação entre interação e contexto social. Aqui se estabelece uma compreensão do contexto social mais amplo que possibilita o processo discursivo.

Fairclough também considera o fator ideologia dentro desse processo. Segundo ele,

"onde tipos de prática, e em muitos casos tipos de discurso, funcionam de modo a sustentar relações de poder desiguais(...) eles estão funcionando ideologicamente" (id.:33).

Assim, esse poder de propor e impor as práticas de uns como universais e de senso comum funciona como complemento do poder econômico e político. Fairclough também propõe dois modos em que aqueles que detêm o poder podem exercê-lo e mantê-lo: por meio da coerção, que envolve o uso de sanções de violência física; e por meio do consentimento, que implica a aprovação ou, pelo menos, a aquiescência daqueles sobre os quais esse poder é exercido. Segundo ele, na prática, a coerção e o consentimento ocorrem em todos os tipos de combinação. Geralmente - e isso é mais frequente nos países com sistema econômico-político estável - a classe dominante prefere fazer uso do consentimento para manter o seu poder, não obstante o Estado disponha de forças repressivas às quais pode recorrer, se necessário.

Outra idéia que Fairclough defende é de que as relações de poder não se reduzem a relações de classe. Tanto existem relações de poder entre os grupos sociais nas instituições como também fora delas, entre homens e mulheres, grupos étnicos, jovens e

idosos. Ele considera importante observar a ligação entre relações de classe e os outros tipos de relação, que não é algo transparente, nem explícito. Mas se por um lado, outros tipos de relação não devem ser reduzidos a relações de classe, por outro, é um fato que estas últimas definem a natureza da sociedade e têm uma influência fundamental sobre todos os aspectos da sociedade, incluindo até mesmo aquelas outras relações.

Com isso, Fairclough demonstra que - conquanto as relações de classe sejam fundamentais - outros tipos de relações não são simples expressão daquelas, mas supõem uma dinâmica própria.

Em Fairclough, o discurso é concebido como um processo que determina e, ao mesmo tempo, reproduz a estrutura social. Ao trabalhar o conceito de sujeito, ele se utiliza da expressão posição de sujeito em vez de papel social. Com isso, admite a noção de dinâmica e variabilidade em referência à formação discursiva. Assim, cada posição de sujeito se constrói com base em uma determinada formação discursiva.

2.2-FORMAÇÃO DISCURSIVA, ENUNCIADO E A CONSTRUÇÃO DO TEXTO

Um processo discursivo traz em sua raiz as condições de produção que o originaram. Estas ensejam formações discursivas que determinam o discurso. Consideremos o conceito de formação discursiva, trabalhado por Michel Foucault(1987). Foucault procura observar as regularidades que existem na formulação dos enunciados dos textos.

Segundo Foucault,

"No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as es-

colhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva(id.:43).

Michel Pêcheux e C. Fuchs - num ensaio em 1975 - trabalham o conceito e referem-se a Foucault mostrando que as formações discursivas "determinam o que pode e deve ser dito(...) a partir de uma posição dada numa conjuntura(id.:166).

Portanto, na origem de cada processo discursivo está presente uma determinada formação discursiva que lhe permite não apenas sua existência, mas também as condições de sua existência. Cada texto específico evidencia a formação discursiva que lhe deu origem por meio dos traços ou marcas linguísticas que o(s) autor(es) utilizam para construí-lo. São essas marcas linguísticas, os implícitos do texto, bem como a interação entre eles e o contexto social mais amplo, que devem ser investigados na identificação da formação discursiva de determinado texto.

As marcas linguísticas funcionam como pistas que apontam "o caminho que levará o analista ao processo discursivo, possibilitando-lhe explicar o funcionamento do discurso"(Lagazzi,1988:61). Elas constituem a base da materialidade linguística e sua descrição é um dos estágios da análise do discurso.

Para Suzy Lagazzi, a AD permite que se generalize com base nas condições de produção e não nas marcas linguísticas. Isto significa dizer, em última instância, que os sentidos de um texto devem ser extraídos com base na análise de suas condições de produção. Se se generaliza com base nas marcas, conseqüentemente apaga-se a polissemia, privilegiando um suposto sentido literal.

Essas marcas linguísticas não devem ser investigadas como elementos isolados, mas sim dentro do chamado enunciado. O enunciado pode se constituir de uma simples frase, mas vai além desta, uma vez que é a frase inscrita num processo histórico, com data, local, autor(es) e destinatário(s) específico(s). Foucault vai trabalhar com os conceitos de enunciação e função enunciativa. Segundo ele, há enunciação sempre que se emite um conjunto de signos. Ele explica:

"Cada uma dessas articulações tem sua individualidade espaço-temporal(...) A enunciação é um acontecimento que não se repete, tem uma singularidade situada e datada que não se pode reduzir"(id.:116).

Mas o mesmo autor fala de uma materialidade repetível que caracteriza a função enunciativa. Segundo ele, é possível se falar do mesmo enunciado onde há várias enunciações distintas. É o caso, por exemplo, dos diferentes exemplares de uma mesma tiragem ou das edições sucessivas de um livro que preserva o mesmo texto original. Nesse caso, encontra-se o mesmo jogo de enunciados. Diz ele: "O regime de materialidade a que obedecem necessariamente os enunciados é, pois, mais da ordem da instituição do que da localização espaço-temporal"(id.:118).

Nesta pesquisa, temos o enunciado como um fenômeno histórico passível de ser observado, identificado e investigado. Diferentemente da frase, que é uma estrutura abstrata, ensejando apenas uma significação, o enunciado possui um sentido como valor semântico. Daí porque, no trabalho de análise, situamos as marcas linguísticas no contexto dos enunciados e estes, com relação às formações discursi-

vas nas quais se originam.

Esta compreensão do processo discursivo permite-nos o entendimento do texto não como um simples produto de um sujeito específico, mas antes é necessário perceber que, ao pronunciar-se, um locutor está determinado pelo lugar de fala que é histórico-social e pelas injunções sócio-políticas da(s) instituição(ões) a que pertence ou representa.

Para Eni Orlandi(1988:53), "o discurso é uma dispersão de textos e o texto é uma dispersão do sujeito." Desse modo, longe de ser um espaço fechado, estanque, o texto se constitui num todo heterogêneo e complexo na medida em que é atravessado por várias posições de sujeito. E o discurso não é simplesmente um conjunto de textos, e sim uma prática. Orlandi define discurso como "regularidade de uma prática" e explica: "Para se encontrar sua regularidade não se analisam seus produtos, mas os processos de sua produção"(id.:55).

O analista de discurso considera o texto como espaço simbólico e o relaciona ao contexto e a outros textos. Sua intertextualidade engloba duas vertentes: a relação com outros textos onde se origina ou para os quais aponta, e a relação com as paráfrases do texto.

A construção(2) de um texto se faz por meio do posto e dos implícitos que são os pressupostos e os subentendidos. O posto se situa num nível mais superficial, é a compreensão mais imediata, digamos assim, da gramática textual. Já os implícitos requerem uma

(2) - O uso do termo construção permite-nos ver a produção de um texto específico como um processo complexo que detém sua própria lógica. Vale lembrar que um processo discursivo não é simplesmente a reunião dos vários textos co-relacionados, antes remete à conjuntura social e à realidade da interação linguagem e sociedade.

análise mais profunda e são prenes de sentido justamente pela característica que encerram de dissimular, silenciar, negar e esconder outros sentidos que a análise detida apenas no que está posto não pode abarcar.

Como os implícitos se distinguem entre si? Oswald Ducrot (1987) explica em pormenores as diferenças entre pressupostos e subentendidos. Aqui vamos considerar brevemente que para cada enunciado com subentendidos há sempre um sentido literal "do qual tais subentendidos estão excluídos" (id.:19). Tomemos como exemplo o enunciado "Os chefes militares não descartam o uso da força". Existe aí o subentendido de que eles podem utilizar a força, mas o que está posto, o sentido literal, afirma apenas que não se descarta o uso da força.

Quanto aos pressupostos, vemos que são fundamentais para a compreensão do que está posto, sem o(s) qual(is) o que está posto não se sustenta. Para o enunciado "Os militares continuam tutelando a sociedade brasileira", há o pressuposto de que eles já tutelavam, no passado. Se não se admite esse pressuposto, o que está posto perde sua validade. De acordo com Ducrot, o pressuposto é algo evidente que se apresenta

"como um quadro incontestável no interior do qual a conversação deve necessariamente inscrever-se, ou seja, como um elemento do universo do discurso" (id.:20).

Esclarecendo as distinções entre posto, pressuposto e subentendido, citamos mais uma vez Oswald Ducrot:

"Se o posto é o que afirmo, enquanto locutor, se o subentendido é o que deixo meu ouvinte concluir, o pressu-

posto é o que apresento como pertencendo ao domínio comum das duas personagens do diálogo, como objeto de uma cumplicidade fundamental que liga entre si os participantes do ato de comunicação" (ibid.).

Por fim, devemos considerar que na construção de um texto também se faz presente o processo de silenciamento. Nesse processo, ao se impedir outras vozes no texto, é possível perceber aí seu apagamento. Esse processo se dá pela utilização dos traços linguísticos e dos implícitos que indicam a intertextualidade. Não é algo simples ou evidente, mas engendra uma lógica dinâmica, e complexa. Nas palavras de Eni Orlandi:

"O silêncio não é transparente. Ele tem sua espessura e instaura processos significativos complexos" (1987: 39).

2.3- OS GÊNEROS DO DISCURSO E AS MARCAS LINGUÍSTICAS

No processo discursivo, os textos são construídos e ganham relevância de conformidade também com o gênero em que são produzidos. As instituições e suas práticas discursivas selecionam alguns gêneros e não outros por serem mais propícios, adequados aos propósitos da instituição.

Dominique Maingueneau (1989) mostra que "os enunciados dependentes da AD se apresentam, com efeito, não apenas como fragmentos de língua natural desta ou daquela formação discursiva mas também como amostras de um certo gênero de discurso" (id.:34). Os enunciados mostram-se, assim, vinculados não apenas a uma formação discursiva específica. Eles se vinculam também a determinados gêneros que detêm características específicas de construção argumentativa,

organização do tópico e, com isso, conduzem a diversos efeitos de sentido.

Para Maingueneau, não se trata de identificar todas as possibilidades de gêneros discursivos, antes é preferível se questionar sobre como conhecer as próprias coerções do gênero. Portanto, ele sugere que se deva compreender o gênero não simplesmente como conjunto de características formais, de procedimentos, e sim como uma realidade institucional. Ele chama a atenção também para uma questão geral: a autoridade ligada à enunciação. Nota Maingueneau: "O discurso só é 'autorizado' e, conseqüentemente, eficaz se for reconhecido como tal" (id.:37).

Maingueneau também defende a hipótese segundo a qual "recorrer, preferentemente, a estes gêneros e não a outros é tão constitutivo da forma discursiva quanto do 'conteúdo'"(id.:38).

Nesta pesquisa estamos trabalhando com três gêneros discursivos: a reportagem, o editorial e o artigo assinado. Os dois primeiros são gêneros específicos da instituição imprensa. Já o artigo assinado aparece também como prática discursiva de outras instituições. Vamos agora identificar quais as convenções que caracterizam cada um desses gêneros.

A reportagem se caracteriza por seu caráter descritivo e/ou analítico, diferentemente dos outros dois gêneros que se caracterizam pelo caráter opinativo. A rigor, não deve ser um texto tendencioso no sentido de julgar os fatos ou apresentá-los forjando uma versão única de interpretação. Sua tendenciosidade pode ser observada, no entanto, por meio da seleção dos fatos e versões a veicular, a priorização que é dada a estes e a forma de tratamento que é dada ao material jornalístico. Um dos propósitos da reportagem é traçar um quadro o

mais amplo possível dos acontecimentos, sem se deter em um tópico específico. Ela se constitui na base do processo discursivo da imprensa, sendo seu gênero mais comum e popularizado, isto é, mais lido e comentado, bem como o mais acessível a amplos setores da população.

Das reportagens selecionadas para esta pesquisa apenas quatro - aquelas veiculadas pelas revistas - são longas e analíticas. As demais são geralmente breves e descritivas, não correspondendo ao modelo de reportagem que supõe um levantamento amplo e detalhado dos fatos, acompanhado de uma análise aprofundada do tema. Por outro lado, dadas as convenções discursivas que os caracterizam, resolvemos tomar esses textos como característicos do gênero reportagem.

O editorial é o gênero da imprensa que expressa oficialmente a opinião dos proprietários do jornal ou revista, ou daqueles que os produzem. Aborda especialmente temas que, por sua relevância na conjuntura, merecem um destaque para veiculação do comentário dos editores. Geralmente toma a forma de uma crítica, apologia, orientação ou mesmo propaganda. O texto é produzido de um lugar de fala que busca se caracterizar pela impessoalidade, equidistância das paixões políticas com o que, afinal, constrói sua autoridade como discurso legítimo e verdadeiro. No editorial, o jornal ou revista assume um pretenso papel de árbitro das relações sócio-políticas.

Já o gênero artigo assinado, na imprensa, reproduz uma visão aprofundada sobre um tópico ou momento específico da conjuntura. Na maioria das vezes, são textos escritos por jornalistas com a função de editor ou diretor, ou que possuem reconhecida especialização no

trato do tema em questão. Semelhantemente ao editorial, o artigo assinado também veicula opinião. O autor se expressa de um lugar de fala caracterizado pela autoridade e experiência, como um observador privilegiado dos fatos, explicitando um ponto de vista pessoal.

Como veremos no Capítulo 4, ao tratarmos das regularidades discursivas, cada um desses gêneros vai construir sentidos específicos sobre o papel dos militares na cena pública. A observância das convenções de cada um dos gêneros discursivos levou-nos a identificar e selecionar para análise as seguintes marcas linguísticas: operadores argumentativos, advérbios modalizadores, formas verbais perifrásticas, nominalizações e metáforas.

Os operadores argumentativos servem para construir enunciados, orientando o interlocutor para certos tipos de conclusão (Koch, 1987). Nos textos selecionados, é abundante o uso de conjunções adversativas (por exemplo: mas, porém, entretanto, etc.) e de concessivas (por exemplo: mesmo que, ainda que, se bem que, etc.) Os advérbios modalizadores são úteis no reforço, na ênfase ou atenuação de situações determinadas (por exemplo: certamente, eventualmente, mais ou menos, etc.). As formas verbais perifrásticas servem também para modalizar situações, possibilitando subentendidos (por exemplo: tentar enfraquecer, poder estabelecer, etc.).

A nominalização é um processo linguístico pelo qual uma ação verbal torna-se um substantivo, alterando, assim, seu sentido. O uso de nominalizações possibilita o apagamento da ação verbal, escondendo aí todo um processo que se prefere ocultar, dissimular, despistar. Um dos exemplos de nominalização que citamos nesta pesquisa é o que apa-

(3) - Folha de S. Paulo, 2/9/87 - "As Forças Armadas e sua função institucional" - v. também Cap. 4 seq. 2.

rece no seguinte enunciado: "A interferência da espada é o maior comprovante de subdesenvolvimento institucional"(3), em que os agentes não são nominados e a própria ação verbal fica implícita. Finalmente, as metáforas são ricas na construção do discurso da imprensa, por esconderem processos mais amplos e também estabelecerem inter-relações com outros discursos, como se nota no exemplo seguinte: "Sempre que um ministro do Exército faz escolhas políticas, ele carrega no seu movimento a sombra de todo arsenal que controla".(4)

Neste capítulo, observamos como a análise do discurso se constitui em um referencial teórico privilegiado para se investigar o discurso da imprensa sobre os militares. Discutimos a noção de discurso como um processo histórico-social e vimos como a ideologia está presente no processo discursivo, mobilizando sentidos que vão dar sustento às estruturas de poder na sociedade.

Vimos também como se concebe a análise do discurso - segundo Fairclough - por meio de três dimensões. A primeira é a descrição das marcas linguísticas. A segunda é a interpretação que busca relacionar texto e interação. A terceira é a explicação que trabalha a relação entre interação e contexto social. Discutimos também os conceitos de formação discursiva, enunciado, e vimos como o texto se constrói por meio de suas marcas linguísticas e dos implícitos. Por fim, observamos a questão dos gêneros discursivos e evidenciamos as marcas linguísticas que selecionamos para análise do discurso da imprensa sobre os militares.

(4) - Veja, 2/3/88-"Da política ao porão"-v. também Cap.3.

No capítulo seguinte, veremos a aplicação dessa teoria na análise de sete textos da imprensa. Eles se constituem em exemplos do discurso da imprensa sobre os militares durante a Nova República.

CAPÍTULO 3

OS MILITARES NA CENA POLÍTICA BRASILEIRA: AS DIMENSÕES

LINGUÍSTICAS DOS TEXTOS

Neste capítulo, consideramos sete exemplos de textos da imprensa veiculados durante a Nova República(1985-89). Uma análise específica correspondente a cada texto será apresentada. O objetivo é possibilitar uma análise mais detida dos textos, referindo-se ao contexto social mais amplo e à formação discursiva da qual se originaram. Os sete textos contemplam cada um dos veículos pesquisados. Apresentamos primeiramente as reportagens, seguidas pelos editoriais e por fim, os artigos assinados. No anexo III, os textos são apresentados na íntegra.

3.1 - DA POLÍTICA AO PORÃO(VEJA,2/3/88)

A reportagem foi veiculada no contexto político que precede a votação em 2o. turno na Constituinte da mudança do sistema de governo e da duração do mandato do presidente, que trazia embutida a possibilidade da realização de eleição direta para presidente no final de 1988.

O texto apresenta os sintomas da crise político-institucional sob a perspectiva da questão militar. A reportagem tem um destinatário específico: os parlamentares, que vão decidir o futuro do jogo político. O texto veicula implicitamente um clima de tensão e ameaça. Já no título, "Da política ao porão", surge a vinculação entre as coisas visíveis(a política) e os bastidores misteriosos(o porão), isto é, há uma possibilidade, e o texto vai reforçá-la, de que ocorra

um retorcesso. Surge a indeterminação numa relação de ida e volta: assim como se vai da política ao porão, pode-se ir do porão à política.

Logo na primeira página do texto há três fotos de militares e, juntamente com as legendas que as acompanham e o texto-abertura que se segue ao título, reforçam a atmosfera, o panorama de medo, e de perspectivas pessimistas para a democracia. Bem acima do título vem a foto do senador e coronel da reserva Jarbas Passarinho - apresentado como "ex-coronel e ex-ministro em três pastas durante o governo militar" - acompanhada da legenda "Passarinho: 'Só não percebem o perigo os que querem negar o óbvio'". Na frase abaixo do título, lê-se: "Passarinho alerta para o golpe". O pressuposto é que se trama um golpe militar nos bastidores. No alto à direita vem a foto do ministro do Exército, Leônidas Feres Gonçalves, com a legenda: "Leônidas: contra eleições em 1988" e no subtítulo: "Leônidas defende seis anos", enunciado que mostra o extremo da posição do ministro. A legenda atenua esse enunciado esclarecendo que, de fato, o que o ministro não aceita é a realização de eleição direta para presidente naquele mesmo ano. O texto vai mostrar um ministro argumentando em favor do que considera legítimo, isto é, os seis anos, fazendo referência à Constituição anterior, em processo de superação. A terceira foto desta página traz, em baixo, à direita, a imagem sorridente de um desconhecido coronel, que aparece acenando na direção do fotógrafo, acompanhado pela legenda: "O coronel Helvécio: bomba na Civilização e na Opinião", enquanto a frase no intertítulo traz o enunciado "Helvécio relembra atentados", com o pressuposto de que o regime militar produziu atentados.

Logo no início do texto, ocorre um enunciado que pode ser

tomado como síntese dos temores políticos que origina o texto:

"A participação dos militares na vida política do país, um tema que engorda e emagrece mas nunca deixa o palco, voltou a desfilar com vigor na semana passada."

A combinação do operador argumentativo *mas* com o modalizador *nunca* explicita a recorrência da discussão sobre a participação dos militares na cena política brasileira, mostrando que a discussão agora está em alta, apresentando, logo em seguida, as evidências dessa situação. Tal construção argumentativa permite a compreensão de que a intervenção dos militares é uma preocupação onipresente na sociedade brasileira.

Um outro enunciado reforça esse encaminhamento na argumentação:

"A defesa de um mandato mais comprido para Sarney e a especulação sobre a possibilidade de um golpe são temas mais ou mesmo rotineiros na conturbada arena política que se instalou no país nos últimos tempos. No entanto, pela origem dos dois discursos, o do Leônidas e o de Passarinho, é inevitável a tentação de somar os temores de um com as preferências do outro."

O emprego do modalizador *mais* ou *menos* enfatiza o aspecto conjuntural que caracteriza a discussão sobre a possibilidade de golpe. O segundo período, que começa com a expressão *no entanto*, encaminha a argumentação para o seguinte ponto: se a recorrência do tema intervenção militar é algo corriqueiro, dessa vez há razões para se preocupar. A construção torna sintomático o cruzamento "dos

temores de um com as preferências do outro". Subentende-se um movimento em curso de caráter militar visando barrar a realização das diretas naquele ano. Ambas as posições emergem do mesmo lugar de fala, que rejeita a realização de eleição direta em 88 porque representa antecipação da saída do poder e incerteza quanto ao futuro do processo político. O parlamentar - de tradição militar e filiado a um partido governista - apela para a figura do golpe, o espectro da intervenção militar que os parlamentares, bem como a opinião pública rejeitam. Já o ministro do Exército - como chefe da força militar que representa - demonstra sua argumentação, sem fazer qualquer apelo explícito à ameaça. Ambas as falas vão produzir o mesmo efeito: lançar sobre os parlamentares e a opinião pública temores quanto aos riscos de se aprovar a realização de eleição direta ainda naquele ano.

No mesmo parágrafo, o último enunciado encaminha nessa direção:

"Ao torcer publicamente contra eleições este ano, o ministro Leônidas, dono de uma frota de Urutu, espalha preocupações entre os constituintes que, em Brasília, têm como uma de suas funções próximas definir a duração do mandato presidencial."

No enunciado acima, o modalizador publicamente evidencia os limites da estrutura sócio-política brasileira. Associado à metáfora dono de uma frota de Urutu, constrói-se assim a idéia de perigo na expressão pública do pensamento do ministro do Exército. Sua manifestação pública traz implicitamente uma referência ao poder que

ele representa. A força de seu discurso reside não no fato de que ele é ministro, mas de que ele é chefe militar. O subentendido nesse enunciado é que a manifestação pública do ministro do Exército tumultua o processo político, o que só reforça o papel de tutela dos militares.

Logo adiante, o mesmo argumento se explicita num outro enunciado: "Sempre que um ministro do Exército faz escolhas políticas, ele carrega no seu movimento a sombra de todo arsenal que controla". Há um reconhecimento de que a tutela militar é um fenômeno estrutural ("sempre que"...) e não meramente conjuntural. Reconhece-se que não se pode separar a opinião de um ministro do Exército e a imposição militar. Há uma relação muito estreita. Ser ministro do Exército não é propriamente um cargo burocrático, mas antes uma chefia militar, ou seja, sua legitimidade não se baseia na estrutura governista, mas no fato de representar o Exército - a maior força militar. Na expressão metafórica dono de uma frota de Urutu, apresenta-se, assim, uma relação personalizada de poder/domínio sobre um patrimônio que é público: o arsenal militar. Subentende-se uma relação de patronato.

A corrente oposta é apresentada de uma forma pitoresca e com muito destaque: "Num momento em que Sarney lança acusações ásperas contra a Constituinte que quer amputar-lhe o mandato... "O emprego da forma verbal perifrástica inscreve a ação dos constituintes num quadro de anormalidade, apelando a um termo do discurso médico que evidencia ruptura, violência (amputação). Despreza-se o processo político, realçando a tentativa de se romper com aquilo que seguia um curso normal.

Com isso, constrói-se um lugar de fala para os parlamentares

que defendem os 4 anos: ele são extremistas tanto quanto o ministro do Exército que defende os 6 anos. O efeito de sentido que resulta daí é a apresentação da tese dos 5 anos, defendida pelo governo, como o consenso que poderia acomodar os diversos interesses.

Depois de apresentar esses aspectos conjunturais, a reportagem abre nova seção com o intertítulo **Bombas**, apresentando o caso atípico de um coronel que resolveu falar de um passado ("o porão") no qual se envolveu como integrante dos grupos de repressão política. Vejamos o seguinte enunciado:

"Sempre se soube que a mão de integrantes da comunidade de informações andou por perto de uma série de atentados cometidos no país."

Nesse curto enunciado há uma associação do modalizador sempre com a metáfora que gera uma indeterminação, possibilitando um mistério: quem foi ou quem foram os autores dos atentados? Pressupõe-se que a vinculação entre os atentados e os órgãos de informação do governo era algo conhecido. E, ao mesmo tempo, subentende-se que esse conhecimento é suficiente, ou seja, o texto não avança, não aponta para a necessidade de se revelar os responsáveis pelos atentados. Eis aí os limites da conjuntura. Utiliza-se "a mão de integrantes", em vez de citar os participantes envolvidos. A partir daí, o depoimento do coronel vai se encaminhar no texto da reportagem na perspectiva do pitoresco, do inusitado. O efeito que se cria é reforçar a idéia de impunidade, de um passado ainda não superado. No final do texto, o modalizador curiosamente evidencia uma marca de estranhamento: "Curiosamente, Helvécio, que sempre atirou para longe, desta vez apresentou-se como alvo". O efeito é

reforçar o aspecto pitoresco do episódio, ao mesmo tempo que levanta suspeitas sobre as intenções reais do coronel.

3.2 - "PODER CIVIL MODERA A VOZ NA ANISTIA"(ISTO É, 30/10/85)

O contexto político dessa reportagem é marcado pela iminência da votação no Congresso Nacional de algumas emendas como a que convocava a Constituinte e a que concedia "anistia ampla, geral e irrestrita" para os militares punidos a partir de 64. O episódio é apontado como o primeiro grande teste da Nova República.

O texto mostra o jogo político marcado pela imposição de limites, por parte dos militares, e os parlamentares e o próprio governo negociando e, finalmente, cedendo às pressões militares, acatando assim os limites impostos. Com apenas sete meses de existência, o regime civil sofre o impacto da onipresença militar a funcionar como fator de pressão determinante sobre os parlamentares. A conjuntura é sintetizada no próprio título, Poder civil modera a voz na anistia, no qual se pressupõe uma situação de limitação, de recuo do poder civil frente às pressões militares. Abaixo, o subtítulo explicita o problema: "Discussão da Constituinte pára quando chefes militares se negam a rediscutir acordo." Nesse enunciado, há o pressuposto de que a discussão da Constituinte está em andamento e de que havia um movimento para se negociar um novo acordo. Outro pressuposto é de que a postura dos chefes militares impediu o avanço dessa discussão política na Constituinte. Essa onipresença militar vai ser algo recorrente por todo o texto.

O texto principia apresentando o quadro de dificuldades que o primeiro presidente civil pós-regime militar estava enfrentando, realçando aspectos subjetivos como as impressões pessoais do presidente destacando a sensação de desconforto e surpresa diante das

dificuldades, e intranquilidades. A primeira metáfora do texto aparece aí:

"Uma sucessão de contratempos mostrou-lhe com uma ponta de crueldade que o corpo-a-corpo do combate político e administrativo é bem mais rude do que podia imaginar quando trabalhava do outro lado da praça dos Três poderes, como senador."

O efeito de sentido provocado pela metáfora no enunciado acima é enfatizar a perspectiva individual em detrimento do processo político. O quadro que se constrói leva à interpretação de que o presidente civil enfrenta problemas sérios para os quais não estava preparado. Esse efeito de sentido é enfatizado pela forma verbal perifrástica podia imaginar. Logo depois, um outro enunciado faz uso de metáfora também enfatizando as dificuldades do regime político civil de se firmar.

"Sarney descobriu que não é tranquilo implantar programas de cunho social sem uma cirurgia no aparelho do Estado."

No enunciado acima, há um apelo à terminologia médica, reforçando o aspecto de operação, corte, ruptura que não se deu na passagem do regime militar para o regime civil. O efeito de sentido é criar um vínculo entre o sucesso do governo e a mudança drástica no aparelho estatal. Logo em seguida, um outro enunciado estabelece uma comparação entre os dois regimes:

"...e muito menos fortalecer os alicerces do poder civil num governo sem rosto

próprio, após vinte anos de regime militar com feições bem-definidas."

Essa indefinição do poder civil torna-se contraponto ao "regime militar como feições bem definidas." Assim, a fraqueza, a inconsistência do governo civil está delimitada. O consequente efeito dessa construção é mostrar um governo hesitante, indefinido, despreparado.

O problema específico da relação militares x sociedade começa a ser exposto logo depois. O operador argumentativo mas introduz o enunciado, realçando a priorização da problemática militar.

"Mas teve de administrar uma emenda mais explosiva, cunhada pelo gaúcho Jorge Uequet, que pretendia dar uma anistia ampla, geral e irrestrita aos militares punidos desde 1964, com indenização e reincorporação à tropa."

A expressão mais explosiva hipervaloriza o impacto que a emenda apresentou no Congresso por contrariar interesses militares. A referência metafórica é a bomba e seu efeito que desestrutura, desestabiliza. Dessa forma, contrariar os interesses dos chefes militares - subentende-se - equivale a se expor a uma explosão com consequências funestas para a tranquilidade na relação militares x civis, já no primeiro ano de regime civil. Os benefícios que a aprovação da emenda traria e mesmo os problemas que ela causaria não são discutidos. Somente a crise está sendo considerada.

Comentando essa crise e a postura da imprensa diante da questão, o jornalista Luiz Adolfo Pinheiro(1) considerou que a

(1) - Comunicação em entrevista pessoal, no dia 25 de março de 1992

aprovação da emenda Uequet iria beneficiar unicamente os militares cassados, não trazendo benefícios aos demais setores da sociedade uma vez que ela iria provocar mais despesas no orçamento. "Não vejo nada de errado na postura que a imprensa adotou em relação à anistia dos militares cassados, uma vez que ela estava sintonizada com a maioria da opinião pública. Só uma pequena minoria queria que aquela emenda fosse aprovada", pondera.

O papel dos militares como tutores do processo político é reconhecido no enunciado seguinte, que traz implicitamente a idéia de que o segmento militar é justamente a base de apoio do governo:

"...E a Nova República teve de amargar o primeiro não dos militares - para desgosto de Sarney, a quem os líderes civis ainda recusam obediência e, muitas vezes, respeito."

A discordância dos militares é apresentada como algo digno de nota. Foi o primeiro não dos militares. Como subentendido, fica a questão: virão ainda outros? Espera-se por eles? O contexto nos mostra que os parlamentares, com apoio inclusive do presidente do maior partido de sustentação do governo, o PMDB, haviam aprovado numa primeira votação o artigo que contrariava os interesses dos chefes militares. Segue-se uma forte articulação entre o governo, os ministros militares e as lideranças partidárias para reverter esse resultado parcial.

O enunciado apresenta a reação de desgosto no presidente que carece de uma base de sustentação política. Está presente aí a antinomia militares x civis, mostrando que na falta de um apoio entre

os civis, o presidente encontra sustentação entre os militares, reforçando assim a tese de tutela militar do governo.

Outro enunciado vai apresentar o encaminhamento da questão para um nível de acomodação dos diversos interesses, com o objetivo mais nítido de não se contrariar os chefes militares. A metáfora utilizada constrói o efeito de sentido de que a discordância dos militares como corporação precisava ser considerada pelos parlamentares, abandonando-se a posição inicial, em favor de uma composição:

"O PMDB rachou ao meio durante a noite de terça para quarta, e seu presidente, deputado Ulysses Guimarães, subiu ao muro para observar a situação com os olhos numa futura síntese."

O partido governista e seu presidente, que inicialmente estivera a favor da anistia aos militares cassados de acordo com a emenda apresentada - contrariando assim os interesses da cúpula militar - agora, que se aproxima a votação decisiva, adotam uma posição de cautela, procurando uma acomodação. Como veremos, essa mesma é a postura da imprensa nos momentos de crise política envolvendo os militares. Seu discurso, portanto, vai refletir, e mais do que isso vai construir essa perspectiva.

O enunciado seguinte constrói o sentido que torna a perspectiva militar como uma realidade inexorável que determina a priorização no debate político. Observemos:

"Os fatos, porém, se precipitaram e a questão da anistia dos militares passou a ser mais importante que a própria Constituinte - que acabou na geladeira, junto

com a reforma tributária, também prevista na pauta do Congresso na semana passada."

O emprego do operador argumentativo porém possibilita o sentido que toma a realidade sócio-política como algo inevitável. As ações, posições e articulações, enfim, a movimentação dos sujeitos, esconde-se por trás da expressão os fatos, fornecendo o argumento de um fenômeno irreversível. Na verdade, há uma realidade estrutural que faz com que um tema específico torne-se prioritário na discussão política em detrimento de outros. Desse modo, a questão da convocação da Constituinte - um tema de impacto global e estrutural sobre a sociedade - fica a reboque da questão da anistia, que, num certo sentido, atinge também uma realidade estrutural, já que no limite trata-se da relação militares x sociedade. A metáfora acabou na geladeira acentua o fato de que o tema tornou-se desimportante diante da emergência da outra temática.

Os limites estabelecidos pelos chefes militares e até onde os parlamentares poderão negociar, sem riscos, para atender aos militares cassados expõem o fato de que para a hierarquia militar o passado está encerrado. Vejamos o enunciado:

"Com base nisso se fizera o acordo, que garantia restauração no posto dos militares afastados em 1964, desde que continuassem na reserva."

O operador argumentativo desde que no enunciado acima possibilita o sentido de que o limite permitido pela hierarquia militar é aquele mesmo, ou seja, a permanência na reserva torna-se condição para a aceitação da emenda da anistia. O subentendido que o enunciado constrói é que a condição imposta pelos chefes militares

evitaria problemas de adaptação, de convivência com os militares vencidos. O reingresso dos militares cassados nas tropas possibilitaria a convivência com posturas políticas divergentes - um risco para os propósitos de homogeneização ideológica dos militares, segundo a perspectiva da hierarquia militar.

Percebe-se pelo discurso da imprensa o lugar de fala dos ministros militares. Sua posição é inflexível. Os limites do possível, do aceitável são estabelecidos. Portanto, cabe aos políticos negociar até essa margem.

No enunciado abaixo mais um caso de metáfora, reforçando aspectos de temor e ameaça diante da contrariedade dos interesses dos chefes militares:

"Na quarta-feira, o general Leônidas Pires Gonçalves deu a pista da situação: 'Eu já tenho o meu acordo; outro eu não aceito'. A Marinha e a Aeronáutica endossaram esta posição e o Congresso foi invadido por rumores de que os ministros militares poderiam renunciar caso passasse a emenda Uequed, para não serem obrigados a cumpri-la."

A metáfora foi invadido por rumores constrói o efeito de sentido de ameaça e pressão sobre os parlamentares. O processo político fica à mercê da posição dos chefes militares. O argumento se constrói por meio de um subentendido. O termo invasão é atribuído, num sentido corrente, aos militares, mas no enunciado ele aparece ligado aparentemente a rumores. O que o enunciado não diz explicitamente, mas o faz de forma implícita, é que, de fato, o risco que se corre é o de haver uma imposição à força (invasão) por parte dos militares sobre o Congresso, em favor de seus interesses. Isto, e

não a possibilidade de renúncia coletiva dos ministros militares, é o efeito de sentido do enunciado.

A reportagem constrói a idéia da necessidade de se acomodar os diversos interesses para, em última instância, não contrariar os interesses dos chefes militares. Num ano em que o regime civil estava se implantando, o discurso da imprensa trabalha esses sentidos: o governo civil tem sua base de apoio no segmento militar que, por sua vez, tem expectativas e interesses que não podem ser contrariados. Tal situação leva os ministros militares a se movimentarem, pressionando o Congresso para ter seus interesses atendidos. Dessa forma, os militares e, em especial, os chefes militares aparecem como entraves à autonomia do Congresso, como óbices ao fortalecimento do poder civil.

3.3-MILITAR PREVÊ MANUTENÇÃO DE SEU PAPEL (JORNAL DO BRASIL, 5/4/87)

O contexto em que a reportagem é produzida e veiculada foi marcado pelo início dos trabalhos de elaboração da nova Constituição. As comissões estavam sendo formadas e os debates sobre os mais diferentes temas proliferavam na sociedade, articulados por instituições e movimentos populares. A reportagem tem como contexto imediato um debate promovido pelo Núcleo de Estudos Estratégicos, da Universidade de Campinas, sobre a relação militares x intervenção política, visando colher subsídios para encaminhar aos constituintes. Mas o texto vai tratar mesmo é da possibilidade de manutenção do papel tutelar dos militares na política brasileira.

O texto aponta os caminhos possíveis e deixa à mostra as idas e voltas do processo de redemocratização do país pelo viés da questão

militar. Já no título, Militar prevê manutenção de seu papel, prioriza-se a questão específica dos militares em detrimento da reordenação institucional pela qual passava o país. E é nessa construção argumentativa que o texto vai se conduzir. Mas o título revela uma situação confortável para os militares: seu papel será mantido. A previsão é feita por um coronel da reserva que, conquanto militar, expressa sua opinião do lugar de fala de professor e estudioso do tema. Ao optar pela identificação no título do lugar de fala de militar - que não está em jogo - o texto dá prioridade à perspectiva do segmento militar.

"O PMDB e o PFL não vão querer se desgastar na Constituinte com a discussão do papel das Forças Armadas, segundo previsão do professor Geraldo Cavagnari, do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas: preferirão deixar as coisas mais ou menos como estão."

O enunciado que principia o texto expõe a formação discursiva dominante na Constituinte: não vale a pena se desgastar pela modificação do papel das forças armadas. Com isso, o pressuposto que possibilita essa construção é de que discutir a mudança de artigos constitucionais referentes aos militares é um processo desgastante. E o subentendido possível é que esse processo incomoda os militares e não vale a pena contrariá-los. É interessante como, nessa formação discursiva, a soberania que deveria caracterizar o processo constituinte é esvaziada por fatores estruturais, como a necessidade de se poupar a instituição forças armadas de um esvaziamento do seu papel político.

A opção política dos dois partidos majoritários é modalizada

pela forma verbal perifrástica preferirão deixar seguida pela expressão adverbial mais ou menos. Ou seja, a mudança que se fizer não deverá alterar a estrutura já existente. A declaração - em forma indireta - é atribuída ao professor, já indicado no título como militar, e consegue sintetizar a lógica de argumentação do texto.

Depois dessa declaração, o texto apresenta a explicação dada pelo professor. A indicação dos dois parlamentares para presidente e relator da Comissão, que trata desse tema, revela - segundo o professor - o encaminhamento que será dado à questão, uma vez que "os dois são notoriamente favoráveis à intervenção das Forças Armadas na política interna e não é provável que proponham mudanças substanciais nesse terreno."

Em seguida, um enunciado atenua um certo pessimismo evidenciado pelo professor quanto às perspectivas de mudança:

"O professor da Unicamp é um oficial que conquistou projeção por defender posições contrárias à intervenção militar na política, mas não censura o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, por ter negociado essa composição da comissão."

O militar é aqui apresentado como um oficial que historicamente se posicionou contra a intervenção militar na política. Essa informação tem o efeito de qualificar o campo político de onde fala o professor e militar. Em seguida, o operador argumentativo mas possibilita o efeito de busca de um entendimento entre as visões diferentes dessa problemática. Ou seja, o oficial, mesmo estando em outro campo político - oposto ao da comissão -

compreende que os limites têm de ser respeitados. Com isso, o efeito que se produz é de dar aval a uma postura que originalmente não era a dele.

No enunciado abaixo, temos a explicação do professor - apresentada de forma direta - numa tentativa de justificar a posição adotada pelo líder do FMDB:

"Por algum tempo, a realidade brasileira não permitirá que o texto constitucional tenha eficácia. Mesmo que a intervenção das Forças Armadas para garantir a ordem interna não seja prevista, ela poderá acontecer. Não adianta fazer disso um cavalo de batalha."

Ao apelar para a imagem de autoridade insuspeita que se constrói para o professor, o texto encaminha para uma solução conciliatória. Primeiramente, o texto possibilita o subentendido de que o professor - sendo oficial da reserva - conhece a realidade da qual fala e, tendo defendido historicamente a não-intervenção militar na política, tem autoridade para fazer uma crítica abalizada.

No entanto, a opinião do professor veiculada no texto possibilita a idéia de que a realidade brasileira é tão impermeável que pouco há que se possa fazer. O subentendido que se gera aí naturaliza o possível e esperado procedimento da comissão. Na expressão indefinida realidade brasileira, minimiza-se todo um processo histórico que faz com que essa realidade se configure como tal. Nessa perspectiva, a situação não pode ser modificada com base em mudança constitucional. Defender a não-intervenção militar na política torna-se algo inócuo. No uso da nominalização realidade brasileira esconde-se o que de fato impede a alteração do quadro: os

próprios militares e segmentos conservadores da sociedade.

Outra opinião é apresentada no texto, trazendo explicitamente o problema da autonomia militar na Nova República:

"Os militares continuam a tutelar a política nacional, na Nova República, porque as Forças Armadas dispõem de autonomia em face da sociedade. O desafio é a democratização da sociedade brasileira, profundamente autoritária e desigual. Para isso, civis e militares precisam dialogar sem preconceitos."

A opinião é do moderador dos debates, Luiz Alberto Bettencourt e é apresentada como sendo um resumo das conclusões do debate. Nessa fala há o reconhecimento do militarismo - no caso, o exercício da tutela e sua autonomia institucional - como efeito do autoritarismo que caracteriza a sociedade brasileira. Do lugar de fala do professor também não há espaço para uma crítica direta aos militares. Volta-se ao mesmo ponto: o problema é a realidade brasileira. O professor vê saída num diálogo sem preconceitos, desconsiderando, assim, a desigualdade na co-relação de forças que impede esse diálogo.

Abrindo uma nova seção na reportagem com o subtítulo **Militarização**, a reportagem apresenta outra opinião do professor Cavagnari sobre as possibilidades da discussão temática durante o processo constituinte:

"Na elaboração da nova Carta a atenção deve se dirigir para a 'desmilitarização dos principais órgãos de decisão na área de segurança.'"

A forma verbal perifrástica deve se dirigir possibilita o encaminhamento do debate para certa perspectiva onde é cabível uma

orientação política, como a que é expressa pelo professor, já identificado como autoridade insuspeita. Evidencia-se aí uma expectativa diante do que pode vir a ser prioritário nos debates e na elaboração da Carta. Subentende-se que sendo impossível mudar certos aspectos, então que se mudem outros. Ou seja, reconhece-se assim a necessidade de se aproveitar as brechas do momento político para se conseguir alguns avanços. Desse modo, ao invés da mudança do papel dos militares, deve-se lutar - haja vista a realidade brasileira - pela superação de um dos aspectos do militarismo.

Os órgãos de decisão são apresentados como sendo o Conselho de Segurança Nacional, o SNI e o Departamento de Polícia Federal. Este último é apresentado como tendo "alta dose de militarização". Nessa expressão metafórica, há uma referência à terminologia médica, sugerindo assim uma situação de anormalidade, de absurdo, mas ao mesmo tempo poderia se questionar o emprego do adjetivo alta. Até que ponto essa dose de militarização num setor, apresentado pelo entrevistado como o único do Ministério da Justiça a ter essa alta dose, seria normal? Qual é a medida para avaliação?

Os outros dois órgãos citados são apresentados assim:

"O Conselho de Segurança e o SNI são formalmente entidades civis, mas na prática excessivamente ligadas às Forças Armadas."

Neste enunciado, mais um reconhecimento da diferença entre artigos constitucionais e a prática histórica. Os modalizadores **formalmente** e **excessivamente** reforçam a defasagem existente no funcionamento desses órgãos. Mais adiante, o professor explica que isso se dá não em razão da presença de militares no seu organograma, mas por sua vinculação às estruturas militares, produzindo um pro-

blema de lealdade: entre atender às forças armadas ou ao presidente ou, então, priorizando aquelas em detrimento do poder civil.

O enunciado que encerra o texto é sintomático desse quadro político em que se cria toda uma expectativa quanto às possibilidades de articulação e poder dos militares em fazer prevalecer sua perspectiva de ação política. Referindo-se às forças armadas, o professor Cavagnari reconhece sua preponderância em episódios decisivos da transição. Fechando a reportagem, o enunciado dá o tom final ao texto, reconhecendo a prevalência dos interesses políticos dos militares sobre os interesses gerais da nação:

"Conseguiram resistir à campanha das diretas já, conseguiram fazer com que a transição fosse negociada e lhes deixasse amplos espaços de influência, e vão ganhar a terceira batalha, a da Constituinte, porque são organizadas e mostram extrema competência no relacionamento com os parlamentares."

No enunciado, há um elogio à capacidade de articulação dos militares que sugere alguns subentendidos: os militares têm sido mais competentes que os civis, seus interesses na nova Constituição já estão assegurados. Além disso, sabem se conduzir no processo político democrático, sem fazer apelo à força, já que exibem extrema competência no relacionamento com os parlamentares. Fechando o texto dessa forma, outra não pode ser o efeito de sentido para o leitor: os militares manterão seu papel na nova Constituição.

O discurso da imprensa sobre os militares evidencia particularmente neste texto, que, não obstante seja necessário mudar-uma vez que se trata de um processo constituinte - uma mesma

realidade política há de prevalecer: os militares são tutores do processo político e, como sujeitos sociais, não podem ser contrariados nos seus interesses e aspirações. O discurso da imprensa vai, assim, propiciar um duplo encaminhamento: por um lado, aponta para visões políticas distintas; por outro, conduz a um tipo de conclusão: é preciso contemporizar e substituir o confronto direto pelo aproveitamento das brechas institucionais e conjunturais. Numa palavra: é necessário investir no consenso.

3.4-OS MILITARES E A ANISTIA (FOLHA DE SÃO PAULO, 16/10/85)

O editorial se situa no contexto em que o Congresso Nacional se mobilizava para a votação das emendas que convocavam a Constituinte e das que concediam anistia aos militares cassados pelo movimento militar de 64. Naquela segunda quinzena de outubro, a discussão da anistia iria agitar o debate entre os deputados mais do que a própria questão da Assembléia Nacional Constituinte. Quando o editorial é veiculado, porém, o debate está apenas começando e fornece - como é próprio desse gênero discursivo - indicações de como a crise ou o impasse devem ser superados.

O texto começa estabelecendo uma comparação entre essa discussão e a discussão de outros temas relacionados à convocação da Constituinte. Vejamos o enunciado abaixo, que abre o texto:

"Enquanto a maior parte dos temas envolvendo a questão da convocação da Constituinte recobre-se de polêmica e exige das lideranças partidárias penosos esforços de imaginação, quando não se precipita em aberto impasse, é num saudável clima de serenidade e desarme de ânimos que se tem procurado um entendimento quanto à reintegração aos quadros das

Forças Armadas dos cerca de sete mil militares, entre oficiais e praças, cassados pelo movimento de 64."

O paralelo feito entre a discussão sobre a questão da anistia dos militares e as outras questões estabelece que a ênfase da primeira está na convergência enquanto a ênfase das outras discussões está na divergência. Reconhece-se assim a facilidade com que se constrói o consenso em torno de questões do interesse da corporação militar. O editorial remete a aspectos subjetivos - serenidade, desarme de ânimos - para sugerir implicitamente que está havendo um bom encaminhamento na discussão do problema.

No enunciado, o emprego da nominalização movimento de 1964 esconde a ação de sujeitos e mesmo o processo que possibilitou a cassação. Tal posição não favorece cobrança de responsabilidades já que os sujeitos estão ocultos. A cassação é apresentada como efeito de um acontecimento histórico, sem que se explique o processo político em que ela se deu ou identifiquem-se os responsáveis pelo mesmo.

Um outro enunciado apresenta como legítima a reivindicação dos militares, mas vai introduzir um elemento que remete à necessidade de se formar um consenso:

"Ninguém negará a justiça dessas reivindicações; há, contudo, uma série de dificuldades para sua viabilização prática. Problemas administrativos e técnicos, como o fato de não terem cursado escolas especializadas ou ultrapassado os limites castrenses de idade, tornam improvável a plena reintegração dos anistiados no serviço ativo das tropas."

O enunciado é introduzido por uma indeterminação: ninguém.

Assim se estabelece a idéia de que o pleito é plenamente aceitável. Subentende-se que mesmo a hierarquia militar há de concordar com a justiça das reivindicações. O reconhecimento da justiça das reivindicações é uma questão menor diante das ponderações que vêm em seguida, introduzidas pelo operador argumentativo contudo. Ao tempo que se reconhece uma reivindicação como de pleno direito, aponta-se para a impossibilidade de sua viabilização na prática.

E aí, o editorial fornece explicações de ordem técnica e administrativa, silenciando sobre aspectos político-ideológicos que ficam implícitos, apelando para uma análise de conjuntura mais ampla. Para o jornalista Carlos Chagas(2), essa foi a posição dos chefes militares: "Publicamente, eles alegavam fatores de ordem técnica ou a inviabilidade financeira para implementar o reingresso dos cassados, mas nos bastidores o problema mesmo era a convivência com o grupo que eles haviam derrotado em 64."

Segundo o jornalista Robson Barenho(3), as empresas jornalísticas tinham compreensão de que a razão da recusa dos militares era, de fato, de ordem política, embora a questão financeira também pesasse. Para ele, não é que a imprensa tenha se comportado de forma omissa, mas sim que "não havia lugar para uma discussão mais abrangente, e o objetivo concreto era evitar o revanchismo."

Mais adiante, o editorial prescreve seu compromisso com uma saída consensual e marca a posição da alta hierarquia militar. Observemos o enunciado:

(2) - Comunicação em entrevista pessoal, no dia 17 de janeiro de 1992.

(3) - Comunicação em entrevista pessoal, no dia 11 de fevereiro de

"As negociações com vistas a uma saída consensual indicam o sentido da reincorporação dos cassados, desde que remetidos automaticamente para a reserva ou reformados, não sem antes promovê-los aos postos que, em carreiras normais, atingiriam."

O operador argumentativo desde que estabelece a condição para que a anistia seja aprovada de uma forma consensual. A junção das marcas linguísticas, desde que/automaticamente, pressupõe um imediatismo como a saída para o impasse. A reivindicação dos cassados - que é justa - será atendida desde que preenchido esse requisito. Ou seja, o limite estabelecido pela hierarquia militar é a margem até onde a negociação pode ir. E é nessa faixa de manobra que o discurso da imprensa vai se situar.

A opção pelo consensual também está presente neste outro enunciado, mais um elogio ao tratamento que se tem dado às questões militares no Congresso Nacional:

"Foi também numa discussão distante das radicalizações apaixonadas que se tornou possível a aprovação pelo Senado Federal do projeto de lei do senador Itamar Franco (PMDB-MG), que devolve aos militares na reserva ou reformados o direito de se pronunciarem publicamente sobre qualquer assunto, exceto os de natureza militar de caráter sigiloso."

No enunciado está implícito um elogio à forma como assuntos referentes aos militares vêm sendo tratados. Num ano em que as estruturas autoritárias sofriam um processo de desgaste e modificação

e muitas polémicas apareciam na superfície da realidade social, a paixão política torna-se um fato concreto. Nesse caso, a instituição militar tende a ser vista como o grande malfeitor, possivelmente o único patrocinador do autoritarismo que marcou a sociedade nos anos anteriores. As responsabilidades dos próprios setores civis na construção do regime militar não são questionadas. Exorcizar o espectro do militarismo constitui-se um dado da conjuntura. No enunciado acima, porém, há uma situação oposta, o que possibilita o seguinte subentendido: a crise na relação militares x civis está superada.

Essa mesma construção argumentativa vamos observar nos enunciados abaixo. Vejamos:

"Estes dois acontecimentos (...) merecem todavia ser aproximados na medida em que parecem confirmar a escolha do caminho das negociações responsáveis e serenas, longe dos tensos debates paralisados pelo dogmatismo ou pela irreflexão, como a maneira com que está sendo consolidada a normalização das relações entre o poder civil e a corporação militar."

Os dois acontecimentos - a emenda da anistia e o direito dos militares na reserva de se pronunciarem - são apresentados como exemplos de que a crise foi superada. O enunciado expõe um elemento estranho: as discussões de temas exclusivamente civis não revelam as características das discussões dos temas militares, que estão sendo travadas em negociações responsáveis e serenas, longe dos tensos debates paralisados pelo dogmatismo ou pela irreflexão. O que isto significa? Que efeito de sentido se constrói aí? O texto não fornece

aparentemente qualquer explicação para essa marca distintiva entre a discussão dos assuntos civis (no primeiro enunciado, apresentados como exigindo penosos esforços de imaginação) e a discussão dos assuntos militares. Mas, o que faria com que os primeiros se encaminhem para uma negociação em que se ressalta a divergência, ao passo que os últimos são encaminhados para uma negociação que converge para um consenso?

Encontramos explicação no fator tutela militar. O reconhecimento por parte das lideranças partidárias desse fator encaminha as negociações para essa convergência. Os limites admitidos pela alta hierarquia militar força os líderes civis a encontrarem uma solução consensual. Um consenso que vai favorecer os grupos poderosos em detrimento dos menos favorecidos. No caso específico, no consenso que vai se estabelecer, os militares cassados vão ficar de fora, mas essa situação será minimizada porque, de alguma forma, eles serão contemplados. Ou seja, propõe-se atendê-los em alguns aspectos, mas recusa-se o atendimento no essencial: a incorporação às tropas.

"Acima dos ressentimentos e das interferências políticas, assuntos delicados encaminham-se por soluções de consenso; nada melhor para um País cuja história política deu, em diversas ocasiões, preocupantes sinais de imaturidade e de resistências a aprender com os episódios do passado."

Desse modo, a imaturidade do processo político está no passado e a prova disso está justamente na convergência para onde aponta o tratamento das questões de interesse da corporação militar. O modalizador reconhecidamente expõe a ênfase da opinião pública no episódio

que se discute. Assim, reconhece-se que os assuntos são delicados, mas os parlamentares estão sabendo administrá-los, de forma conveniente.

No enunciado abaixo, reconhece-se que certos assuntos fazem referência ao passado e que este já está superado, mas ainda assim incomodam, pelo que torna-se necessário um tratamento longe de revanchismo.

"É dentro de um espírito avesso a acertos de contas extemporâneos ou a exacerbações indevidas que se deve tratar de todos os assuntos que, mesmo fazendo ressurgir as arestas de períodos já superados da história brasileira, não podem deixar de participar das cogitações políticas e institucionais da atualidade."

O sentido que se constrói no enunciado é uma posição contra o revanchismo, e mais ainda, contra "acertos de contas", que no texto é posto como algo fora de tempo. Com isso, o efeito que se impõe é o de legitimar o consenso político que se produziu. Ao mesmo tempo que se reconhece que é cabível questionar todos os assuntos, o limite para tanto é a manutenção do consenso. O emprego da forma verbal perifrástica deve tratar evidência o lugar de fala do jornal, apresentando aí sua orientação política na busca de um equilíbrio entre as várias e diferentes demandas, a construção de uma situação ideal, a elaboração de um consenso que possibilite o equilíbrio do jogo político.

Neste outro enunciado, procura-se poupar a instituição forças armadas, preservando-a de qualquer atribuição injusta. Os erros foram ações de membros da instituição - propõe o argumento - e, portanto,

deve ser feita a diferença entre a instituição e seus membros.

"É esse mesmo espírito de serenidade e isenção que deve orientar o tratamento de todos os episódios que, envolvendo membros das Forças Armadas, não podem ser tomados como representativos de qualquer julgamento sobre a instituição como um todo."

Outra vez o enunciado marca a orientação política do jornal no episódio pelo uso da forma verbal perifrástica deve orientar. O efeito é desqualificar as reivindicações de reparações e julgamento por crimes cometidos por órgãos ligados à instituição militar. Busca-se forjar uma discussão desapaixorada, desideologizada. Ou seja, não está em questão o regime militar, a intervenção dos militares no processo político. Os problemas são apresentados como ações de indivíduos, resguardando-se a instituição de qualquer desgaste.

Encerrando o texto, o atentado do Riocentro e o caso Baumgarten são apresentados comparativamente. E aí, o editorial defende a posição de que, se for o caso, deve-se reabrir o primeiro:

"...importa fazê-lo, assim, não para repetir o clima de precipitação que parece dirigir o caso Baumgarten, mas para que, com o mesmo sentido de maturidade política evidenciado nas discussões institucionais a que fizemos alusão, quaisquer prejulgamentos, paixões veementes e extrapolações açodadas não venham a tumultuar a busca criteriosa da verdade."

Mais uma vez o editorial defende limites no processo de revisitação do passado. Apela-se a aspectos como maturidade política - que nada mais é senão o reconhecimento dos limites do consenso -

para defender o encaminhamento nas discussões. Enfim, tudo é passível de discussão e revisão, desde que não prejudique o consenso já construído. O editorial é encerrado falando-se em termos de busca criteriosa da verdade, mas não em julgamento ou reparação. Descaracteriza-se qualquer projeto nesse sentido falando-se em prejulgamentos, paixões veementes e extrapolações açodadas. Com isso, respalda-se o consenso - mola mestra que vai possibilitar o papel dos militares como tutores do processo político.

3.5-UMA QUESTÃO DE ESTADO(O GLOBO,22/08/86)

O editorial situa-se no contexto político marcado pela proximidade das eleições para o Congresso Constituinte e quase às vésperas da comemoração do dia do Soldado - a maior data festiva do Exército. Este editorial segue-se a dois outros(4), veiculados nos dias precedentes ("Força estabilizadora" e "O papel dos militares"), em que se chama a atenção para a importância das forças armadas na política nacional e nos quais toma-se posição favorável ao atendimento dos interesses militares.

Neste texto, faz-se a apologia do aumento no orçamento das forças armadas. Já no título, o editorial toma a defesa dos militares, situando a questão dos orçamentos militares como uma **questão de Estado** e conferindo prioridade, urgência aos reclamos dos militares.

"Já bem antes de surgir no horizonte a perspectiva da transição política(...) a

(4) - Os textos referidos também fazem parte do corpus desta pesquisa. A referência completa pode ser vista no anexo I.

maioria dos chefes militares não escondia ter forte motivo para defender rápido desengajamento das funções políticas."

No enunciado acima, subentende-se que os chefes militares em sua maioria já tinham feito uma opção pela retirada do governo bem antes da perspectiva civil de transição política. A situação se apresenta de uma forma atenuada: não escondia ter forte motivo. Desse modo, a transição é apresentada não como uma resultante de um longo e complexo processo político, mas como fruto de motivações corporativas. O motivo para tal estratégia é explicitado no enunciado abaixo:

"O atrelamento da força armada à administração pública inibira o processo de modernização das três Forças e ameaçava com o obsoletismo boa parte do equipamento militar disponível."

Neste enunciado, percebe-se que o fato de os militares terem se voltado para a administração pública fez com que seus interesses como corporação ficassem a reboque de sua atuação e performance políticas. Ou seja, este viés político da corporação comprometeu o profissionalismo militar. A lógica é explicada: "Sendo o regime de base militar, sentiram que seria imperioso retirar-lhe qualquer conotação militarista." A tática seria salvar as aparências, apresentar-se ao público de tal forma a evitar má interpretação de seus interesses e objetivos no governo.

"A decisão, que tinha conteúdo de bom senso, exagerou na dosagem e acabou submetendo as contas militares a reajustes homeopáticos, muito abaixo

do vendaval inflacionário
que, com frequência nos
últimos anos, varreu a econo-
mia do País."

No enunciado acima, há dois casos de metáfora. No primeiro, trata-se de uma referência à terminologia médica que já tinha sido introduzida no segundo parágrafo ("emagrecimento dos orçamentos militares"). Neste outro enunciado, fala-se que se "exagerou na dosagem" e chegou-se ao ponto de se submeter a "reajustes homeopáticos". É mais um exemplo no discurso da imprensa de se trabalhar processos sociais minimizando-os, simplificando-os. O outro caso - referente à inflação - faz uso de um fenômeno da natureza (vendaval) que "varreu a economia do País". Surge aí aquela idéia da inflação como algo incontrollável, além do domínio dos sujeitos sociais. A decisão - reduzir a aplicação de recursos na área militar - era algo positivo, mas a inflação se tornou incontrollável, complicando a situação.

A partir daí o editorial apresenta casos para ilustrar o argumento. O texto fala da "situação de penúria", aquela enfrentada pelo Exército e pela Marinha e desce a detalhes sobre como aquela situação se configurou, para arrematar: "Do ponto de vista da tropa, mostra-se deletério o efeito da impossibilidade de adestrar-se adequadamente." Destacam-se, assim, as possíveis consequências a que se pode chegar a redução dos orçamentos militares, ao mesmo tempo que gera uma indeterminação: quem determina o que é adequado e em referência a quê? Mais adiante, ao falar-se sobre o papel da instituição militar, vai se compreender a referência que o advérbio modalizador *adequadamente* sugere no enunciado.

Já neste outro, busca-se mais uma vez orientar a atenção da sociedade para as dificuldades enfrentadas pelos militares, como corporação:

"No segundo ano do Governo da Nova República, a questão deve ser posta em outros termos. É hora de retomar o sentido modernizante que o reaparelhamento militar embute, dedicando-lhe verba compatível com as necessidades de investimento."

A forma verbal perifrástica encaminha a discussão: "a questão deve ser posta em outros termos." Ou seja, a corporação militar não pode ficar mais à mercê de uma política econômico-financeira que não os beneficia, que restringe seu desenvolvimento moderno. A sociedade precisa encarar o problema sob outra perspectiva. A corporação precisa ser contemplada com verbas que possibilitem novos investimentos. O texto mostra como isso pode ser feito:

"O inchamento da comunidade de segurança e informação sugou recursos que agora podem voltar a ser canalizados para o reequipamento e adestramento de pessoal. Teremos, com isso, importante apoio ao esforço principal, que é pleitear meios para que as três Forças mantenham sua condição de responsáveis pelo sistema de defesa do País."

O emprego da nominalização inchamento dissimula todo um complexo processo de politização das instituições e não deixa claro se o inchamento refere-se ao poder político ou ao acúmulo de funções não atinentes aos propósitos originais como a repressão, torturas e assassinatos de ativistas políticos. Com o uso do advérbio agora, subentende-se que a transição política já resolveu a questão do

inchamento dos órgãos de segurança. Dada a nova conjuntura, os recursos aplicados naqueles órgãos podem voltar a ser canalizados em favor da instituição. O efeito de sentido que se constrói é que a lógica da distribuição de recursos deve seguir as necessidades primeiras da corporação. As prioridades da corporação não admitem outro tipo de utilização daqueles recursos, ou seja, fala-se nas necessidades dos militares, mas não se mencionam as necessidades do resto da sociedade. Mas a justificativa é apresentada: esse é um meio de se conseguir mais recursos para que as três forças cumpram sua missão de defesa, numa referência aqui apenas ao inimigo externo.

Mas nessa apologia de uma priorização no atendimento das necessidades militares, o editorial constrói um lugar de fala para os chefes militares, onde estes não estão interessados apenas em mais recursos, antes, eles pretendem o diálogo:

"Não se trata, entretanto, de pura e simplesmente ampliar orçamentos. Nem os dirigentes das Forças Armadas defendem tal posição. Querem eles o diálogo com a sociedade civil, através dos canais competentes, para dissipar preconceitos em torno do gasto militar. Querem que o Congresso deixe de vetar ou aprovar números que totalizam despesas para analisá-las, qualificando-as."

O operador argumentativo entretanto faz a oposição com uma política meramente corporativista. O emprego duplo dos advérbios modalizadores - pura e simplesmente - sugere a idéia de que a realidade é mais abrangente e que por isso não se deve ter uma compreensão restrita. Os dirigentes militares se propõem a dialogar com a sociedade civil e explicar seus projetos, eis o subentendido.

Pela leitura do interdiscurso, pode-se perceber que há uma referência aqui àquela posição que apresenta os militares com interesses corporativistas muito fortes e isolados da sociedade. Há também uma referência ao Congresso, como instituição, que não tem contemplado as forças armadas no seu mérito, trabalhando de uma forma divorciada dos verdadeiros fundamentos das propostas que são votadas.

O editorial possibilita uma expectativa da posição dos parlamentares: "Esse é um desafio a que os parlamentares não devem deixar de responder positivamente." Aqui percebe-se um encaminhamento para a atuação dos parlamentares: eles não podem ficar ou se manter indiferentes, mas terão que responder e fazê-lo de uma forma positiva. A referência aqui é à perspectiva dos militares. O subentendido é de que os políticos devem se curvar a uma realidade que se apresenta como de interesse geral e não apenas dos militares. Observemos o enunciado abaixo:

"Os orçamentos militares, assim como outros referentes a segmentos distintos da administração, não interessam apenas aos que vão desembolsar os recursos aprovados. Interessam à sociedade que, por seus representantes, deve se preparar para debater o que lhe é apresentado sem o automatismo de vetos ou sanções desarrazoadas."

Neste enunciado, os orçamentos militares são postos lado a lado com outros orçamentos; há aqui uma inserção dos militares no conjunto da sociedade. O efeito de sentido é apresentar a corporação como parte do todo maior que deve ser considerado. Na forma verbal perifrástica deve se preparar, existe o pressuposto de que a

sociedade não está preparada para debater a questão das necessidades militares. Ou seja, a sociedade desconhece a posição, os projetos e as necessidades da corporação militar. O subentendido que se constrói aqui é de que há uma defasagem entre a sociedade e a instituição forças armadas.

No último enunciado, o papel da corporação militar vai se configurar num apelo final à necessidade de se aplicar maior volume de recursos como investimento:

"O papel das Forças Armadas, de guardiãs das nossas fronteiras, garantidoras da paz interna e formadoras de cidadãos, não pode ser adequadamente desempenhado num quadro de amesquinamento orçamentário como o que até agora elas se têm submetido."

Na definição do papel da instituição percebe-se tanto a missão externa - guardiãs das nossas fronteiras - quanto a interna, aqui acentuada pela perspectiva em dose dupla - garantidoras da paz interna e formadoras de cidadãos - que apresentam-se assim, como extremamente relevantes e indispensáveis para a sociedade. É com base nessa relevância, nessa indispensabilidade que o editorial vai firmar posição em defesa da instituição, no sentido de que sejam contempladas com um orçamento mais amplo.

Mais uma vez o modalizador adequadamente ocorre aqui relacionando as dificuldades que a instituição enfrenta no cumprimento de seu papel, mas não se precisa como seria esse exercício adequado. De alguma forma, a idéia fica subentendida ao longo do texto: progresso tecnológico, modernização do equipamento. A nominalização quadro de amesquinamento orçamentário simplifica um processo sócio-econômico, silenciando sobre os sujeitos envolvidos e

as implicações gerais, ao mesmo tempo que atribui a processos políticos atributos pessoais (mesquinhez).

O editorial constrói para os militares um compromisso destes com a profissionalização institucional, conduzindo o leitor à compreensão de que, para os militares, há coisas mais urgentes e prioritárias do que a questão política em si. Desse modo, subentende-se que os militares não se constituem em entraves ao processo de redemocratização da sociedade; pelo contrário, eles têm interesse nesse processo na medida em que podem vir a se beneficiar com o mesmo. Os militares teriam sido vítimas do próprio regime que criaram e não os beneficiários do mesmo. Esta é a realidade, mas há preconceitos e estes precisam ser anulados, desconsiderados. Assim, ao ingressar no regime civil, a sociedade precisa compreender a realidade das necessidades militares e se ajustar a esse processo.

As questões militares são consideradas isoladamente do contexto geral de toda a sociedade e fora do processo social e econômico que penaliza a todos. No texto, a instituição forças armadas emerge como vítima primeira de um regime pelo qual foram responsáveis. Com essa postura, isenta-se os militares de uma posição de oportunistas, beneficiários de uma situação privilegiada. Constrói-se para os militares o papel de sujeitos interessados num diálogo com a sociedade e atentos aos limites que a conjuntura lhes impôs ao longo do tempo.

Com essa posição de sujeito, os militares são uma questão de Estado. Não porque se apresentem como tutores do processo sócio-político ou inconformados com a perda de suas funções políticas, dado o retorno aos quartéis, mas sim porque efetivamente se vêm

impedidos de exercerem seu papel de "responsáveis pelo sistema de defesa do País." O editorial chama a atenção para uma realidade específica da instituição militar, silenciando acerca de um debate mais abrangente, no contexto maior da sociedade que inclui outras demandas (a exemplo da questão educacional, da saúde, e da questão agrária). Os militares são apresentados de forma tal, que é preciso recompensá-los pelo compasso de espera em que estiveram ao longo dos anos. Vistos isoladamente, fica mais fácil construir a imagem de segmento social carente de recursos - para desempenhar seu papel, em benefício da sociedade - bem como promover uma reconsideração por parte da sociedade.

3.6-SILÊNCIO NA VILA(O ESTADO DE S. PAULO,25/08/88-N.M.)

O artigo é veiculado pelo Estado no contexto em que os constituintes estavam concluindo o trabalho de elaboração da nova Constituição, que seria promulgada semanas mais tarde. O ambiente político voltava-se para as eleições municipais de 15 de novembro. Com a Constituição definida, bem como já definidos o sistema de governo e a duração do mandato presidencial, cresciam as especulações quanto às candidaturas a presidente da República. Algumas das quais já se consideravam asseguradas.

A data da veiculação corresponde à comemoração do Dia do Soldado. Já no título, o articulista faz uso da metonímia e toma a Vila(militar) como representante do segmento militar, para dizer implicitamente que os militares estão calados. Isso possibilita o seguinte subentendido: nem sempre os militares estão calados ou se calam.

O primeiro enunciado do texto traz uma comparação:

"O 'golpe militar' é algo tão brasileiro quanto o bumba-meu-boi ou o saci-pererê. Só que por ora, não tem qualquer possibilidade de ocorrer, apesar das especulações dos que continuam a resolver os problemas do Brasil e do mundo nos botecos ou nos varandões da burguesia nacional metida a esquerdista."

O enunciado começa naturalizando um sentido para o golpe militar. Este é comparado a criações do folclore nacional. Com isso, reduz-se um processo sócio-político, isto é, histórico, à categoria de um patrimônio da cultura nacional. O subentendido que se segue a esta comparação é que se trata de um fenômeno tão presente em nossa história que não deve assustar ninguém.

No mesmo enunciado, a comparação é atenuada pelo emprego de algumas marcas linguísticas. Primeiramente, o denotador de exclusão **só que** abre uma exceção para aquele momento político. A ressalva é assegurada pelo emprego da expressão adverbial de tempo **por ora** e o indicador de indeterminação **qualquer**. O período "Só que por ora não tem qualquer possibilidade de ocorrer" esvazia uma consideração crítica do fenômeno. Ele sugere um alívio: o golpe é algo natural, porém, não tem como ocorrer agora. E apresenta isso como um fato concreto, apesar das especulações de alguns, os quais são ridicularizados pelo articulista. Há uma consideração pejorativa sobre os mesmos, apresentados como alienados da realidade ou simplesmente metidos a esquerdista.

No enunciado seguinte, o articulista fornece uma explicação, ou pelo menos tenta explicar, apelando para fatores de ordem

conjuntural. Ele procede a uma comparação entre o contexto específico e episódios anteriores de intervenção militar na política brasileira. Diz o texto:

"Não há nada iminente no horizonte, como já ocorreu em 1937, em 1964 ou no 'movimento de retorno aos quadros institucionais vigentes' que Lott proclamou nos anos 50."

Com isso, o texto constrói uma posição de sujeito para os especuladores: estes desconhecem a realidade, não sabem estabelecer um paralelo sustentável com outros momentos em que se deu a intervenção militar na política.

No entanto, após essa introdução em que se desconsidera a possibilidade de um golpe ocorrer, o articulista passa a trabalhar com a hipótese para um futuro próximo. Essa possibilidade estaria vinculada a uma situação de crise, de instabilidade. O texto fala de certas perspectivas, criando com isso uma situação de indeterminação. É é desse lugar de fala, indeterminado, que se reconhece o papel tutelar dos militares na política brasileira.

"Queiram ou não os mais otimistas, contudo, sempre pairam no ar certas perspectivas que, caso a situação piore em futuro próximo, ensejariam novamente o popular grito de guerra de políticos e boateiros profissionais, com a tradicional cantilena: 'A vila (Militar) está descendo!'"

O texto reconhece um lugar de fala para aqueles que esperam, que contam com o sucesso de um golpe militar. Os civis podem se articular em favor de uma intervenção militar, a depender de um agravamento da crise. Aqui percebe-se o vínculo entre o desempenho da

tutela militar e a instabilidade das instituições políticas do país. O enunciado também admite que o golpe militar é algo recorrente, como também o é a reivindicação de segmentos civis em favor da intervenção militar.

O texto se constrói num contínuo entre a afirmação da possibilidade de ocorrência de um golpe militar e sua negação. No enunciado abaixo, mais uma negação da iminência de um golpe:

"Ninguém acredite, ainda que ouça, que há canhões a caminho da cidade. Eles, os militares, até janeiro pelo menos, estão mesmo preocupados é com o alfaiate, já que o elegante ministro do Exército resolveu modificar o uniforme da corporação. Tudo o que os militares esperam é que, devido à inflação, o ministro aguarde seus soldos subirem para que encomendem o rico fato."

O enunciado começa com uma metonímia. Substitui-se militares por canhões, evocando aqui o aspecto repressivo que caracteriza a imagem de canhões em tal contexto. O pronome indeterminado ninguém e o operador argumentativo ainda que reforçam o grau de improbabilidade de ocorrência de um golpe militar. As idas e vindas de um processo histórico ficam à mercê das idiossincrasias da corporação militar. Existe aí também o reconhecimento de uma especificidade da corporação. Esta é poupada de uma possível vinculação com setores civis, na operação de uma intervenção militar. O articulista apela para o episódico, o fortuito e o trivial na argumentação. Uma instituição que valoriza a burocracia e a estrutura hierárquica volta-se para observar "o elegante ministro do Exército (que) resolveu modificar o uniforme da corporação."

No enunciado abaixo, o texto apresenta uma posição de sujeito para a esquerda. Vejamos:

"É esse tipo de preocupação da tropa que não dá à esquerda atualmente motivo overnight para temer o tal golpe com que tanto sonha para dar um pouco de movimento à vida, motivar novas campanhas cívicas, novo élan à mediocridade ambiente."

À esquerda é conferida uma postura ambígua que é ridicularizada pelo uso da ironia. A esquerda se situa numa posição em que precisa, depende do papel tutelar e do seu exercício por parte dos militares como condição para sua dinâmica processual no jogo político. A indeterminação na expressão o tal golpe, que é uma nominalização, não explicita de que golpe se fala. Não havendo possibilidade de golpe, nem razão para temê-lo, toma-se da esquerda o objeto de suas preocupações. Desse modo, a atual postura dos militares frustra as expectativas. O articulista em nenhum momento especifica quem é essa esquerda, favorecendo a compreensão de que se trata de um bloco homogêneo, simplificando o entendimento.

No enunciado abaixo, a possibilidade de ocorrência do golpe militar é apresentada com base num aspecto conjuntural. O fato político é mostrado como "a única oportunidade real" para o golpe. Observemos:

"A despeito do que se diz, a única oportunidade real de restauração do golpismo é a eleição, indesejada pela tropa, de Leonel Brizola à Presidência da República, por mais que se alegue em contrário. Nesse caso, nenhum dos atuais ministros militares seriam obedecidos

em nome da 'legalidade' e do arremedo de democracia de Ulysses e Sarney."

O articulista utiliza-se dos termos restauração e golpismo. Pressupõe-se com isso que o golpismo está deslocado da realidade política brasileira, mas que pode voltar, vir à tona. No enunciado há o subentendido de que o exercício democrático da eleição direta torna-se oportunidade real para o golpismo se um determinado candidato for o vencedor. Assim, o golpismo pode ser evitado desde que se atente para os limites que os militares impõem. O texto naturaliza essa imposição militar. Há uma referência irônica à democracia que se está construindo, reconhecendo-lhe a inconsistência e seu caráter elitista, de cúpula.

A eleição de Leonel Brizola é algo tão inaceitável do ponto de vista dos militares que pode provocar até mesmo a subversão da hierarquia militar - um dos valores mais caros à corporação.(5) A rejeição ao candidato - principalmente de caráter conjuntural (sua participação na resistência às tentativas de golpe em 61 e ao golpe de 64) - ganha maior relevância que fatores estruturais: a hierarquia e o cumprimento da lei.

Mais uma vez, a posição de sujeito que se constrói para os militares nesse texto permite a compreensão de que os mesmos agem movidos determinantemente por razões corporativistas, interesses particulares. Ao mesmo tempo em que a preocupação com a indumentária pode 'distrair-los', malgrado a séria crise econômica, a eleição de um

(5) - Vale lembrar que uma das explicações para a precipitação do golpe de 64 foi a ameaça de subversão à hierarquia nas forças armadas, diante do movimento reivindicatório dos marinheiros, cabos e sub-oficiais.

para preservar seus mais altos valores.

"O presidente, justiça seja feita, jamais acreditou mesmo nessa história de que é o 'comandante supremo das Forças Armadas.'"

Nesse outro enunciado, subentende-se que a instituição militar passa ao largo da deocratização que se processa no país. Existe uma incoerência, naturalizada aqui, entre o que diz a Constituição e a prática histórica da instituição. No enunciado abaixo, essa mesma compreensão é atribuída à política interna militar:

"Não acredita também, por sinal, nesse tipo de liderança no Exército, nem mesmo por parte do seu atual ministro."

Aí, o articulista reconhece uma heterogeneidade constitutiva da corporação, em que a estrutura hierárquica não se apresenta homogênea, havendo peculiaridades entre seus diferentes escalões. Os parágrafos seguintes do texto vão reforçar essa compreensão.

Retomando a idéia do candidato Brizola vencedor como uma opção inaceitável para os militares, o articulista vai enxergar duas posturas diferenciadas entre a baixa e a alta oficialidade. Observemos o enunciado abaixo:

"Brizola, no entanto, continua sendo o bicho-papão da jovem oficialidade, capitães e majores identificados com os idos de 1922. Só desses, aliás, sairá qualquer reação no prazo que a hiperinflação e o esquerdismo constituinte determinarem. Entre os coronéis e tenentes-coronéis, após os acontecimentos de Apucarana e com o capitão Bolsonaro, instalou-se a

crise da 'generalite aguda'.
Com essa perspectiva, para
que pensar na nação ou em
Brizola?"

O enunciado começa com um pressuposto: Brizola já era um candidato inaceitável, um bicho-papão. Também se estabelece um paralelo com o movimento tenentista dos anos 20, que propunha a renovação do Exército e do país. A referência positiva que o movimento goza na historiografia oficial permite o subentendido de que rejeitar o candidato Brizola é uma questão de honra para os militares e mais do que isso, algo de interesse nacional. Essa opção da baixa oficialidade é reforçada pelo emprego do denotador de inclusão só e do pronome indeterminado qualquer. Ao mesmo tempo, fatores conjunturais são apontados como influenciando uma possível reação da parte desses oficiais. Ou seja, tanto pode ser um golpe, como pode ser outro tipo de reação.

As diferenças na corporação são expostas aí. Enquanto os jovens oficiais são predispostos a reagir a fatores de ordem conjuntural, oficiais antigos tendem a se preocupar com seu futuro, priorizando um comportamento individualista.

Depois disso, o articulista menciona os fatos novos que estão compondo a conjuntura:

"Só que há fatos novos: o nacionalismo já não é a cegueira da jovem oficialidade e tampouco o contingente que a forma hoje em dia provém do atraso dos sertões remotos. Além do mais, há uma conclusão melancólica: falhou a promessa da Nova República de que o Exército seria até 1990 uma força poderosa, moderna e sofisticada..."

O articulista tenta mostrar que o Exército de hoje é bem diferente do passado. As aspirações sócio-políticas dos jovens oficiais são outras. Mas, há na conclusão que ele propõe um subentendido que remete à formação do consenso que originou a Nova República. Na negociação para o fim do regime militar, o Exército recebeu uma promessa de que seus pleitos seriam atendidos. No entanto, a promessa não se concretizou, gerando insatisfações no Exército. Com isso, torna-se legítima a quebra do compromisso assumido com os civis, ou pelo menos há uma justificativa para tanto.

Outro enunciado aponta para a insatisfação da tropa:

"A novidade na tropa é a revolta e insatisfação crescentes com a corrupção desenfreada, a demagogia incontrolável - que tem na Constituinte seu melhor espelho nessas vésperas de eleições - além da crescente influência da esquerda mais radical nas poderosas estatais. Apesar do **faz-de-conta** de um ministério conservador."

A construção desse enunciado mostra a tropa como vítima da incompetência e, mais que isso, da corrupção do regime civil. E justamente o processo de reestruturação das instituições políticas do país é apresentado como falho e, apesar das aparências, a esquerda mais radical - novamente, a indeterminação - tem desempenho preponderante nas empresas estatais.

"Há informações preciosas sobre tudo isso, mas para a tropa elas não chegam via SNI do general Ivan de Souza Mendes, conhecido entre seus pares como o 'nosso Ivan' de dupla militância: castrense e peemedebista."

O enunciado acima traz os pressupostos de que a tropa está bem informada, só que não é o SNI que a informa. Expõe-se um descompasso entre o SNI e a corporação. Também ironiza-se a figura do ministro que ocupa a chefia do SNI, apresentado como "nosso Ivan". O texto firma posição de forma implícita ao lado dos estratos mais baixos da oficialidade, e não da cúpula militar.

Por fim, um último enunciado:

"A história dos 'patetas', contudo, não foi ainda absorvida. Menos pelos personagens classificados como tal, mais pela necessidade de manutenção da dignidade dos cargos."

O enunciado faz referência ao episódio em que o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, referiu-se à junta militar que governou o país durante impedimento do general Costa e Silva, chamando os ministros militares de três patetas. O operador contudo possibilita o seguinte efeito: há questões não resolvidas. O articulista apela para a necessidade de manutenção da dignidade dos cargos. No interdiscurso que possibilitou a fala do deputado procura-se ressaltar o fato de que os ministros militares agiram de forma autocrática, em prejuízo da nação. Na fala do articulista, um ministro militar não é só ministro, ele é antes de tudo um chefe militar, o que pressupõe dignidade.

No texto, há uma preocupação exacerbada com as questões e problemas dos militares, levando a sociedade em geral a ficar a reboque da problemática institucional. Os pontos de atrito na relação militares x sociedade são explorados, construindo, assim, uma aura de mistério em torno dos militares e sua movimentação como segmento político.

3.7-MILITARES COORDENAM MELHOR (CORREIO BRAZILIENSE,30.03.89-L.M.N.)

O artigo é veiculado às vésperas da comemoração dos 25 anos do golpe militar de 64. O contexto é também marcado pela sucessão presidencial, com as candidaturas a presidente sendo lançadas. Até esse momento, com a ausência de um candidato a unir setores conservadores da sociedade, temia-se - entre os conservadores - a vitória de um candidato da esquerda. O artigo se situa historicamente contra aquela posição que debita aos militares fracassos e má condução da administração pública.

Já no título, o articulista propõe uma posição de sujeito para os militares. Estes são bons coordenadores e mais que isso. Existe um subentendido que o texto vai se carregar de explicitar. Ao dizer **Militares coordenam melhor**, subentende-se que a comparação que se estabelece é com os civis. Nesse sentido, o primeiro enunciado do texto não vai deixar qualquer dúvida. Observemos:

"O Governo perde pontos em todas as áreas coordenadas por civis ou tecnocratas, e mostra-se mais coeso nos setores em que os militares administram as questões políticas."

O enunciado possibilita a compreensão de que os civis não sabem lidar com seus próprios problemas, ao passo que os militares sabem tratar até mesmo de assuntos políticos. Aí há um reconhecimento da competência dos militares numa área que não é a sua. No enunciado abaixo, admite-se um estranhamento dessa situação e ao mesmo tempo, cita-se um exemplo:

"Esse paradoxo, verdadeiro

contra-senso num regime civilista, demonstra as falhas da elite burocrática recrutada para servir ao governo da transição. Os militares souberam coordenar com paciência e senso prático a questão do meio ambiente..."

No enunciado percebe-se uma antinomia entre civis e militares: os primeiros são incompetentes, os últimos são competentes. O governo da transição não foi bem servido pelos civis, ao passo que os militares souberam coordenar. Essa forma verbal perifrástica indica a experiência dos sujeitos aos quais se aplica, neutralizando assim aquela idéia corrente durante toda a fase de redemocratização, de que os militares são péssimos administradores.

A partir daí, o texto apresenta casos isolados, construindo sua hipótese e generalizando sua aplicação. O ministro do Gabinete Militar é apresentado como um incansável batalhador. Todo o segundo parágrafo é dedicado à performance do ministro militar. A oração inicial fornece uma chave para a compreensão da posição de sujeito que os militares estão ocupando nesse texto: "Mas nada disso parece ser obstáculo para o general..." O operador argumentativo mas realça a especificidade do seu desempenho. Com o emprego da indeterminação nada disso e da forma verbal parece ser, o efeito que se produz é o de tornar relevante a capacidade de articulação e desenvoltura de um militar que se toma como representante da categoria. O desempenho de um indivíduo passa a ser um exemplo de toda a corporação, ou seja, toma-se o particular pelo todo.

Os exemplos vão reforçando a idéia da capacidade tecnológica desenvolvida pelos militares. Com tantos exemplos, o subentendido que se extrai é de que onde há a presença militar, há sucesso

administrativo. Num dos casos específicos que são apresentados, o denotador de inclusão também vai reforçar a idéia dos militares em tudo que se refere à segurança nacional, ou seja, os militares estão vigilantes.

"Presentes nesses setores críticos do Governo, os militares também acompanham a instalação do processo de ocupação de fronteiras na região amazônica, através do projeto 'Calha Norte'".

Subentende-se uma certa onipresença dos militares nos setores estratégicos da administração. O texto não faz uma apologia explícita de um novo regime militar, mas não somente elogia os novos oficiais, a nova geração de militares, como também desqualifica a elite civil. Ao mesmo tempo, propõe um distanciamento entre os novos militares e aqueles que tomaram o poder em 64, preservando os novos de qualquer responsabilidade pelos possíveis desmandos que o regime militar trouxera ao país.

"São esses militares de 1989 que não pensam neuroticamente na tomada do poder aos civis. Diferentes dos de 1964, o mundo para eles é o da modernidade científica e tecnológica, dos desafios da estratégia contemporânea."

O emprego do modalizador neuroticamente favorece o subentendido de que os militares de alguma forma consideram a possibilidade de tomada do poder, apenas não o é de forma neurótica. Tal subentendido leva também à idéia de um governo militar não propriamente através de um regime arbitrário, mas pela ocupação de pontos estratégicos na administração pública. A nominalização que se efetiva na expressão tomada do poder aos civis mostra um alvo, um

objetivo estratégico que os militares poderiam almejar, mas não o fazem, pelo menos não de forma neurótica. Implicitamente há um elogio aos militares - como corporação - por sua capacidade de se abnegar, por serem despojados de qualquer pretensão de poder. No caso, a nominalização esconde, oculta todo um processo sócio-político, não explicitando como se dá essa tomada do poder, ou seja, não toca na questão da ruptura institucional, na possibilidade de golpe. Há um tratamento do problema com base apenas numa questão de capacitação, medida por certos aspectos e não outros. Ou seja, os militares podem tomar o poder, mas não o fazem.

Os militares também são apresentados como identificando-se com a contemporaneidade, com o pensamento moderno. O subentendido que se constrói aí é que os militares estão ou se situam acima das questões menores, acima de interesses políticos. Eles estão voltados para o progresso.

No último enunciado do texto, surge um caso de metáfora como efeito - e isso fica implícito - da incompetência civil na administração pública:

"Mais que corporação, transformaram-se num corte da sociedade, com sua oficialidade média e superior sofrendo e sentindo os efeitos da voragem inflacionária que assalta e assusta a classe média."

A expressão adverbial que abre o enunciado, mais que, modaliza todo o período, mostrando os militares não somente como corporação, mas sim como parte da sociedade. Assim, constrói-se uma relação de solidariedade entre militares e sociedade. Aqueles também sofrendo os efeitos da inflação que atinge a sociedade e com esta se

identificando. Aí subentende-se a incompetência civil na administração econômico-financeira do país. Nessa solidariedade que se estabelece, os militares - que são competentes naquilo que fazem - são apresentados como vítimas dos civis e tecnocratas - incompetentes no trato da questão econômica.

A metáfora permite o ocultamento de um processo sócio-político e econômico. A inflação é vista apenas como algo assustador, comparando-se a um monstro que assalta e assusta. Não se conhece, não se mostram aí os agentes, as causas, as circunstâncias que provocam esse processo inflacionário. Este reduz-se a uma coisa, um monstro que precisa ser combatido.

Na solidariedade que se estabelece entre militares e sociedade, é realçado apenas dois segmentos de ambos. Da parte dos militares, destacam-se os oficiais médios e superiores; da parte da sociedade, menciona-se a classe média. Por que esse tipo de ligação? Afinal, não são esses dois segmentos que mais sofrem os efeitos da inflação e sim os estratos mais pobres da sociedade. Sintomaticamente é o mesmo tipo de aliança que se formou em 64 para derrubar o governo civil. Esse silenciamento quanto à baixa oficialidade e a lembrança da oficialidade média e superior sugere uma relação com 64, ainda mais reforçada pela proximidade da data do golpe. Menciona-se justamente os oficiais que por sua posição hierárquica têm capacidade de influenciar os demais e fortalecer determinada postura política.

Neste capítulo analisamos sete textos do processo discursivo da imprensa sobre os militares. No capítulo seguinte veremos como se deu o funcionamento desse processo.

CAPÍTULO 4

A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO

Como temos acentuado ao longo deste trabalho, o discurso da imprensa sobre os militares é algo que se constrói com base num processo histórico que possibilita sua produção. Depois de considerar no primeiro capítulo as características institucionais dos militares e da imprensa, vamos analisar neste capítulo o contexto político no qual surge o discurso da imprensa sobre os militares, bem como as principais características deste discurso e o modo como a imprensa participa do processo político.

4.1- A TRANSIÇÃO POLÍTICA CHAMADA "NOVA REPÚBLICA"

O regime civil que se estabeleceu após 20 anos de regime militar, e que ficou conhecido como Nova República, pode ser visto como a última etapa no processo de superação do regime discricionário, na busca de retorno ao Estado de direito. Isso quer dizer, em síntese, que foi um período de redefinição das instituições e relações políticas. Não foi em essência um governo democrático, apesar de apontar nesse rumo.

A passagem do poder para os civis era algo já previsto desde o começo do governo Figueiredo. Alguns episódios contribuíram para desgastar a imagem dos militares perante a opinião pública. Entre esses episódios, o de maior repercussão foi, sem dúvida, o frustrado atentado a bomba no Riocentro, em maio de 81, que culminou na morte de um sargento e em ferimentos graves num capitão do Exército. O episódio deixou claro o envolvimento de setores militares no movimento de reação ao projeto de abertura política encetado pelo

governo. O Riocentro foi o último de uma série de atentados que vinha se arrastando desde o ano anterior e que atingiu principalmente bancas de jornais e entidades civis como a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Brasileira de Imprensa. Apesar da abertura de inquérito, os autores dos atentados permaneceram impunes. Ao mesmo tempo em que o governo - cedendo às pressões da opinião pública - ameaçava punir, também cruzava os braços, deixando o caminho aberto para novas ações terroristas. Depois do episódio do Riocentro, se por um lado, seus autores não foram punidos, por outro, os protestos da sociedade foram tão fortes que conseguiram neutralizar a ação dos grupos terroristas.

O ano de 1982 torna-se emblemático na consolidação do processo de abertura política. A crise econômica começa a se agravar, o que leva o governo no final do ano a recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI). No plano político, realizam-se as primeiras eleições diretas para os governos dos estados - que haviam se tornado indiretas já no primeiro governo militar - o que vêm confirmar a tendência que vinha se apresentando desde as eleições de 1974, ou seja, os grandes centros urbanos voltavam-se contra o governo. Numa palavra, a classe média marchava para a oposição ao regime militar. A recessão que se impôs nos dois anos seguintes fez aumentar o descontentamento com o regime, desembocando nas grandes manifestações populares em favor da realização das eleições diretas para a escolha do sucessor do presidente Figueiredo.

É nesse momento de intensa mobilização política que começa a se delinear a possibilidade de vitória de um candidato de consenso que pudesse reunir tanto os partidos de oposição como dissidentes do

partido governista. O trabalho de articulação em torno do governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, que é bem anterior a esse momento, passa a ser visto como opção viável pelos próprios parlamentares do partido governista. A pressão da opinião pública faz com que a dissidência cresça nas fileiras do PDS. A estratégia era apoiar um nome da oposição que ao mesmo tempo fosse confiável para o governo militar.

Dois fatores, então, vão determinar o surgimento da Nova República. Primeiramente, a derrota política da emenda que assegurava a eleição direta para presidente. Em segundo lugar, a confirmação da candidatura de Paulo Maluf, pelo PDS, aumentando as possibilidades de vitória do candidato da oposição.(1) O ex-governador paulista tinha contra si a rejeição de boa parte do seu partido e da própria liderança do governo. Já em outubro de 1984 - três meses antes da reunião do Colégio Eleitoral - a vitória do candidato da oposição estava assegurada em virtude do apoio da maioria dos governadores do PDS e, por conseguinte, dos delegados escolhidos pelas assembleias legislativas dos estados.

A essa altura do processo, a quase totalidade da opinião pública apoiava o candidato da oposição que conseguiu arregimentar em praça pública manifestações populares em seu favor. Dessa corrente, participaram boa parte das entidades classistas, as igrejas, os partidos comunistas(ainda proscritos), setores das próprias forças armadas e, com papel de destaque, os mass media, cujo desempenho foi fundamental na construção do consenso em torno do candidato Tancredo Neves, como veremos na última seção deste capítulo.

(1) - Nossa interpretação se baseia na análise de reportagens e

artigos assinados veiculados pela imprensa naquele período.

é com a situação pendendo a seu favor que Tancredo Neves passa a se encontrar com lideranças militares, inclusive com o ministro do Exército, numa tentativa de construir uma ponte com os setores ainda resistentes entre os militares à possibilidade de sua vitória. Mas a onda reacionária no seio das forças armadas não passou de alguns discursos exaltados, movimentos de cena e tentativas frágeis de tentar deter o desenrolar do processo político. Os encontros de Tancredo Neves com os chefes militares - longe do debate público - favorecem a consolidação do grande consenso, tornando nulas, a partir daí, quaisquer tentativas de golpe.

Nesses encontros preliminares do candidato Tancredo Neves com lideranças militares ficariam assegurados alguns pontos: não se permitiria revisão dos crimes cometidos pela repressão militar, seria respeitada a autonomia institucional das forças armadas e o futuro governo daria apoio aos projetos tecnológicos das três armas.

Eliézer Rizzo - estudioso da questão militar(2) - ao defender a hipótese de tutela militar durante a Nova República - esclarece:

"Naquele momento de transição, os militares funcionaram com o papel de interventores, preservando-o; mas na prática, não o exerciam como nos moldes da ditadura. Eles tentaram buscar uma saída democrática, de forma consensual."

Explicando a conjuntura daquele período, Eliézer Rizzo mostra que ao perder o apoio dos partidos políticos já no início do governo, o presidente Sarney encontra apoio na área militar. Em troca do apoio

(2) - Comunicação em entrevista pessoal, no dia 19 de março de 1992. político ao governo, os chefes militares procuram atingir a realização de quatro objetivos: a preservação do papel dos militares na nova Constituição, o controle das polícias militares, o controle da indústria de armamentos e a garantia dos projetos nucleares. Segundo Rizzo, a tutela militar se configurou de forma bem clara em alguns momentos específicos(3), como a articulação contra a reforma agrária e a repressão às greves de São Paulo, por parte do II Exército.

O sociólogo Florestan Fernandes(1986) - num livro em que discute o modelo político da Nova República - escreve: "A ditadura militar sofreu uma derrota, mas é uma derrota que se caracteriza pela autopreservação"(id.:22). Nesse jogo político, diz Fernandes, tal recomposição é desejada pelas elites, temerosas de outras alternativas, que vão ensejar uma "transição prolongada". Daí porque o contexto se caracteriza por seu caráter conservador, em que interesses, conveniências e aspirações terminam se acomodando em favor dos principais grupos no poder. Cada qual busca extrair sua participação no usufruto dos favores políticos. Esclarece Florestan Fernandes:

"A estratégia nascida do pacto conservador não tomou como ideal a República democrática da era atual. Perfilhou o caminho das composições de interesses, o que redundou, naturalmente, em um estágio no qual o poder ditatorial se prolonga com eficácia em vários segmentos contíguos" (id.:29).

(3) - Procuramos evitar considerar a questão da tutela dos militares no processo político com base na análise de episódios específicos, já

que, independente dos conflitos, a tutela militar está implícita.

Num ensaio desse período, em que analisa a autonomia militar e a construção da potência no Brasil, o professor e coronel da reserva Geraldo Cavagnari(1987) mostra que é errôneo pensar que a transição política tenha chegado a um impasse. Na negociação que se fez para viabilizar a transferência de poder aos civis, buscou-se, isto sim, evitar uma ruptura com o regime anterior. Cavagnari observa como forças antidemocráticas da própria sociedade têm interesse em que não se produzam mudanças na relação dos militares com o Estado. Referindo-se a essas forças antidemocráticas, escreve Cavagnari: "Estão empenhadas em completar a liberalização do regime, mantendo as garantias necessárias à sua sobrevivência num processo (para elas) indefinido e inseguro"(id.:61).

Por isso, explica Cavagnari, essa corrente política optou pela defesa da manutenção do papel das forças armadas no processo político, "já que como ator político importante elas poderão compensar o grau de incerteza existente no processo de transição"(ibid.). É essa corrente política que se torna majoritária na elaboração da nova Constituição do país.

Com todos os embates que caracterizaram o primeiro regime civil - depois de 20 anos de regime militar - a grande tônica foi o respeito por parte das elites e mesmo por parte dos partidos de esquerda aos limites desenhados no consenso que se formou no ocaso do regime militar. Com o engajamento, ainda que tardiamente, das forças armadas nesse processo político, o governo Sarney conseguiu enfrentar os últimos dois anos, já sem qualquer apoio dos setores representativos da sociedade.

É preciso notar, no entanto, que nenhuma outra alternativa se apresentava como legítima, e, ao mesmo tempo, conveniente aos setores que sustentavam o consenso em prol da preservação das conquistas democráticas já alcançadas. O presidente Sarney foi, assim, tolerado, e por isso o apoio dos militares representou muito, embora não se possa dizer que da parte das elites houvesse disposição para uma conspiração visando à derrubada do governo. Qualquer tentativa estava destinada ao fracasso, já que o consenso atingido anos antes, e que derrotou a candidatura oficial do regime militar, não poderia se repetir, em virtude da dinâmica do processo político.

4.2- AS REGULARIDADES DISCURSIVAS

Como temos considerado até aqui, o discurso da imprensa sobre os militares constrói alguns sentidos e possibilita efeitos bem específicos na sua interpretação por parte do leitor. Nesta seção, interessa-nos investigar quais são as regularidades no discurso da imprensa sobre os militares e como elas se ligam entre si, cooperando na fixação de certos sentidos que são veiculados nos jornais e revistas.

Já observamos como reportagens, editoriais e artigos assinados são gêneros jornalísticos que têm suas peculiaridades e especificidades na construção argumentativa (v. Cap. 2, sec. 3). Aqui também veremos que o discurso sobre os militares apresentará sentidos e ensejará sua argumentação, evidenciando as especificidades de cada gênero. Vamos observar cada um desses gêneros particularizadamente, começando pela reportagem.

As reportagens são textos descritivos e/ou analíticos que esboçam o contexto imediato de uma situação política, por isso, se constituem espaço privilegiado para a veiculação de outros discursos. O interdiscurso é uma característica premente no gênero reportagem, seja através da citação direta, seja pela simples referência a outros sujeitos enunciadores. Por vezes, também no texto da reportagem certas perspectivas são superestimadas em detrimento de outras. É no encaminhamento da argumentação e no emprego específico de algumas marcas linguísticas que os sentidos e seus efeitos vão sendo construídos e prevalecem no processo discursivo.

Um caso ilustrativo podemos observar no título de uma reportagem do jornal O Globo(4), abordando o processo de discussão entre parlamentares e ministros militares sobre a implantação do parlamentarismo. O título, por si, já encaminha a argumentação: "Militares admitem mudança, mas sem casuísmo." Este enunciado constrói uma posição de sujeito para os militares. Eles não são avessos à mudança, não se constituindo entraves ao processo político. Eis o que fica subentendido. Isso leva à interpretação de que os ministros militares não são conservadores. Contudo, na segunda parte do enunciado, o operador argumentativo mas fixa os limites admissíveis: não pode haver "casuísmo."

O que o texto constrói é que a implantação do parlamentarismo sem a concordância do presidente José Sarney representa um casuísmo, uma espécie de atropelo às leis. Com isso, a posição de sujeito que se cria para os militares é a de defensores da lei e de vigilantes do processo político. Corroborando com a perspectiva dos ministros

(4) - "Militares admitem mudança, mas sem casuísmo", O Globo, 29/8/87. militares, o texto traz uma referência ao presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos, atribuindo-lhe em citação indireta a opinião de que "o processo de implantação do novo sistema passa, necessariamente, por uma conversa com o Presidente."

De uma forma geral, os textos das reportagens ensejam a construção de algumas posições de sujeito para os militares. Assim, eles são apresentados como um segmento social que pode desempenhar o papel de fiel da balança nas disputas entre as facções políticas e também, como um grupo social que se pressupõe dispor de uma autonomia institucional e com o qual se deve buscar um diálogo que permita o avanço do processo político. Reiteramos aqui que o discurso da imprensa é perpassado pelo discurso dos militares como corporação, na perspectiva de seus chefes. No entanto, o tratamento dispensado possibilita a naturalização dos sentidos que emergem tanto do discurso dos militares como dos discursos de outros segmentos sociais.

No discurso da imprensa, esses sentidos são re-elaborados, reforçados, realçados e apresentados como de interesse geral da sociedade. Por meio do instrumento peculiar de trabalho, que é a linguagem, e através de suas características institucionais que já discutimos (v. Cap.1), a imprensa contribui para sustentar o sistema de poder que garante a relevância dos militares na cena pública.

Nos textos de reportagem selecionados para esta análise, constatamos como algumas categorias linguísticas se apresentam com uma certa frequência, às vezes, ligando-se umas às outras, possibilitando alguns sentidos que se mostram regulares no processo discursivo. As marcas linguísticas mais regulares nesses textos,

dentro do propósito desta pesquisa, são os operadores argumentativos, os advérbios modalizadores, e as formas verbais perifrásticas. As metáforas são mais frequentes nos textos das revistas e as nominalizações não são tão frequentes como nos editoriais e nos artigos assinados. Observemos alguns exemplos(5) da ocorrência dessas categorias. A maior parte dos enunciados apresentados abaixo pertence aos textos que compõem o corpus ampliado da pesquisa.

a) "Os ministros militares acreditam que o Congresso constituinte não irá alterar qualquer um dos pontos da atual Constituição relacionados com as Forças Armadas."(6)

b) "Mesmo quando passeia desarmado, Urutu traz embutido, em sua carcaça, uma promessa de ordem."(7)

c) "Em sua entrevista(...)o ministro da Marinha procura enfatizar a necessidade de que sejam superadas as divergências na sociedade, permitindo-se uma livre troca de idéias."(8)

d) "O PMDB e o PFL não vão querer se desgastar na Constituinte com a discussão do papel das Forças Armadas(...) preferirão deixar as coisas mais ou menos como estão."(9)

e) "O ministro Leônidas afirma também que os parlamentares terão bom senso e saberão preservar a função dos militares."(10)

(5) - Os enunciados apresentados nesta seção são ilustrativos das regularidades discursivas do processo. Para facilitar a análise, as marcas linguísticas estão em negrito.

(6) - "Militares fazem 'lobby' para manter atribuição"- Folha de S. Paulo, 20/4/87.

(7) - "Sarney chama o Urutu"-Veja, 18/3/87.

(8) - "Sabóia defende ação de Militar"-Correio Braziliense, 20/8/86.

(9) - "Militar prevê manutenção de seu papel"-Jornal do Brasil, 5/4/87.

(10) - "Militares fazem 'lobby' para manter atribuição"-Folha de S.

Paulo, 20/4/87.

f) "Com viagem marcada para a China, a partir de quarta-feira, o ministro poderá adiar essa visita oficial por causa da votação da anistia aos militares cassados em 1964."(11)

Os enunciados apresentados acima são exemplos que ilustram alguns dos sentidos prevalentes no discurso da imprensa sobre os militares. Estes emergem nos textos das reportagens como tutores do processo político. A possibilidade de intimidação pelas armas, o passado recente e seu prestígio político determinam a relevância dos militares na cena pública.

Um dos sentidos que surge e torna-se prevalente no processo discursivo é o estabelecimento do consenso como a saída para se evitar a pressão, as ameaças ou mesmo uma possível intervenção militar na política. Tal sentido gera efeitos de temor e ameaças com relação aos militares. Em alguns enunciados, isso é explícito, por exemplo em (b); em outros, isso se dá de forma implícita, como em (d). Existe aqui um efeito de sentido peculiar nesse processo discursivo. Por um lado, o discurso da imprensa argumenta que os militares como corporação são apresentados como garantia do processo político. Por outro lado, eles também são vistos como ameaça e perigo ao equilíbrio desse processo. No cruzamento dessas duas vertentes discursivas origina-se um efeito de sentido que enfatiza a necessidade de um consenso entre os sujeitos sociais que, em última instância, significa acatar a perspectiva dos chefes militares.

Outro sentido que prevalece nos textos das reportagens é o reconhecimento da capacidade de autonomia institucional das forças

(11) - "Anistia pode adiar viagem de Leônidas"-O Estado de S.

Paulo, 5/6/88.

armadas no Brasil. Ao lado disso, também prevalece a compreensão de que o atendimento dos interesses e aspirações militares é fundamental para o equilíbrio do sistema sócio-político. Por essa razão - eis o subentendido - é que os dois principais partidos na Constituinte preferem "deixar as coisas mais ou menos como estão - exemplo (d)(v. Cap.3, texto 3). Da parte do ministro do Exército, existe a crença de que "os parlamentares terão bom senso e saberão preservar a função dos militares" - exemplo (e). Em que se baseia essa crença senão na prevalência da tutela militar na ordem política?

Finalmente, outro sentido que emerge desse processo discursivo e que se faz dominante é a compreensão de que os chefes militares estão atentos e vigilantes quanto ao curso do processo político. Subentende-se, então, que eles têm expectativas com relação à dinâmica do jogo político. Qualquer possibilidade de que os interesses militares sejam contrariados permite a interpretação de que o ministro do Exército "poderá adiar" uma visita oficial ao exterior, para poder acompanhar de perto a votação de um assunto do interesse da corporação - exemplo (f). Esses efeitos de sentido realçam o papel dos militares como tutores desse processo.

Passando agora aos editoriais, lembramos que esse gênero jornalístico enseja a veiculação do pensamento oficial da empresa proprietária do jornal ou revista. Seu autor "se oculta" no lugar de fala de uma espécie de árbitro do jogo político. Mas, como veremos a seguir, o exercício dessa "arbitragem" já se pronuncia em favor de uma posição determinada: a apologia de um consenso social, visto como

a saída para o impasse nas crises da relação militares x sociedade. Como observamos anteriormente, esse consenso preconizado enseja, em última análise, a defesa da perspectiva dos chefes militares. Observemos alguns exemplos das regularidades discursivas que levam a tal interpretação:

g) "Serenos, os comandantes militares mantiveram a discrição que os novos tempos tornavam imperativa, garantindo tranquilidade ao Governo constituído mesmo quando atacado pelo vento da inflação em disparada e pela insatisfação social decorrente de demandas há anos insatisfeitas."(12)

h) "As Forças Armadas parecem de fato decididas a deixar que os civis se entredovorem sobre questões ideológicas, convencidas de que não haverá radicalização nas discussões em plenário(!)."(13)

i) "Não há nada de anormal em iniciativas desse porte, uma vez que a segurança interna e externa do País exige que o Exército, em particular, e as demais forças se mantenham rigorosamente em dia com as conquistas tecnológicas nesse campo."(14)

j) "O conto do golpe militar(15) foi passado na Constituinte pelos matreiros políticos, que se locupletaram com as honras e as glórias de servir a interesses e receber o troco, se honra e glória se confundem com o que se viu. O certo, porém, é que as Forças Armadas são completamente desinteressadas do poder político."(16)

(12) - "Força estabilizadora"-O Globo,20/8/86.

(13) - "A perda da visão do Estado"-O Estado de S. Paulo,24/6/87.

(14) - "Modernização do Exército"- Correio Braziliense,23/8/87.

(15) - A expressão está em negrito no original.

(16) - "Conto do Golpe"-Jornal do Brasil,25/3/88.

l) "Os orçamentos militares, (...) não interessam apenas aos que vão desembolsar os recursos aprovados. Interessam à sociedade que, por seus representantes, deve se preparar para debater o que lhe é apresentado sem o automatismo de vetos ou sanções desarrazoadas."(17)

m) "...mas o fato de esse documento se seguir a outras manifestações isoladas de chefes indica que a temperatura está subindo no meio militar, aquele que sempre timbrou, depois de 1985, em manter-se afastado da cena pública e em não interferir na política, cuidando de assumir sua função de manutenção da ordem interna."(18)

Por meio dos enunciados apresentados, vamos identificar alguns dos efeitos de sentido que a argumentação dos editoriais constrói e que se integram dentro do processo discursivo. Alguns desses sentidos também podem ser percebidos nos outros gêneros pesquisados aqui; no entanto, eles encerram efeitos peculiares nos editoriais, dadas suas características.

Primeiramente, identificamos o sentido de que os militares como corporação têm sabido se adaptar ao regime civil. Esta interpretação sugere a compreensão de que aquilo que norteia as posições dos chefes militares é a perspectiva democrática. Nessa compreensão, porém, há uma sutileza que só se percebe na análise dos implícitos dos textos, relacionando-os ao contexto social mais amplo. É que essa perspectiva democrática que norteia a hierarquia militar deriva de fatores conjunturais e daquilo que se constitui conveniente à corporação. O retorno aos quartéis é interpretado como um fator positivo e indispensável à profissionalização dos militares,

(17) - "Uma questão de Estado"-O Globo,22/8/86-v. também Cap.3.

(18) - "Conter os radicalismos"-O Estado de S. Paulo,28/11/87.

numa constatação de que o exercício do poder político é algo desgastante e que compromete a própria corporação.

Desse modo, o reconhecimento e louvor à capacidade manifesta pelos comandantes militares de se situarem no regime civil possibilita o efeito de negar que os militares exerçam a tutela do processo político. Negando essa possibilidade e interesse de interferir na cena pública, um outro efeito de sentido emerge aí: os militares estão fazendo sua parte, estão cumprindo os acordos assumidos. Com isso, a defesa dos interesses da corporação é apresentado como algo legítimo, natural e que interessa também à sociedade.

No primeiro enunciado apresentado, por exemplo, há um realce da postura dos comandantes militares que estão "serenos", mantendo a "discrição" requerida pela nova situação e, desse modo, "garantindo tranquilidade ao Governo constituído mesmo quando atacado" - exemplo (g). Este enunciado reforça aspectos conjunturais na compreensão do exercício do papel de tutela dos militares. Aqui relembramos a análise do professor Eliézer Rizzo, apresentada na primeira seção deste capítulo:

"Os militares funcionaram com o papel de interventores preservando-o; mas na prática, não o exerciam como nos moldes da ditadura. Eles tentaram buscar uma saída democrática, de forma consensual."

Essa situação não favorecia que o papel de tutela dos militares se explicitasse, mas de fato ele estava presente no funcionamento mesmo do processo político.

Um outro efeito de sentido que essas regularidades discursivas

favorecem é a compreensão de que a tranquilidade na situação política só se faz possível porque existe o consenso entre os grupos sociais. O consenso figura como um alvo a ser atingido e os editoriais tomam a defesa desse encaminhamento. O jornal O Globo mostra como a questão dos orçamentos militares é uma questão de Estado - exemplo (l). Por essa razão, a sociedade "deve se preparar para debater(...) sem o automatismo de vetos ou sanções desarrazoadas.

Num texto do jornal O Estado de S. Paulo, as forças armadas parecem decididas "de fato" a ficar de longe do processo constituinte, uma vez que - subentende-se - não há risco de serem contrariadas nos seus interesses ou naquilo que estabelecem como fundamental para o equilíbrio do sistema pelo qual estão postas para zelar - exemplo (h). Assim, "convencidas de que não haverá radicalização nas discussões em plenário(!)", as forças armadas se permitem ficar de longe. A distância do processo político emerge como uma decisão unilateral da instituição e uma concessão que se faz aos civis, e não como um amadurecimento do processo político envolvendo todas as instituições da sociedade.

Na expressão nominalizada radicalização simplifica-se um complexo processo político e a dinâmica do jogo, que estabelece aquilo que é ou não radical, os limites do permitido, e o que se configura como inaceitável, fora de propósito. Tal fenômeno se estabelece por fatores não somente estruturais como também conjunturais. Mas o que se firma aí como um sentido prevalecente é que tudo aquilo que contraria a perspectiva dos militares é apresentado como radical, o extremo que deve ser evitado.

Outro sentido que se firma nesse processo discursivo é a

necessidade de se modernizar as forças armadas. O jornal Correio Braziliense faz, num texto, a apologia da modernização do Exército - exemplo (i). O texto toma a defesa do pronunciamento do ministro Leônidas Pires Gonçalves em favor dos novos projetos tecnológicos, mostrando que tanto o pronunciamento quanto as iniciativas adotadas são procedimentos normais "uma vez que a segurança interna e externa do País exige que o Exército" se mantenha "rigorosamente em dia com as conquistas tecnológicas nesse campo."

A modernização do Exército e, por conseguinte, das demais forças é apresentada, assim, como um projeto que vai trazer benefícios a toda a sociedade já que a função das forças armadas é cuidar tanto da segurança interna quanto externa. Portanto, não se trata - eis o subentendido - de interesses corporativistas, mas de interesses que devem ser assumidos por toda a sociedade.

Outro sentido que os editoriais, particularmente, reforçam é de que a própria passagem para o governo civil foi uma iniciativa dos militares. Com isso, o efeito que se constrói é que os militares estão interessados no processo democrático porque este lhes é conveniente. Tal sentido se contrapõe a outro, vigente no final do regime militar e que ainda prevalecia durante a transição: os militares podem interromper o processo democrático e voltar ao poder.

O Jornal do Brasil diz isso, de modo explícito: "O certo, porém, é que as Forças Armadas são completamente desinteressadas do poder político" - exemplo (j). Nesse texto, particularmente, a estratégia de se conseguir a aprovação, na Constituinte, do sistema de governo presidencialista e do mandato de 5 anos, apelando ao espectro da intervenção militar, caso se aprovasse o contrário, é definida

ironicamente como o conto do golpe. Ou seja, não havia qualquer fundamento para se dizer que houve imposição militar ou que as forças armadas poderiam se insurgir contra a ordem política, caso o parlamentarismo e o mandato de 4 anos fossem aprovados.

Esse texto constrói para os militares a posição de sujeito, por meio da qual estes se mostram interessados no processo democrático. E aí uma metáfora é significativa da perspectiva da corporação: "As Forças Armadas não são interessadas em nova aventura política para tirar a castanha do fogo para a política saboreá-la." Ou seja, o texto lança sobre os militares a posição de que estes tiveram prejuízo com o regime militar ("aventura política"), pois foram utilizados pelos políticos para o favorecimento de seus interesses.

Um outro enunciado nesse mesmo texto também é esclarecedor da fixação desse sentido:

"Em nome das Forças Armadas, o que pode ser dito, sem qualquer desrespeito, é que são interessadas num regime cuja transparência impeça que elas sejam usadas para ocultar interesses menores e procedimentos fisiológicos."

Subentende-se por esse enunciado que os militares querem um regime civil transparente cuja dinâmica própria não tenha por base o apelo ao papel tutelar da instituição. Cabe notar uma peculiaridade nesse texto. Sempre que há uma referência aos interesses dos militares/forças armadas, o verbo utilizado para se referir aos sujeitos é o presente do indicativo do verbo ser, ao invés do verbo estar. Assim, "as Forças Armadas não são interessadas em nova aventura política" em vez de não estão. Com isso, há um reforço da realidade estrutural em detrimento da realidade conjuntural. Esse efeito de

sentido favorece a compreensão de que as intervenções militares podem ser vistas como "acidentes de percurso", "necessidade temporal", "oportunismo de alguns aventureiros", mas efetivamente a instituição é desinteressada do poder político.

Finalmente, um outro sentido emerge dos textos editoriais. Põe-se como necessário atender aos reclamos dos militares, compreender suas insatisfações, uma vez que estas se constituem em fator de intranquilidade e que podem vir a comprometer o consenso social. Num texto do jornal O Estado de S. Paulo, um documento - a ordem do dia dos ministros militares - é apresentado, ao lado de outras evidências, como indicativo de que "a temperatura está subindo no meio militar", ou seja, a corporação está insatisfeita e intranquila com relação à situação social e à forma como os políticos a vêm conduzindo - exemplo (m). Na metáfora utilizada, o efeito de sentido que se percebe aí é que há aspectos de ameaça e perigo, envolvendo a relação militares versus sociedade.

Nesse mesmo enunciado, há um outro efeito de sentido que cabe discutir aqui. A corporação militar é apresentada como o segmento social "que sempre timbrou, depois de 1985, em manter-se afastado da cena pública e em não interferir na política, cuidando de assumir sua função de manutenção da ordem interna." Existe aí o sentido, já comentado anteriormente, de que os militares souberam conviver com a nova ordem política, uma vez encerrado o regime militar. O modalizador sempre fixa esse efeito. O outro sentido que também prevalece aí e em outros textos é o de que a função da instituição é manter a ordem interna.

Por um lado, os militares têm sabido manter-se afastados da política. Por outro, cabe-lhes manter a ordem interna. Relacionando

esse enunciado ao contexto social mais amplo, pode-se perceber aí a posição de cautela defendida no texto. Ou seja, há sinais de perturbação no cenário sócio-político. Já o primeiro enunciado do texto evidencia esse clima, essa perspectiva:

"A comunhão nacional, ideal a ser perseguido por quantos amem a paz social, vai cedendo terreno a um clima de confronto, em que a radicalização toma conta da cena pública, ameaçando produzir consequências que não fica difícil perceber quais serão."

E mais adiante: "Os ministros militares subcreveram ordem do dia cujo tom é mais de ameaça do que de advertência." Desse modo, o ambiente político parece dar ensejo à insatisfação dos militares e mais do que isso, à possibilidade - que se subentende legítima - de que os militares intervenham na política. O texto se coloca - é assim construído - de um lugar de fala em que toma a defesa de um consenso para se evitar essa possibilidade. Desse lugar de fala, subentende-se que é possível e desejável evitar a intervenção militar. Daí porque é preciso - como já diz o título - "conter os radicalismos."

O efeito que emerge daí é que o consenso social está ameaçado. Sendo conveniente que ele se mantenha, é necessário tomar algumas medidas para baixar a temperatura, isto é, superar os atritos e divergências entre militares e sociedade política para, assim, salvar a democracia. Ou seja, é preciso que os políticos cedam aos interesses militares que se mostram, ademais, respaldados pela opinião pública, como realça um dos enunciados do texto citado: "Não duvidem, os ministros militares, de que a imensa maioria dos brasileiros está

de acordo com a posição que adotam."(19)

Por fim, observemos o funcionamento desse processo discursivo por meio dos artigos assinados. Esse gênero discursivo da imprensa ocorre com frequência distinta nos meios de informação selecionados. Dos dez textos utilizados nesta pesquisa, seis correspondem a três autores. Os dez textos foram extraídos de quatro dos sete veículos pesquisados.

Esse gênero propicia, no processo discursivo da imprensa, uma heterogeneidade que não se observa nas reportagens e editoriais. Dos dez textos selecionados, quatro se situam numa perspectiva mais crítica em relação aos demais, isto é, reconhecem a existência e se opõem à tutela dos militares na política; três deles se situam na defesa da perspectiva da alta hierarquia militar ou mesmo da corporação como um todo. Os outros três são mais diversificados, veiculando sentidos dominantes como também se referindo a outros lugares de fala. No geral, percebe-se nesses textos a relevância do papel desempenhado pelos militares na cena pública e a emergência dos mesmos como um segmento social cujos interesses, objetivos e movimentos devem ser acatados, respeitados, considerados, de uma perspectiva, ou então, limitados, repensados, debatidos, de outra perspectiva.

Observemos, a seguir, algumas das regularidades discursivas presentes nos enunciados abaixo:

n) "Os ministros militares estão quietos, no seu lugar, mas demonstrando capacidade de análise da situação política."(20)

(19) - O aposto, mal empregado no enunciado, permite-nos identificar uma ligação entre os militares e a sociedade, mediada pela imprensa.

(20) - "Militares falam em 'on"-Correio Braziliense,15/7/88.

o) "Contra essa anistia que consideram fora de época e sem cabimento, o ministro do Exército e seus pares jogarão todo o peso de sua influência. Certamente ganharão."(21)

p) "A nova Constituição deverá preservar largas prerrogativas militares, inclusive o papel essencial na manutenção da ordem interna."(22)

q) "Os ministros militares estão se preparando para tentar manter no texto da Nova Carta a proposta do relator Bernardo Cabral sobre o papel constitucional das Forças Armadas no País."(23)

r) "Até agora, os constituintes brasileiros têm-se ajoelhado pressurosamente a cada toque de clarim."(24)

s) "A interferência da espada é o maior comprovante de subdesenvolvimento institucional."(25)

Os enunciados acima carregam alguns sentidos que são regulares no conjunto dos artigos assinados selecionados para a pesquisa. Esses sentidos possibilitam efeitos que podem também ser identificados nas reportagens e editoriais.

Um desses sentidos - já comentado quando consideramos as reportagens - é a construção do papel de tutores do processo político para os militares. São avalistas da situação política - exemplo (n), e quando diante de temas de interesse e na possibilidade de serem contrariados, os chefes militares jogam "todo o peso de sua influência" e "certamente ganharão."

(21) - "A inquietação militar"-Jornal do Brasil,7/10/85.

(22) - "Coisa de milico"-Jornal do Brasil,22/9/88.

(23) - "Forças armadas temem represália"-O Estado de S. Paulo,27/3/88.

(24) - "Os perigos do Amém"-Jornal do Brasil,4/10/87.

(25) - "As Forças Armadas e sua função institucional"-Folha de S.

Paulo, 2/9/87.

Existe, assim, um reconhecimento de que, no limite, a perspectiva dos chefes militares é que prevalece, apesar da mise-en-scène democrática, uma articulação política que pressupõe um diálogo e uma negociação entre as forças políticas envolvidas no episódio. E é justamente essa capacidade de, mesmo dispondo do argumento da força, não utilizá-lo a priori, que dissimula o papel de tutela que os militares exercem na política brasileira.

Como consequência dessa dissimulação, há um sentido aproximado deste último. Os militares souberam se adaptar ao regime civil e garantir seus interesses na Constituinte por meio de um legítimo trabalho de lobby. Tal sentido gera dois efeitos: o primeiro é negar aquela idéia de que os militares se constituem entraves ao processo democrático e o segundo, semelhante ao primeiro, é compreender que os militares conseguiram garantir seus interesses na nova Constituição porque tiveram um lobby competente baseado no jogo democrático. Isso desvia a atenção do fato de que os militares são sujeitos sociais que detêm poder no processo político e de que tal perspectiva funcionou como um subentendido em todas as negociações realizadas envolvendo os interesses militares.

É isso que diz o enunciado "os ministros militares estão quietos, no seu lugar, mas demonstrando capacidade de análise da situação política" - exemplo (n). No próprio título desse texto, pode-se perceber a capacidade de articulação dos militares, sua competência: "Militares falam em 'on'". Outro enunciado desse mesmo texto explicita essa posição de sujeito que se constrói para os militares: "Os militares equiparam-se de excelentes assessorias parlamentares e ganharam o que desejavam já no primeiro turno." Essa

capacidade dos militares é de tal forma realçada que o argumento da força passa despercebido, embora, como já vimos, seja constitutivo como um subentendido das próprias negociações.

Os próprios chefes militares não fizeram questão de esconder esse fato. No dia 8 de maio de 1987 - três meses após a instalação da Constituinte - os ministros militares divulgaram uma Ordem do Dia conjunta, a propósito da comemoração da vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial. Nessa nota, há uma referência à possibilidade de que os interesses militares possam vir a ser desconsiderados. Nessa hipótese, já há uma posição determinada:

"Se um dia a força dos nossos argumentos tiver que ser substituída pelos argumentos da nossa força (...) ali estarão a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, preparados e decididos, para garantir a defesa de nosso solo e de nossa gente com a mesma coragem e determinação evidenciadas no último conflito mundial."(26)

Mas há no discurso da imprensa um elogio constante a essa capacidade de os militares se articularem como lobby competente na defesa de seus interesses na Constituinte. Com isso, minimiza-se o papel de tutela que garante a prevalência de seus interesses.

Outro sentido que emerge da leitura dos artigos assinados é o reconhecimento da autonomia da instituição militar como um dado da realidade. Já se trabalha na perspectiva de que as forças armadas conseguem tudo o que querem. Este é o efeito do modalizador no enunciado "certamente ganharão" - exemplo (o). Num outro

(26) - A Ordem do Dia dos ministros militares - de onde extraímos este trecho - foi publicada na íntegra no Correio Braziliense, na edi-

ção do dia 8 de maio de 1987,p.3.

enunciado, a forma verbal perifrástica **deverá preservar** também leva a esse sentido - (p). Neste enunciado, há um subentendido de que os militares são sujeitos sociais com poder de movimentação no processo político e de fazer garantir seus interesses e objetivos em detrimento de outras perspectivas. Com base nisso é que se pode falar que "a nova Constituição **deverá preservar** largas prerrogativas militares." A autonomia institucional das forças armadas está aí implícita.(27)

Finalmente, os artigos assinados trazem também o sentido de que as conquistas dos militares na nova Constituição ou suas intervenções na política se fazem de comum acordo com setores da sociedade civil. É o apoio de políticos e de figuras da elite que dão ensejo ao sucesso dos chefes militares na consecução dos seus objetivos.

Os militares não agem isoladamente - eis um sentido construído pelo discurso da imprensa. Dessa forma, "os ministros militares estão se preparando para **tentar manter** no texto da nova Carta a proposta do relator Bernardo Cabral - exemplo (q). A forma verbal perifrástica **tentar manter** propicia uma modalização da ação política dos ministros militares, ao mesmo tempo que evidencia se tratar de uma proposta civil(não vem ao caso que seja de inspiração militar). Percebe-se aí a capacidade de articulação dos ministros militares e a negociação com os políticos.

Noutro enunciado, numa perspectiva crítica desse aspecto da realidade política brasileira, o texto traz uma expressão metafórica:

(27) - Sobre a questão v. também Cap. 1 sec.1.1.2.

"os constituintes brasileiros têm-se ajoelhado pressurosamente a cada toque de clarim" - exemplo (r). O enunciado deixa subentendida a questão da imposição dos chefes militares. Estes têm expectativas que querem ver asseguradas. Mas, da parte dos civis, a metáfora sugere a sua participação por meio da subserviência aos chefes militares. Os políticos agem de forma pressurosa, apressada para garantir as expectativas da alta hierarquia militar quanto à nova Constituição que estava sendo elaborada.

Este texto, de onde se extraiu o enunciado comentado no parágrafo anterior ("Os Perigos do Amém"), constrói sua argumentação crítica contra os políticos que favorecem o papel de tutela dos militares na política. Esse encaminhamento na interpretação sugere que os constituintes decidiram em favor dos interesses militares por causa da pressão destes sobre eles. Tal compreensão minimiza o fato de que setores da elite civil e segmentos políticos tinham interesse que a situação assim permanecesse. Afinal, não se explicita que os políticos tenham discordado ou resistido aos reclamos dos militares. Ao contrário, eles se apressam em atendê-los. Os políticos dizem "assim seja" às pretensões dos chefes militares. Assim, existe uma cooperação entre chefes militares e segmentos políticos para se conseguir o atendimento de certos interesses.

Nesta seção, vimos, então, como a ocorrência de regularidades discursivas possibilita a fixação de alguns sentidos no discurso da imprensa sobre os militares. Esses sentidos são variados e constroem efeitos diversos, de acordo com o gênero jornalístico. Na próxima seção, veremos como a imprensa se engajou na formação do consenso,

situando seu discurso sobre os militares com base em alguns pressupostos e subentendidos que levaram à prevalência de sentidos determinados.

4.3- O ENGAJAMENTO DA IMPRENSA NA FORMAÇÃO DO CONSENSO

A Nova República surge procurando se firmar em oposição ao regime militar que se encerra. Mas essa oposição - como vimos - foi, em grande parte, uma questão de retórica política, uma vez que não houve ruptura institucional. O novo regime se faz possível dada a participação de elementos do velho regime. Daí porque as resistências à vitória do candidato oposicionista se constituem um aspecto isolado do processo político.

O que predomina é a articulação de um consenso pró-Tancredo, que mobiliza amplos segmentos da sociedade, inclusive setores das forças armadas. É dessa articulação que a imprensa participa, mobilizando sentidos dispersos oriundos dos muitos discursos produzidos, e veiculando-os de uma forma massiva, cooperando, assim, para sua prevalência na sociedade. Há exceções. O *Jornal do Brasil*, por exemplo, apóia o candidato Paulo Maluf.

Instaurada a Nova República, e depois dos primeiros anos, com o esvaziamento do apoio popular ao governo, a instituição imprensa continua a desempenhar seu papel de participação e engajamento no consenso que sustenta o governo Sarney.

Ao considerar o papel dos militares e outras questões referentes às forças armadas, a imprensa vai situar seu discurso, considerando os pressupostos - acordos prévios estabelecidos entre líderes civis e chefes militares - que embasam o consenso que, por sua vez, viabiliza o equilíbrio do sistema político.

O jornalista Carlos Chagas(28) reconhece esse fator como fundamental no discurso da imprensa sobre os militares naquele período. Segundo ele, não é apropriado se dizer que houve autonomia militar durante a transição ou que a imprensa tenha se omitido de tratar desta questão. Ele esclarece:

"O que existiu foi um grande consenso que envolveu toda a sociedade - políticos, igrejas, empresários e militares - com vistas a observar certos acordos implícitos que garantiriam a Nova República. A imprensa foi uma das instituições que participou desse consenso."

Desse modo, quando a imprensa aborda as questões militares e os episódios envolvendo as forças armadas durante o período apenas levaria em conta esse consenso que teria se generalizado. Nessa perspectiva, explica-se porque foram pequenas as diferenças na política editorial entre um e outro meio de informação. Carlos Chagas fornece um exemplo do comportamento da imprensa: no tocante aos militares, esse consenso significava "não se colocar os militares no banco dos réus, como se fez na Argentina", em respeito ao caráter recíproco da anistia decretada em 1979.

Esse mesmo consenso - ainda segundo Chagas - implicava assegurar a legitimidade do mandato do presidente Sarney, dar ao próprio Congresso função constituinte, e não contrariar os chefes militares quanto aos seus principais interesses, como na questão do regresso nas forças armadas dos militares cassados pelo regime de 64. Carlos Chagas observa que não houve pressão dos militares sobre a imprensa naquele período, mas havia limites estabelecidos no próprio

(28) - Comunicação em entrevista pessoal, no dia 17 de janeiro de

1992.

processo político; assim, a imprensa trabalhou levando em conta esses limites, cabendo-lhe, portanto, respeitar os implícitos que caracterizavam o consenso.

Parece-nos razoável a interpretação fornecida por Chagas, que propomos considerar em relação à especificidade da participação da imprensa nesse processo. Entendemos que a instituição não somente refletiu os interesses da opinião pública, antes - como empresa que é - a imprensa tinha interesses no processo que se encaminhava e, assim, cooperou decisivamente para seu sucesso.

Outro ponto que devemos repensar é que a construção do discurso da imprensa sobre os militares se faz numa perspectiva ideológica. Ou seja, para os leitores fica omitido, ou se minimiza, o aspecto estrutural da relação militares x sociedade. Um exemplo ilustrativo pode ser visto no enunciado abaixo, sobre a questão da anistia aos militares cassados em 64.

"Ninguém em sã consciência pode ser contrário a uma justa reparação àqueles que sofreram punições em consequência de simples motivação política, mas pode-se perfeitamente evitar que tal reparação se faça com menosprezo pelo superior interesse nacional."(29)

A posição do jornal O Globo não difere muito em relação aos outros jornais. Ao tempo em que reconhece a legitimidade de "uma justa reparação", se põe ao lado um limite, o "superior interesse nacional" que, no texto, é identificado com a própria posição dos chefes militares. Os interesses destes, portanto, se confundem com os

(29) - "Anistia mal encaminhada"-O Globo,24/10/85.

interesses da própria sociedade isolando-se, assim, a reivindicação dos militares cassados como se fosse um interesse pequeno, minoritário.

A imprensa desempenha de maneira competente seu papel na manutenção desse consenso, principalmente nos momentos mais críticos. Para o jornalista Etevaldo Dias(30), o comportamento da imprensa leva em consideração as dificuldades do momento político. A estratégia busca evitar a precipitação de uma crise política. "Acredito que a imprensa tenha se comportado no sentido de não provocar os militares. Temia-se prejudicar o processo político", analisa. Para Dias, isso em parte refletiu-se numa cobertura conservadora, que, por sua vez, gerava uma postura de acomodação diante dos fatos. Ele esclarece: "Temia-se um retrocesso, por isso houve cumplicidade, o que só beneficiava o autoritarismo."

Esse temor foi acentuado em alguns momentos no discurso da imprensa, remetendo sempre para a necessidade de um consenso, buscando resguardar-se, assim, de qualquer comprometimento com o autoritarismo. A imposição de uma perspectiva da hierarquia militar é algo que se faz de forma subliminar como, por exemplo, reconhecendo sua prevalência na ordem política. Um bom exemplo temos num artigo assinado que explicita a prevalência dos interesses dos chefes militares, naturalizando a conjuntura que os favorece:

"Contra essa anistia que consideram fora de época e sem cabimento, o ministro do Exército e seus pares jogarão todo o peso de sua influência. Certamente ganharão."(31)

(30) - Comunicação em entrevista pessoal, no dia 12 de fevereiro de 1992.

(31) - "A inquietação militar"-Jornal do Brasil,7/10/85.

É por reconhecer a realidade estrutural da relação militares x sociedade que o articulista explicita a certeza da vitória dos chefes militares. Essa vitória já está antecipadamente garantida uma vez que, em última instância, está ligada a uma questão de força e, nesse caso, os militares levam a melhor, pois detêm o poder das armas.

Dessa forma, o comportamento da imprensa na cobertura das questões militares revela-se um fenômeno previsível. Segundo o jornalista André Gustavo Stumpf(32), a imprensa não estranha, nem cobra os limites do processo de transição política. Há respeito a certos acordos implícitos, "mesmo porque a imprensa fez parte dos setores reacionários que tanto apoiaram o golpe de 64, como também negociaram a saída dos militares nos anos 80", considera.

Destacamos desse enunciado acima a forma verbal negociaram porque entendemos que ela identifica bem o desenrolar desse processo social e político, apontando para uma negociação entre as diversas forças e atores políticos no estabelecimento dos termos desse consenso. À instituição imprensa cabe mobilizar sentidos com o objetivo de favorecer o status-quo que se impõe como novo e benéfico para toda a sociedade. Ora, se todos são beneficiados com a nova ordem, parece natural que todos cooperem na sua formação e manutenção. A imprensa toma parte nesse processo defendendo tal perspectiva.

Esse comportamento da instituição naquela conjuntura não impede - mesmo porque não requer tal posição - que a imprensa, por meio de alguns veículos também expresse críticas e sua desaprovação a

(32) - Comunicação em entrevista pessoal, no dia 30 de janeiro de

1992.

alguns tipos de intervenção dos chefes militares na política. A revista *Isto é*, por exemplo, em algumas edições procura resgatar a história da repressão política durante o regime militar, o que funciona como uma tentativa de manter viva a memória da opinião pública. A revista *Veja*, em algumas reportagens, usa de maneira abundante ironias e críticas sarcásticas a algumas figuras militares e a certas posições da hierarquia militar. Alguns artigos assinados (v. seção anterior) são também exemplos de textos que, de uma forma ou de outra, divergem de uma política editorial que tende à homogeneização e ao silenciamento de posições discordantes.

Acreditamos que esses exemplos tipificam o caráter heterogêneo do processo discursivo na imprensa e, o que é mais importante, ao se voltarem para fatos episódicos, o discurso sobre os militares mostra-se esfacelado, priorizando certos aspectos e não outros. Assim, na essência, o equilíbrio consensual não fica comprometido.

Um bom exemplo temos numa reportagem da revista *Veja*.⁽³³⁾ Nesse texto, recorre-se à metonímia e à ironia para descrever e analisar a ocupação das refinarias de petróleo pelas tropas do Exército durante a greve dos petroleiros em março de 87. A violência política, o inusitado e o imprevisível caracterizam o contexto descrito no texto. Na superfície linguística, opta-se por uma perspectiva descritiva irônica e cômica ao invés de uma análise profunda da questão da tutela militar que é, afinal, uma questão estrutural.

(33) - "Sarney chama o Urutu"--Veja, 18/3/87.

"Ele tem se revelado um apoio decisivo ao presidente José Sarney. Não negocia, não negocia, é rápido e temido, não tem parentes para empregar e trabalha calado. Urutu pesa 13 toneladas, tem 6 metros de comprimento e caminha numa velocidade que chega a 95 quilômetros por hora. Seu preço financeiro é de 600 000 dólares. Seu preço político, ninguém sabe qual é."

Nesse texto, a questão militar é apresentada de uma maneira a realçar aspectos de emoção, casualidade e imprevisibilidade. Mas, em nenhum momento o texto expõe o problema estrutural da tutela militar ou sugere que esse tipo de intervenção militar já era algo previsto e que em nada interfere na manutenção do consenso. Dessa forma, o texto desvia a atenção do processo político e dos sujeitos sociais nele envolvidos para se concentrar na movimentação de um tanque de guerra que recebe um tratamento personificado, tornando-se, assim, um personagem da política brasileira.

Entendemos que esse tipo de abordagem do problema político não é simplesmente uma questão estilística, mas pressupõe uma opção ideológica na construção do discurso. Tal opção determina a seleção dos fatos e o tratamento que é dispensado aos mesmos.

Para o jornalista Carlos Chagas(34), a imprensa tem sua atenção voltada prioritariamente para os fatos do dia-a-dia. "A função da imprensa é tratar os assuntos no varejo. Não há preocupação com uma visão a longo prazo", considera. Essa opinião é também compartilhada pelo jornalista Pedro Paulo Rezende(35), para quem o "caráter factual

(34) - Comunicação em entrevista pessoal, no dia 17 de janeiro de 1992.

(35) - Comunicação em entrevista pessoal, no dia 14 de fevereiro de

1992.

da imprensa não permite que ela aprofunde os temas, ou seja, ela não é analítica."

Consideramos, porém, que não obstante a factualidade seja uma das características fundamentais da instituição imprensa, é preciso levar em conta que esse aspecto institucional possibilita uma seleção específica de fatos e seu arranjo na construção argumentativa do texto. Já aí a ideologia tem uma participação privilegiada, permitindo a interpretação dos fatos segundo determinados critérios.

Aqui chamamos a atenção para o triângulo imprensa-Congresso Nacional-militares, compreendendo que a relação entre eles imprime uma certa dinâmica na prevalência de alguns sentidos nesse processo discursivo. O debate que emerge na imprensa reflete basicamente o processo de discussão desenvolvido pelos constituintes em Brasília. O processo funciona assim: o Congresso Nacional trata as questões militares dentro de parâmetros, priorizando certos aspectos em detrimento de outros, de acordo com a dinâmica do jogo político. A imprensa, por sua vez, confere às discussões e ao debate no Congresso a prioridade na cobertura, o que fica explícito no episódio da votação da anistia aos militares cassados em 64 e no período de elaboração da nova Constituição.

Vemos assim que a discussão do papel das forças armadas na Constituinte desenvolve-se dentro de certos parâmetros, acatando-se certos limites, que favorecem a manutenção do papel de tutela dos militares. De sua parte, a cobertura da imprensa não ultrapassa esses limites. Nas palavras do jornalista e pesquisador do militarismo Antonio Carlos Pereira(36), "quanto ao papel dos militares na nova

(36) - Comunicação em entrevista pessoal, no dia 19 de fevereiro de

1992.

Constituição, a imprensa deu a importância que os deputados deram." Segundo ele, o assunto foi tratado de forma irrelevante, superficial. Ele analisa:

"Um dos grandes problemas no Brasil é a questão militar, que virou um tema recorrente no país. Em 88, tivemos uma oportunidade única para se discutir a questão e isso não foi feito."

Essa dependência da imprensa em relação aos debates e discussões do Congresso revela uma característica estrutural da instituição imprensa: sua vinculação aos mais poderosos. Van Dijk (1988:51) esclarece esse aspecto:

"Por meio do uso seletivo das fontes, rotinas do setor e seleção do tópico, os meios de informação decidem que atores das notícias são publicamente representados, o que é dito sobre eles e especialmente como é dito."

Van Dijk expõe, assim, a vinculação básica da instituição imprensa com a manutenção do status-quo. Isso significa que "em vez de simplesmente ser um porta-voz da elite, os meios também mostram que são parte inerente da estrutura de poder social da qual eles dirigem a dimensão simbólica" (ibid.). Mas o mesmo autor chama a atenção para o fato de que as práticas institucionais da imprensa ocorrem dentro "das fronteiras de um consenso dominante flexível mesmo quando há espaço para dissensão ocasional e criticismo" (id.:52). Desse modo é que podemos compreender que no discurso da imprensa sobre os militares às vezes há textos que negam em parte essa dependência dos parâmetros do debate realizado no

Congresso Nacional, veiculando também outras propostas relacionadas a outros lugares de fala.

A lógica dominante que determina a instituição imprensa faz com que seu processo discursivo privilegie as perspectivas de um determinado lugar de fala, não obstante o fato de o interdiscurso também poder remeter a outros lugares de fala, opostos ao prevalecente. Esse poder dos meios se faz presente no processo discursivo em que alguns sentidos são prestigiados e outros desprezados, desconsiderados. Para Van Dijk, o poder dos meios "implica a exclusão de fontes alternativas, informação alternativa, e outras relevâncias na descrição dos eventos mundiais"(id.:53).

Devemos notar também como esse engajamento da imprensa na formação e manutenção do consenso na sociedade é um processo que se produz e reproduz implicitamente. Sua existência é um fenômeno ideológico e, no processo produtivo diário, escapa à percepção dos profissionais da imprensa. A preocupação com a dinâmica do trabalho no dia-a-dia desvia a atenção dos repórteres das implicações ideológicas que a própria lógica de produção muitas vezes impõe. A jornalista Zenaide Azeredo(37) - que durante muitos anos trabalhou como setorista da área militar - fornece uma pista para se entender essa situação:

"Como profissional, nossa preocupação principal era não levar furo, e sobreviver. Muitas vezes cheguei a produzir matérias que sequer foram publicadas ou então publicadas em parte ou até modificadas."

(37) - Comunicação em entrevista pessoal, no dia 30 de janeiro de

1992.

Isso demonstra como a participação do repórter é limitada no processo de produção de notícias. Por isso mesmo, dado que o próprio profissional também se auto-censura, podemos perceber como as restrições no discurso da imprensa se dão de forma diluída. Zenaide Azeredo acredita que as pressões dos militares poderiam se dar no nível de chefia e editoria e não sobre os repórteres.

O discurso da imprensa sobre os militares se molda com base num lugar de fala que remete a uma determinada formação discursiva. As diferenças entre os diversos meios de informação e mesmo entre os textos não significam ruptura, mas construção argumentativa diferenciada, já que no limite há convergência no estabelecimento e prevalência dos sentidos o que implica considerar a existência de uma mesma formação discursiva a nortear este processo. Para Van Dijk(1989:13), esse aspecto está presente na própria socialização do profissional:

"As ideologias que sustentam essas práticas têm se formado lentamente durante sua socialização profissional, mesmo quando há variação individual e resistência incidental contra o consenso dominante."

O jornalista Pedro Paulo Rezende(38), ao avaliar a cobertura da imprensa sobre os militares durante a Nova República, também identifica no comportamento da imprensa um reflexo do Parlamento nessa discussão. Ele observa, no entanto, um aspecto que se revela

(38) - Comunicação em entrevista pessoal, no dia 14 de fevereiro de

1992.

sintomático do quadro conjuntural e do consenso que se busca imprimir na opinião pública. Diz ele:

"A cobertura da imprensa sobre os militares foi um reflexo do Parlamento. Não estou dizendo com isso que os militares não influíram nessa questão. O problema é que a sociedade ainda estava meio traumatizada e a imprensa, viciada pelo passado, como que por um efeito inércia. Era um rolo compressor."

Por essa perspectiva, uma imprensa viciada pelo passado e uma sociedade traumatizada determinaram os limites da cobertura da imprensa. A expressão rolo compressor marca bem a característica de imposição que a vinculação a uma determinada formação discursiva implica. O problema é que, engajado também nesse processo discursivo, o profissional da imprensa encontra dificuldades em operar um distanciamento crítico da situação. Ou, como avalia Zenaide Azeredo, ao considerar o grau de percepção que os profissionais tinham da existência do papel tutelar dos militares na transição política: "Nós só percebemos a questão da tutela no período da Constituinte." Ou seja, foram necessários episódios críticos para despertar a consciência dos profissionais para a realidade da tutela militar que, de fato, permanecia latente na realidade sócio-política.

Neste capítulo, vimos como o discurso da imprensa sobre os militares no período da Nova República é uma construção que se baseia num processo sócio-histórico, permitindo que certos sentidos prevaleçam encaminhando a interpretação dos textos segundo

uma determinada perspectiva.

Observamos na primeira seção que o contexto político que caracteriza aquele período histórico deu ensejo à formação e manutenção de um consenso do qual participam amplos segmentos da sociedade. O consenso - que é negociado pelos chefes militares - estabelece acordos implícitos que serão observados pelas elites e vão se constituir em limites ao avanço do processo democrático.

Na segunda seção, consideramos as regularidades discursivas que caracterizam o discurso da imprensa sobre os militares. Vimos como alguns sentidos são construídos, observando como isso se dá especificamente em cada um dos gêneros analisados. Finalmente, na terceira seção, analisamos o engajamento da instituição imprensa na formação e manutenção do consenso. Nesta seção, apresentamos a avaliação de alguns profissionais da imprensa sobre a cobertura dada à questão militar na Nova República e observamos como essa participação da imprensa foi apresentada de uma forma a parecer natural e conveniente perante a opinião pública.

CONCLUSÃO

O discurso da imprensa sobre os militares na Nova República é construído com base no pressuposto de que os militares desempenham um papel de tutela na cena política brasileira. Tal pressuposto imprime uma orientação argumentativa que opera no sentido de preservar o consenso político forjado para que o governo civil suplantasse o regime militar.

Neste trabalho, pudemos perceber como o processo discursivo da imprensa é um fenômeno caracterizado pela multiplicidade de sentidos que constroem efeitos reforçadores da estrutura sócio-política vigente. Sua argumentação discursiva sugere que as posições defendidas pela cúpula militar são questões que interessam a toda a nação, igualando assim as conveniências da hierarquia militar com os interesses nacionais. Tal mecanismo, como vimos, dissimula a força política dos militares, cuja base é seu poder de dissuasão representado pelas armas.

O discurso da imprensa também apresenta a posição dos chefes militares como sendo os limites do possível, dentro dos quais os políticos devem negociar os avanços democráticos. Por vezes, este processo discursivo opera pela negação pura e simples, enfatizando os avanços pelos quais a corporação militar passou. Com essa posição, os conflitos são vistos como aspectos isolados da conjuntura política e não como sintomas da estrutura sócio-política.

Podemos assim dizer que o discurso da imprensa sobre os militares é um discurso conservador. Mas também é um discurso que se caracteriza por sua dinamicidade e heterogeneidade. A análise dos

textos da imprensa desse período nos leva a perceber no processo discursivo as contradições existentes, sintomáticas dos choques de interesses no interior da sociedade.

O reconhecimento da tutela militar no processo discursivo da imprensa é, antes de tudo, um sintoma de seu engajamento na formação do consenso. Como outros segmentos da sociedade, a imprensa também tem interesse na manutenção desse consenso que foi trabalhado nos textos como uma necessidade nacional. Nas entrevistas realizadas bem como nos textos do corpus, pode-se perceber uma consciência generalizada entre os profissionais da imprensa de que o equilíbrio do sistema político requeria um consenso amplo que deveria ser preservado a todo custo.

No entanto, isso não significa que o reconhecimento da tutela militar se faz de forma pacífica e homogênea. Ao contrário, este processo discursivo - como vimos - é complexo e se, por um lado, a instituição imprensa trabalha no sentido de não contrariar os interesses essenciais dos chefes militares, por outro, questões menores são debatidas livremente, o que poderia nos levar à conclusão de que nesse processo opera também o dissenso.

Mas não entendemos assim. Conquanto haja variações na política editorial dos vários meios de informação, tais variações não caracterizam, em absoluto, ruptura do processo discursivo. Ao contrário, os sentidos que emergem no discurso da imprensa se fixam e controem efeitos que reforçam o status-quo na medida em que estabelecem regularidades discursivas. Portanto, não nos baseamos, de forma alguma, em textos isolados. A apresentação e a análise de alguns textos - como frisamos - são apenas exemplos do processo. É o

processo mesmo que importa e sua análise é que nos leva a tais considerações.

Esta pesquisa procurou analisar o processo discursivo que opera na instituição imprensa, tornando-a tão relevante na estrutura sócio-política, como produtora de sentidos reforçadores da preponderância dos militares na cena política brasileira. Este desempenho dos militares se baseia no seu papel de tutela que - como vimos - foi construído e legitimado por meio de um consenso forjado por amplos segmentos da sociedade. É neste contexto que a pesquisa deve ser considerada.

A descoberta de que o processo discursivo é algo mais significativo que os textos isolados foi algo que se deu no próprio desenrolar da pesquisa. Acreditamos que as dificuldades iniciais em percebermos como se dá o funcionamento desse processo discursivo, em especial o contexto institucional da imprensa e o próprio contexto sócio-político da sociedade brasileira nos levou a interpretações que tiveram de ser reformuladas à luz de novos dados. Neste sentido, as entrevistas realizadas foram de fundamental importância para a retificação, bem como para a re-elaboração das primeiras hipóteses estabelecidas. Foi este amadurecimento gradual que nos propiciou uma visão mais abrangente do discurso da imprensa.

Ao nos determos na análise do papel dos militares na cena política, estamos selecionando apenas uma perspectiva da realidade sob a qual pode ser vista a questão da democratização na sociedade brasileira. Ainda assim, identificamos um dos aspectos da problemática, que é a construção discursiva desenvolvida pela imprensa. Entendemos que a relevância e a atualidade do tema requerem mais estudos científicos, sobretudo em outras áreas como a História,

a Sociologia e a Ciência Política. Repensar o papel das forças armadas no Brasil permanece uma questão em aberto que ganha peso ao sabor da conjuntura política, o que leva conseqüentemente a uma acomodação diante desta realidade. Torna-se necessária uma análise crítica que contribua para a desmistificação do papel a ser desempenhado pelos militares na sociedade, levando em conta um processo de democratização que se pretende sério, profundo e abrangente.

De igual modo, a democratização da sociedade impõe que se repense a função da instituição imprensa e seu desempenho na sociedade brasileira, cuja marca tem sido o conservadorismo e elitismo, haja vista os obstáculos que se criaram para regulamentar e implementar o Conselho de Comunicação. Já que dispositivos constitucionais recebem tal tratamento, dá para perceber como os avanços democráticos nessa área vão requerer um grande esforço de articulação de todos os segmentos interessados.

Esta dissertação, portanto, surge como uma contribuição teórica ao entendimento do processo discursivo da imprensa. Outras análises tornam-se necessárias com vistas à busca de referenciais que nos forneçam elementos para a compreensão de outros aspectos do fenômeno. Pois, na medida em que se compreende a realidade, é possível buscar-se alternativas à estrutura presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. L'economie des échanges linguistiques. Langue Française, 1977.
- CARONE, Edgar. A República velha, instituições e classes sociais. 2ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- CAVAGNARI FILHO, Geraldo L. Autonomia militar e construção da potência. In: RIZZO DE OLIVEIRA, Eliezer (org.) As forças armadas no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- COSTA, Valeriano M. Ferreira. As forças armadas e a nova ordem constitucional, limites e possibilidades da integração institucional dos militares no regime democrático. CEDEC, 1991, 16.
- DIJK, Teun A. van. Critical news analysis. Critical studies, 1(1), 1989.
- _____. Discourse and power. Communication Yearbook, 12, 1988.
- DIMENSTEIN, Gilberto. Os novos meninos que Deus os tenha. Revista Im- prensa, VI(53), pp. 14-21, 1992.
- DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do estado; ação popular, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DUARTE, Celina Rabello. Imprensa e redemocratização no Brasil. DADOS = Revista de Ciências Sociais, 26(2), pp. 181-195, 1983.
- DUCROT, Oswald. O dizer e o dito (Trad. Eduardo Guimarães) Campinas: Pontes, 1987.
- ETZIONI, Amitai. Análise comparativa de organizações complexas, sobre o poder, o engajamento e seus correlatos. (Trad. José Antonio Parente Cavalcante & Caetana Myrian Parente Cavalcante) Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- FAIRCLOUGH, Norman. Language and power. London: Longman, 1989.
- FERNANDES, Florestan. Nova República? 3ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- FINGUERMAN, Ariel. Reportagem, desafio à mediocridade. In: MEDINA, Cremilda (org.) O jornalismo na Nova República. São Paulo: Summus, 1987.
- FORJAZ, Maria Cecília S. Tenentismo e política, tenentismo e camadas médias urbanas na crise da primeira República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber (Trad. Luiz Felipe Baeta Neves) 3ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

- FOWLER, Roger and KRESS, Gunther. Critical linguistics. In: FOWLER, Roger et al. Language and control. London:Routledge & Kegan Paul, 1979.
- HAGUETTE, T. M. F. Metodologias qualitativas na sociologia. Petrópolis:Vozes,1987.
- HECK, Marina Camargo. The ideological dimension of media messages.In: HALL, Stuart et al.Culture,media,language.London:Hutchinson,pp.122-127,1980.
- KOCH, Ingedore G. Villça. Argumentação e linguagem.2ed. São Paulo: Cortez,1987.
- LAGAZZI, Suzy. O desafio de dizer não. Campinas:Fontes,1988.
- MAGALHÃES, Maria Izabel S. Discurso da mulher à nova Constituição do Brasil. In: MONCLAIRE, Stéphane(org.)À Constituição desejada. Brasília:Senado Federal,pp.143-186,1991.
- MAINGUENEAU, Dominique. Novas tendências em análise do discurso(Trad. Freda Indursky),Campinas:Fontes,1989.
- MARCONDES FILHO, Ciro. Imprensa e capitalismo. São Paulo:Kairos,1984.
- MORAES, João Quartim de. O argumento da força. In: RIZZO DE OLIVEIRA, Eliezer(org.) As forças armadas no Brasil.Rio de Janeiro:Espaço e Tempo,1987.
- MOTA, Célia Maria L. A produção de sentidos no telejornalismo.Universidade de Brasília, dissertação de mestrado inédita,1992.
- ORLANDI, Eni P. À linguagem e seu funcionamento;as formas do discurso.2ed.Campinas:Fontes,1987.
- _____ Discurso e leitura. São Paulo:Cortez,1988.
- _____ Terra à vista. São Paulo:Cortez,1990.
- FÊCHEUX, Michel and FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso:atualização e perspectivas. In:GADET,Françoise and HAK, Tony(orgs.)Por uma análise automática do discurso;uma introdução à obra de Michel Pêcheux(Trad.Bethânia S.Mariani et al.) Campinas:Unicamp,1990.
- FOULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais do estado capitalista Porto:Portucalense,1971.
- RIBEIRO, José Hamilton. E a reportagem na Nova República? In: MEDINA, Cremilda(org.) O jornalismo na Nova República. São Paulo:Summus, 1987.

- RIZZO DE OLIVEIRA, Eliezer. Constituição, forças armadas e autonomia militar. In: RIZZO DE OLIVEIRA, Eliezer(org.)*As forças armadas no Brasil*. Rio de Janeiro:Espaço e Tempo,1987.
- STEPAN, Alfred C. *Os militares:da abertura à Nova República*(Trad.Adriana Lopez & Ana Luíza Amendola)3ed.Rio de Janeiro:Paz e Terra,1986.
- STUBBS, Michael. *Discourse analysis;the sociolinguistic analysis of natural language*.2ed.Oxford:Basil Blackwell,1983.
- THOMPSON, John B. *Studies in the theory of ideology*. Cambridge:Polity Press,1984.
- VARAS, Augusto. *Militarization and the international arms race in Latin America*. Boulder and London:Westview Press,1985.
- WESSON, Robert. *The latin american military institution*. New York: Praeger Publishers,1986.
- WILLIAMS, Raymond. *Problems in materialism and culture*.2ed. London: Verso,1980.

ANEXO I - RELAÇÃO DOS TEXTOS QUE CONSTITUÍRAM O CORPUS DESTA PESQUISA:

REPORTAGENS:

- 1- "DA POLÍTICA AO PORÃO", *Veja*, 2/3/88, pp.28-30.
- 2- "PODER CIVIL MODERA A VOZ NA ANISTIA", *Isto é*, 30/10/85, pp.18-19.
- 3- "A ONIPRESENTE QUESTÃO DA TUTELA", *Isto é*, 7/6/89, pp.32-35.
- 4- "SARNEY CHAMA O URUTU", *Veja*, 18/3/87, pp.20-27.
- 5- "PLENÁRIO DISCUTE O PAPEL DOS MILITARES", *Correio Braziliense*, 3/4/87, p.2.
- 6- "MILITARES ADMITEM MUDANÇA, MAS SEM CASUÍSMO", *O Globo*, 29/8/87, p.3.
- 7- "ANISTIA PODE ADIAR VIAGEM DE LEÔNIDAS", *O Estado de S. Paulo*, p.5.
- 8- "MILITAR PREVÊ MANUTENÇÃO DE SEU PAPEL", *Jornal do Brasil*, 5/4/87, p.2.
- 9- "SABÓIA DEFENDE AÇÃO DE MILITAR", *Correio Braziliense*, 20/8/86, p.5.
- 10- "MILITARES FAZEM 'LOBBY' PARA MANTER ATRIBUIÇÃO", *Folha de São Paulo*, 20/4/87, p.4.

EDITORIAIS:

- 1- "MODERNIZAÇÃO DO EXÉRCITO", *Correio Braziliense*, 23/8/87, p.4.
- 2- "UMA QUESTÃO DE ESTADO", *O Globo*, 22/8/86, p.4.
- 3- "FORÇA ESTABILIZADORA", *O Globo*, 20/8/86, p.4.
- 4- "O PAPEL DOS MILITARES", *O Globo*, 21/8/86, p.4.
- 5- "CONTO DO GOLPE", *Jornal do Brasil*, 25/3/88, p.10.
- 6- "ANISTIA MAL ENCAMINHADA", *O Globo*, 24/10/85, p.4.
- 7- "A PERDA DA VISÃO DO ESTADO", *O Estado de S. Paulo*, 24/6/87, p.3.
- 8- "CONTER OS RADICALISMOS", *O Estado de S. Paulo*, 28/11/87, p.3.
- 9- "O PREÇO DA IMPREVISÃO", *O Estado de S. Paulo*, 29/10/85, p.3.
- 10- "OS MILITARES E A ANISTIA", *Folha de S. Paulo*, 16/10/85, p.2.

ARTIGOS ASSINADOS:

- 1- "FORÇAS ARMADAS TEMEM REPRESÁLIA"(Z.A.), O Estado de S. Paulo, 27/3/88, p.5.
- 2- "APARIÇÕES EM BRASÍLIA"(A.N.), O Estado de S. Paulo, 27/3/88, p.5.
- 3- "MILITARES FALAM EM ON"(L.M.N.), Correio Braziliense, 15/7/88, p.2.
- 4- "A INQUIETAÇÃO MILITAR"(R.N.), Jornal do Brasil, 7/10/85, p.2.
- 5- "LEÔNIDAS DECIDIU POR SARNEY"(R.N.), Jornal do Brasil, 12/11/88, p.11.
- 6- "MILITARES COORDENAM MELHOR"(L.M.N.), Correio Braziliense, 30/3/89, p.2.
- 7- "OS PERIGOS DO AMÉM"(A.N.), Jornal do Brasil, 4/10/87, p.11.
- 8- "COISA DE MILICO"(C.A.S.), Jornal do Brasil, 22/9/88, p.11.
- 9- "SILÊNCIO NA VILA"(N.M.) O Estado de S. Paulo, 25/8/88, p.2.
- 10- "AS FORÇAS ARMADAS E SUA FUNÇÃO INSTITUCIONAL"(N.R.), Folha de São Paulo, 2/9/87, p.3.

ANEXO II- RELAÇÃO(*)DOS ENTREVISTADOS QUE CONTRIBUÍRAM PARA ESTE TRABALHO:

- 1- ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
- 2- ANTONIO CARLOS PEREIRA
- 3- ARTHUR PEREIRA
- 4- CARLOS CHAGAS
- 5- ETEVALDO DIAS
- 6- ELIEZER RIZZO DE OLIVEIRA
- 7- GUILHERME EVELYN
- 8- LUIS ADOLFO PINHEIRO
- 9- PEDRO PAULO REZENDE
- 10- ROBSON BARENHO
- 11- TÂNIA MONTEIRO
- 12- ZENAIDE AZEREDO

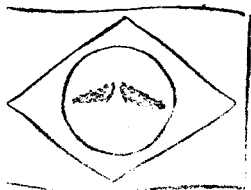
(*)- Os nomes dos entrevistados estão dispostos em ordem alfabética

ANEXO III- Nas páginas seguintes, o leitor pode encontrar a íntegra dos textos da imprensa que compõem o corpus restrito da pesquisa, cuja análise é apresentada no capítulo 3. Os textos estão dispostos na seguinte ordem:

- 1) "DA POLÍTICA AO FORÃO"
- 2) "PODER CIVIL MODERA A VOZ NA ANISTIA"
- 3) "MILITAR PREVÊ MANUTENÇÃO DE SEU PAPEL"
- 4) "OS MILITARES E A ANISTIA"
- 5) "UMA QUESTÃO DE ESTADO"
- 6) "SILÊNCIO NA VILA"
- 7) "MILITARES COORDENAM MELHOR"

Poder civil modera a VOZ na anistia

Discussão da Constituinte pára quando chefes militares se negam a rediscutir acordo



O presidente José Sarney nunca se sentiu tão desconfortável em sua poltrona no Palácio do Planalto como na semana passada. Uma sucessão de

contratempos mostrou-lhe com uma ponta de crueldade que o corpo do combate político e administrativo é bem mais rude do que podia imaginar quando trabalhava de outro lado da moeda.

Os primeiros meses do presidente da República para convocar a sua Constituinte. Nesse mesmo período, Sarney descobriu que não é tranquilo implantar programas de cunho social sem uma cirurgia no aparelho do Estado. E muito menos fortalecer os alicerces do poder civil num governo sem rosto próprio, após vinte anos de regime militar com feições bem-definidas.

Os constrangimentos começaram na segunda-feira, quando vazou a notícia de que um documento confidencial, elaborado pelo Ministério do Planejamento, denunciava a incompetência de vários setores do governo para executar com presteza a coleção de dez programas de emergência com os quais Sarney pretende marcar sua atuação na área social (leia a reportagem na página 20). Mais que a irritação dos ministros atingidos pelo diagnóstico, ficou claro que as manobras da reforma ministerial estão avançadas, provavelmente com o conhecimento do presidente.

Na terça-feira, enquanto voava para São José dos Campos (SP), onde assistiria ao voo inaugural do caça AMX, fabricado pela Embraer em consórcio com

duas empresas italianas, Sarney sentiu que também a convocação da Constituinte lhe daria fezes e dores de cabeça. O governo livrou-se da semana anterior do substituto do deputado paulista Flávio Birenboich, que era outro dos militares

responsáveis pela Constituinte. Mas teve de administrar uma emenda mais explosiva, cunhada pelo gaúcho Jorge Uequed, que pretendia dar uma anistia ampla, geral e irrestrita

aos militares punidos desde 1964, com indenização e reincorporação à tropa.

O governo e suas lideranças já haviam acertado com os ministros militares uma anistia parcial. Nos longos serões em que deputados e senadores sem comando patinaram sobre questões constitucionais que pouco interessam aos seus eleitores, esse acordo foi rapidamente esquecido e a Nova República teve de amargar o primeiro *não* dos militares — para desgosto de Sarney, a quem os líderes civis ainda recusam obediência e, muitas vezes, respeito. O PMDB rachou ao meio durante a noite de terça para quarta, e seu presidente, deputado Ulysses Guimarães, subiu ao muro para observar a situação com os olhos numa futura síntese. Os fatos, porém, se precipitaram e a questão da anistia dos militares passou a ser mais importante que a própria Cons-



Sarney entre Leónidas e Saboya, sem concessões

tituinte — que acabou na geladeira, já com a reforma tributária, também em vista na pauta do Congresso na semana passada.

Os ministros militares manifestar-se inflexíveis quanto ao acordo feito com a Aliança Democrática. O coronel Alfredo Pelleggrini, assessor parlamentar do Exército, confabulara durante semanas com as lideranças do governo, tramitando os limites aceitáveis pela Força no caso da anistia. Com base nisso se fez o acordo, que garantia restauração no posto dos militares afastados em 1964, desde que continuassem na reserva. Na quarta-feira, o general Leónidas Pires Gonçalves deu a pista da situação: "Eu já tenho o meu acordo; ou eu não aceito". A Marinha e a Armada endossaram esta posição. O Congresso foi invadido por rumores

que os ministros militares poderiam renunciar caso passasse a emenda Ueque, para não serem obrigados a cumpri-la.

À tarde, quando o tumulto no Congresso parecia irreversível, o presidente convocou uma reunião do Conselho Político. "Nessa questão, o problema é das lideranças", disse ele. "Não admito concessões. Vocês fizeram um acordo com os ministros militares e agora terão de cumpri-lo. É para isso que existem os acordos. Eu não vou abrir nenhuma porta de negociação." Diante da insistência de seus interlocutores, Sarney rebateu: "Se não aprovarem a emenda, o problema será do Congresso. Eu cumpro a minha parte. O governo vai continuar com ou sem Constituinte". A emenda Ueque foi

cisa de uma forte base parlamentar e partidária, que tanto poderá ser fornecida por um PMDB amplamente vitorioso nas eleições municipais de 15 de novembro como pela articulação de um novo partido, caso a principal agremiação do governo sofra um abalo comprometedor.

Sarney precisa de respaldo até mesmo para fazer a reforma ministerial que deseja. Essa tarefa parecia tranqüila há alguns meses, quando quinze ou dezesseis ministros eram identificados como prováveis candidatos às eleições de 86 - e portanto sairiam do governo por iniciativa própria. Hoje, há no máximo uns sete ou oito dispostos a correr riscos nas urnas. Antigos candidatos a candidato, como Almir Pazzianotto, do Trabalho, Afonso Camargo, dos Transportes, Ro-

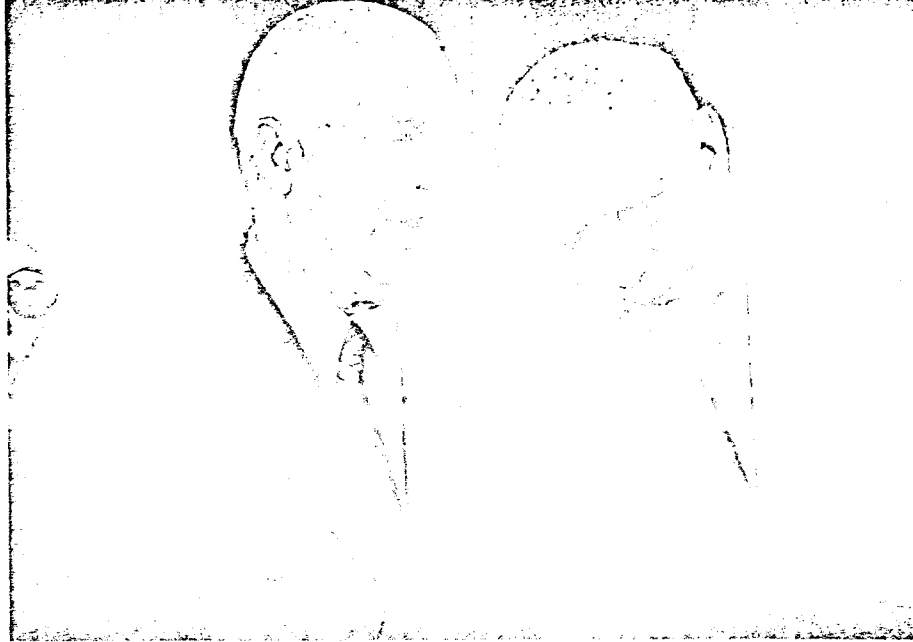
votações, mostrando que, enquanto o PMDB rachava ao meio e o PDT juntava ao PDT e ao PT numa frente contra o governo, seu partido com apoio maciço às posições do Plano "Ganhamos um crédito para a forma ministerial", disse o senador Jorge Bornhausen, presidente do PMDB. "Fomos capazes de cumprir o acordo com o governo. Espero que nossa participação seja maior quando vier a forma ministerial." Bornhausen disse que seu partido precisa correr atrás dos outros, porque tem perspectivas mínimas de sucesso nas eleições de novembro.

O PMDB tem pouco tempo para tratar as feridas abertas na semana passada, vítima de uma crise que se iniciou pelo deputado Ulysses Guimarães

RICARDO CHAVES



Coronel Pellegrino: deu o recado



Antônio Carlos Magalhães (com Ulysses) agora vai ficar

liquidada ao amanhecer de quinta-feira (leia página 22), mas é certo que, naquela madrugada, o general Leônidas ainda telefonou ao presidente, para lhe dar conta de sua inquietação.

Para Sarney, o caminho junto com os atuais partidos soa cada vez mais penoso. Tanto assim que antes mesmo do resultado da votação ele já tratava de iniciar um trabalho de costura política junto a trinta parlamentares escolhidos por sua capacidade de aglutinar e influenciar colegas, como é o caso de Thales Ramalho, do PDS, e Hélio Duque, da ala esquerda do PMDB. Emissários do Planalto trabalham junto a esses líderes de fato com a idéia-chave de que o presidente precisa administrar o país independente da carregada agenda eleitoral dos próximos três anos. E vai fazê-lo com ou sem os novos partidos. Ele pre-

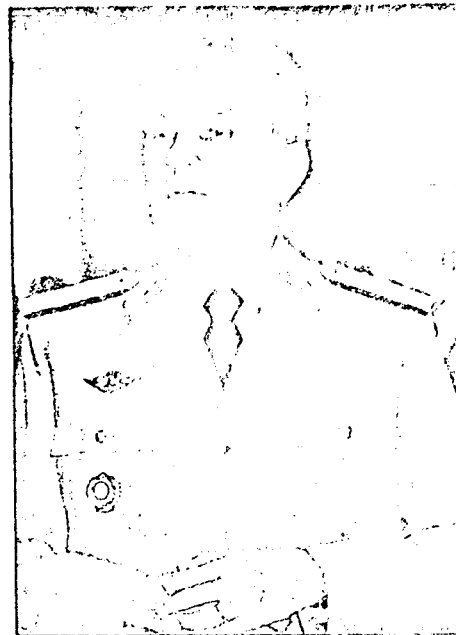
berto Gusmão, da Indústria e do Comércio, e Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, estão cotados agora entre os que desejam continuar nos atuais postos.

Para evitar maiores traumas nessa cirurgia que deseja e lhe parece inevitável, Sarney está sendo aconselhado a fazer a reforma ministerial enquanto o Congresso não retorna aos trabalhos legislativos do próximo ano. Antes de março, portanto, o presidente fará comunicar aos indesejáveis que podem ir embora dizendo que não quiseram continuar. O jogo de pressões já começou. Tanto assim que a Frente Liberal apresentou ainda na sexta-feira passada a nota fiscal do seu bom comportamento na questão da Constituinte. O líder do PFL, deputado José Lourenço, enviou a Sarney uma estatística das diversas

cauêntização poderá se dar através das eleições municipais, mas o partido precisa vencer o preconceito de seu governo. "É preciso assumir o ônus", vertiu Ulysses na sexta-feira, quando viu cobrado por seu companheiro bancada por ter revertido seu voto em princípio favorável à emenda Ueque. Na verdade, ele mesmo fraquejar não seguir a orientação do governo na primeira votação. Apesar do desgosto pode se recuperar até março e consolidar a presidência do partido. A única vitória definitiva da semana passada parece o líder Pimenta da Veiga, mineiro, ali por Tancredo Neves, sua única fonte de poder. Sozinho, esse jovem deputado tem dificuldades mesmo para assimilar ventos contrários. Tanto que na sexta-feira sentenciou: "Foi um dia de guerra para o PMDB".



Passarinho: "Só não percebem o perigo os que querem negar o óbvio"



Leônidas: contra eleições em 1988

MILITARES

Da política ao bofão

*Leônidas defende seis anos
Passarinho alerta para o risco
Helvécio relembra atentados*

A participação dos militares na vida política do país, um tema que engorda e emagrece mas nunca deixa o palco, voltou a desfilhar com vigor na semana passada. No Rio de Janeiro, o general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, afirmou que a atual Constituição assegura um mandato de seis anos para o presidente José Sarney, num momento em que os mais empenhados defensores do presidente batalham por cinco anos e a tese dos quatro corre na frente, dentro da Constituinte e fora dela. "Constitucionalmente, esse direito é líquido e certo", disse Leônidas. "Eu, pessoalmente, julgo da maior impropriedade uma eleição em 1988", acrescentou. Em Brasília, o senador pedessista Jarbas Passarinho, ex-coronel e ex-ministro em três pastas durante o governo militar, ocupou a tribuna para fazer um retrato sombrio da situação nacional e alertar o país contra o risco de um retrocesso institucional, a que deu o nome apropriado. "Fala-se em retrocesso político para esconder, ao abrigo de um eufemismo, a referência funesta a golpe de Estado", afirmou Passarinho. "Só não percebem o imenso perigo que ameaça o tecido social brasileiro os que querem negar o óbvio."

Entre os discursos, a especulação sobre a possibilidade de um golpe são temas mais ou menos rotineiros na conturbada arena política que se instalou no país nos últimos tempos. No entanto, pela origem dos dois discursos, o de Leônidas e o de Passarinho, é inevitável a tentação de somar os temores de um com as preferências do outro. Ao torcer publicamente contra eleições este ano, o ministro Leônidas, dono de uma frota de Urutu, espalha preocupações entre os constituintes que, em Brasília, têm como uma de suas funções próximas definir a duração do mandato presidencial.

Num momento em que Sarney lança acusações ásperas contra a Constituinte que quer amputar-lhe o mandato, o reforço do general Leônidas à tese, não dos cinco, mas dos seis anos, pouça sobre esse debate de calendário com um tom inadequado. Sempre que um ministro do Exército faz escolhas políticas, ele carrega no seu movimento a sombra de todo arsenal que controla. Em uma trilha diversa e mais compatível com suas funções de chefe militar, Leônidas decidiu, na semana passada, mandar ao Superior Tribunal Militar os processos que envol-

vem os capitães Fábio Passos e Messias Bolsonaro — envolvidos em atentados terroristas — e o major Al...

...falar agora sobre crimes do passado que tiveram sua participação. Os crimes e atentados cometidos no Rio de Janeiro em fins dos anos 60 e as revelações sobre eles foram feitas pelo coronel da I serva Luiz Helvécio da Silveira Leites, um dos criadores do Centro de Informações do Exército, em 1967, e ex-integrante do Serviço Nacional de Informações. A entrevista é assinada pelo jornalista Ayrton Baffa, que recentemente div



POISSON DE FREITAS/AG. O GLOBO

O coronel Helvécio: bomba na Civilização e no Opinião

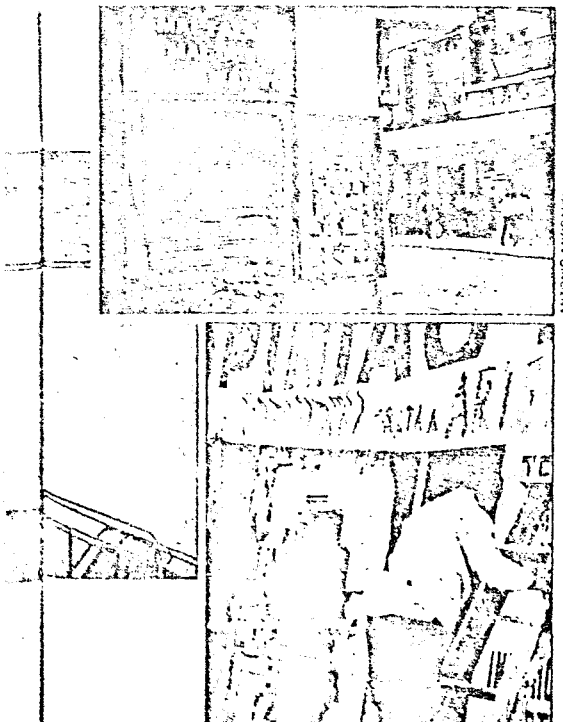
gou documentos secretos do SNI, recebidos de fonte mantida por ele no anonimato.

Sempre se soube que a mão de integrantes da comunidade de informações andou por perto de uma série de atentados cometidos no país. A novidade do depoimento do coronel Helvécio está na clareza com que ele se vincula a esses atentados numa fase em que servia no CIE. Helvécio conta que, entre 1967 e 1970, teriam sido executadas mais de cinquenta operações clandestinas no país, entre elas atentados a bomba. "Certa ocasião, realizamos operações contra teatros que, fugindo da ética artística, ingressavam com espetáculos contra o regime", relembra ele no depoimento.

Em meados de 1968, por exemplo, explodiu-se uma bomba no Teatro Opinião, no Rio de Janeiro, que encenava a peça *Liberdade, Liberdade*. "Foi tentado deixar bomba de retardo dentro do teatro, para explodir após a sessão", conta o coronel. E vai adiante: "Eles estavam com uma vigilância muito aguçada sobre nossos agentes. Optou-se então por uma destruição total. Numa madrugada de chuva, com algumas cargas ocas e molotovs, destruímos o teatro". Vinte anos depois, Flávio Rangel, um dos autores da peça apresentada naquela ocasião pelo Opinião, espanta-se com a revelação e admira-se da assinatura que o coronel Helvécio coloca de maneira tão sóbria no assassinato. "Sabíamos que essas ações eram planejadas por grupos radicais da linha dura, mas faltava alguém que assinasse a autoria", diz ele. "Em um país civilizado, esse coronel já estaria preso."

CIVIS RECRUTADOS — Outro teatro visado, o Maison de France, também no Rio, foi incendiado em julho de 1968 e, três meses depois, em outubro, explodiu uma bomba na livraria e editora Civilização Brasileira, que, segundo Helvécio, "recebeu seu castigo devido". "Esse coronel está com excesso de consciência tardio", diz o editor Ênio Silveira, da Civilização Brasileira. "Ele deve ser executado." Os grupos responsáveis por essas ações eram formados, conforme o coronel, por capitães, majores, tenentes, sargentos e muitos civis. Os civis eram recrutados e organizados em brigadas anticomunistas, conseguiam explosivos, faziam bombas e as explodiam. Também se procurou atrair para esses grupos estudantes, que eram ensinados a atirar e fazer bombas. "As moças aprendiam com interesse fora do comum", diz Helvécio. "Muitos sábados e domingos passávamos numa fortaleza desativada, no Rio, dando-lhes instruções de tiro, confecção de petardos, de coquetéis molotov." O mais espantoso nas revelações feitas pelo coronel Helvécio, que na semana passada recolhia-se a uma fazenda no Rio Grande do Sul e não exibia nenhuma disposição de comentar sua participação no trabalho dos porões da ditadura, é que ele acaba por fazer acusações graves contra si próprio. Como se tratasse de coisas rotineiras e não de crimes, fala de atentados, ressaltando o cuidado dos autores em não causar ferimentos em pessoas e destruindo os bens materiais, como se fosse uma questão de ordem pública no período. Não se sabe até onde Helvécio abriu seu arquivo de lembranças, mas tem-se conhecimento de atentados com vítimas humanas.

Não é a primeira vez que o coronel resolve se manifestar publicamente. Em 1983, quando estourou o escândalo da Capemi, Helvécio foi à Justiça na condição de diretor da empresa para contar que o SNI estava planejando irregularidades na exploração de madeira da hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, num caso que ficaria famoso. Dois anos depois, voltou à carga contra o SNI, quando decidiu fazer uma investigação paralela junto com um grupo de companheiros, numa tentativa de esclarecer o assassinato do jornalista Alexandre von Baumgarten, de quem era amigo. Nessa investida, chegou a fazer acusações contra o general Newton Cruz, a quem responsabilizou pela morte de Baumgarten. "Ele negou as acusações depois", afirma Cruz. "Tenho um desmentido assinado por ele. É um verme", diz Cruz. Curiosamente, Helvécio, que sempre atirou para longe, desta vez apresentou-se como alvo.



ANTÔNIO AMORALE

Militar prevê manutenção de seu papel

O PMDB e o PFL não vão querer se desgastar na Constituinte com a discussão do papel das Forças Armadas, segundo previsão do professor Geraldo Cavagnari, do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas: preferirão deixar as coisas mais ou menos como estão. Cavagnari, que era coronel do Exército, e está na reserva desde o ano passado, acha que a designação do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) e do deputado Francisco Viana (PMDB-BA) para presidente e relator da comissão que trata do assunto — a Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições — mostra isso claramente: "Os dois são notoriamente favoráveis à intervenção das Forças Armadas na política interna e não é provável que proponham mudanças substanciais nesse terreno."

O professor da Unicamp

é um oficial que conquistou projeção por defender posições contrárias à intervenção militar na política, mas não censura o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, por ter negociado essa composição da comissão. Acha que a atitude de Covas é correta: "Por algum tempo, a realidade brasileira não permitirá que o texto constitucional tenha eficácia. Mesmo que a intervenção das Forças Armadas para garantir a ordem interna não seja prevista, ela poderá acontecer. Não adianta fazer disso um batalhão de batalha"

Geraldo Cavagnari foi um dos participantes de um debate promovido pelo Núcleo de Estudos Estratégicos e organizado pelo Relatório Reservado sobre Os Militares e a Política, transformado em número, especial do semanário e objeto, nesta semana, de lançamento nacional. Participaram também o vice-almirante Mário César Flores, diretor de Ensino da Marinha e representante das Forças Armadas na Comissão Afonso Arinos, o general Rubem Ludwig, chefe do Gabinete Militar do presidente João Figueiredo, e os professores Eliezer Rizzo de Oliveira, Eúrico Figueiredo e João Quartim de Moraes.

Luiz Alberto Bettencourt, diretor da publicação e moderador dos debates, resume as conclusões: "Os militares continuam a tutelar a política nacional, na Nova República, porque as Forças Armadas dispõem de autonomia em face da sociedade. O desafio é a democratização da sociedade brasileira, profundamente autoritária e desigual. Para isso, civis e militares precisam dialogar sem preconceitos."

Luiz Alberto diz que este ano o Relatório Reservado promoverá mais dois debates que se transformarão em números especiais: sobre o que seria uma política econômica da transição democrática e sobre a política externa brasileira, que, na opinião do jornalista, perdeu o rumo há alguns anos.

Outro debate sobre militares será realizado pelo Núcleo de Estudos Estratégicos na Unicamp no dia 23, desdobrado em dois temas: Papel Constitucional das Forças Armadas e Controle Democrático das Forças Armadas. Participarão o

general Octávio Costa e o almirante Armando Vidigal, ambos da reserva, os professores Francisco Weffort, René Dreiffuss, Luciano Martins, João Quartim de Moraes, Eliezer Rizzo de Oliveira e Geraldo Cavagnari, e os jornalistas Luiz Alberto Bettencourt e Mimo Carta.

MILITARIZAÇÃO

Será o primeiro debate sobre esse tema durante o funcionamento da Constituinte. Segundo Geraldo Cavagnari, na elaboração da nova Carta a atuação deve se dirigir para a "desmilitarização dos principais órgãos de decisão na área de segurança".

Trata-se do Conselho de Segurança Nacional, do SNI e do Departamento de Ordem e Disciplina, que, segundo Cavagnari, é o único setor do Ministério da Justiça que tem "alta dose de militarização". O coronel diz que o Conselho de Segurança e o SNI são formalmente entidades civis, mas na prática, excessivamente ligadas às Forças Armadas.

"Não por causa da presença de militares, que é compreensível", explica, "mas pela vinculação às estruturas militares, tão forte que os torna mais leais às Forças Armadas do que ao presidente da República." E os militares, completa, têm demonstrado sua preponderância em episódios decisivos da transição:

"Conseguiram resistir à campanha das diretas já, conseguiram fazer com que a transição fosse negociada e lhes deixasse amplos espaços de influência, e vão ganhar a terceira batalha, a da Constituinte, porque são organizadas e mostram extrema competência no relacionamento com os parlamentares."

Os militares e a anistia

FSP 16.10.1985, 1.º b2

Enquanto a maior parte dos temas envolvendo a questão da convocação da Constituinte recobre-se de polêmica e exige das lideranças partidárias penosos esforços de imaginação, quando não se precipita em aberto impasse, é num saudável clima de serenidade e desarme de ânimos que se tem procurado um entendimento quanto à reintegração aos quadros das Forças Armadas dos cerca de sete mil militares, entre oficiais e praças, cassados pelo movimento de 1964. Este assunto entrou em discussão com a subemenda do deputado Jorge Uequet (PMDB-RS) — uma das propostas enviadas à comissão mista que estuda a emenda convocatória da Constituinte — que pretende corrigir uma omissão da Lei de Anistia de 1979, restituindo aos militares punidos a parte profissional de seus direitos não devolvidos pela lei que lhes deu de volta a plena cidadania.

Ninguém negará a justiça dessas reivindicações; há, contudo, uma série de dificuldades para sua viabilização prática. Problemas administrativos e técnicos, como o fato de não terem cursado escolas especializadas ou ultrapassado os níveis centrais de formação tornam improvável a plena reintegração dos anistiados no serviço ativo das tropas.

As negociações com vistas a uma saída consensual indicam o sentido da reincorporação dos cassados, desde que remetidos automaticamente para a reserva ou reformados, não sem antes promovê-los aos postos que, em carreiras normais, atingiriam. Pendente, ainda, está a indenização por eles exigida pelos anos de afastamento compulsório da caserna — cuja cifra, só no Exército, atingiria algo como um trilhão de cruzeiros —; tudo leva a crer, entretanto, que ao menos a regularização do recebimento dos vencimentos correspondentes aos novos postos está bem encaminhada.

Foi também numa discussão distante das radicalizações apaixonadas que se tornou possível a aprovação pelo Senado Federal do projeto de lei do senador

Itamar Franco (PMDB-MG), que devolve aos militares na reserva ou reformados o direito de se pronunciarem publicamente sobre qualquer assunto, exceto os de "natureza militar de caráter sigiloso".

Estes dois acontecimentos, distintos quanto à natureza e ao âmbito de preocupações que os motivaram, merecem todavia ser aproximados na medida em que parecem confirmar a escolha do caminho das negociações responsáveis e serenas, longe dos tensos debates paralisados pelo dogmatismo ou pela irreflexão, como a maneira com que está sendo consolidada a normalização das relações entre o poder civil e a corporação militar. Acima dos ressentimentos e das interferências políticas, assuntos reconhecidamente delicados encaminham-se por soluções de consenso; nada melhor para um País cuja história política deu, em diversas ocasiões, preocupantes sinais de imaturidade e de resistências a aprender com os episódios do passado. É dentro de um espírito avesso a acertos de contas extemporâneos ou a exacerbações indevidas que se deve tratar de todos os assuntos que, mesmo

no âmbito da história da terra, não podem deixar de participar das equações políticas e institucionais da atualidade.

É esse mesmo espírito de serenidade e equilíbrio que deve orientar o tratamento de todos os episódios que, envolvendo membros das Forças Armadas, não podem ser tomados como representativos de qualquer julgamento sobre a instituição como um todo. Se é o caso, por exemplo, de reabrir as investigações em torno do Riocentro, para lembrar o mais marcante dos atentados políticos posteriores à anistia, importa fazê-lo, assim, não para repetir o clima de precipitação que parece dirigir o caso Baumgarten, mas para que, com o mesmo sentido de maturidade política evidenciado nas discussões institucionais a que fizemos alusão, quaisquer prejulgamentos, paixões veementes e extrapolações apodadas não venham a tumultuar a busca criteriosa da verdade.

Uma questão de Estado

JÁ REM ANTES de surgir no horizonte a perspectiva da transição política — brecha aberta pela habilidade de Tancredo Neves depois do impacto da campanha das diretas já e da rejeição, pelo Congresso, da emenda constitucional que encampava a bandeira — a maioria dos chefes militares não escondia ter forte motivo para defender rápido desengajamento das funções políticas.

O ATRELAMENTO da força armada à administração pública inibiu o processo de modernização das três Forças e ameaçava com o obsoletoismo boa parte do equipamento militar disponível. A retomada da profissionalização era, assim, exigência indispensável e inadiável mas tornada impossível pelo comprometimento das arcas militares com os gastos governos revolucionários haviam comprimido despesas nas suas áreas de origem. Sendo o regime de base militar, sentiram que seria imperioso retirar-lhe qualquer conotação militarista.

A DECISÃO, que tinha conteúdo de bom senso, exagrou na desagem e acabou submetendo as contas militares a reajustes homeopáticos, muito abaixo do vendaval inflacionário que, com freqüência nos últimos anos, varreu a economia do País.

A SITUAÇÃO de penúria atingiu mais o Exército e a Ma-

rinha, impedidos de investirem não só na absorção de tecnologias externas mas até na atualização do equipamento. Se tivermos em mente que, no custo de adestramento de tropas, o mais barato é o equipamento e o mais caro a munição e o combustível, teremos idéia precisa do aperto a que estavam submetidos os orçamentos. Do ponto de vista da tropa, mostra-se deletério o efeito da impossibilidade de adestrar-se adequadamente.

NESSE quadro, relativa exceção foi a Aeronáutica que, estimulada pela boa gestão de suas iniciativas empresariais — centradas na Embraer — tinha uma espécie de bateria própria que, permanentemente, alimentava o esforço tecnológico e de pesquisa.

NO SEGUNDO ano do Governo da Nova República, a questão deve ser posta em outros termos. É hora de retomar o sentido modernizante que o reaparelhamento militar embute, dedicando-lhe verba compatível com as necessidades de investimento.

O INCHAMENTO da comunidade de segurança e informação sugou recursos que agora podem voltar a ser canalizados para o reequipamento e adestramento da pessoal. Teremos, com isso, importante apoio ao esforço principal, que é pleitear meios para que as três Forças

mantenham sua condição de responsáveis pelo sistema de defesa do País.

NÃO se trata, entretanto, de pura e simplesmente ampliar orçamentos. Nem os dirigentes das Forças Armadas defendem tal posição. Querem eles o diálogo com a sociedade civil, através dos canais competentes, para dissipar preconceitos em torno do gasto militar. Querem que o Congresso deixe de vetar ou aprovar números que totalizam despesas para analisá-las, qualificando-as.

ESSE é um desafio a que os parlamentares não devem deixar de responder positivamente. Os orçamentos militares, assim como outros referendários, devem passar por uma avaliação. Não inte assom apenas aos que vão desembolsar os recursos aprovados. Interessam à sociedade que, por seus representantes, deve se preparar para debater o que lhe é apresentado sem o automatismo de vetos ou sanções desarrazoadas.

O PAPEL das Forças Armadas, de guardiãs das nossas fronteiras, garantidoras da paz interna e formadoras de cidadãos, não pode ser adequadamente desempenhado num quadro de amesquinhamento orçamentário como o que até agora elas se têm submetido.

Silêncio na Vila

NERTAN MACEDO

O "golpe militar" é algo tão brasileiro quanto o bumba-meu-boi ou o saci-pererê. Só que por ora não tem qualquer possibilidade de ocorrer, apesar das especulações dos que continuam a resolver os problemas do Brasil e do mundo nos botecos ou nos varandões da burguesia nacional metida a esquerdista. Não há nada iminente no horizonte, como já ocorreu em 1937, em 1964 ou no "movimento de retorno aos quadros institucionais urgentes", que Lott proclamou nos anos 50.



Quetram ou não os mais otinistas, contudo, sempre pairam no ar certas perspectivas que, caso a situação piore em futuro próximo, ensejariam novamente o popular grilo de guerra de políticos e burocratas profissionais, com a tradicional cantilena: "A vila (Militar) está descendo!"

Ninguém acredite, ainda que ouça, que há canhões a caminho da cidade. Eles, os militares, até janeiro pelo menos estão mesmo preocupados com o alfaiate, já que o elemento principal do Exército recebe

salário que os militares esperam e que, devido à inflação, os ministros aguardam seus salários subirem para que encorrem o rico fato. Apropriado, aliás, a exército mais próspero e a países de moda mais estável. É esse tipo de preocupação da tropa que não dá à esquerda atualmente motivo overnight para temer e tal golpe com que tanto sonha para dar um pouco de movimento à vida, motivar novas campanhas civicas, novo êlan à mediocridade ambiente.

A despeito do que se diz, a única oportunidade real de restauração do golpismo é a eleição, indesejada pela tropa de Leonel Brizola à Presidência da República, por mais que se alegue em contrário. Nesse caso, nenhum dos atuais ministros militares seriam obedecidos em nome da "legalidade" e do arremedo de democracia de Ulysses e Sarney. O presidente, justiça seja feita, jamais acreditou mesmo nessa história de que é o "comandante supremo das Forças Armadas". Não acredita também, por sinal, nesse tipo de liderança no Exército, nem mesmo por parte do seu atual ministro.

Brizola, no entanto, continua sendo o bicho-papão da jovem oficialidade, capitães e majores historicamente identificados com os idos de 1922. Só desses, aliás, sairá qualquer reação no prazo que a hiperinflação e o esquerdismo constituinte determinarem. Entre os coronéis e tenentes-coronéis, após os acontecimentos de Apucarana e com o capitão Bolsonaro, instalou-se a epidemia da "generalite aguda". Com essa perspectiva, para que pensar na nação ou em Brizola?

Só que há fatos novos: o nacionalismo já não é a cegueira da jovem oficialidade e tampouco o contingente que a forma hoje em dia provém do atraso dos sertões. Além do mais, há uma conclusão melancólica: falhou a promessa da Nova República de que o Exército seria até 1990 uma força poderosa, moderna e sofisticada, eficaz na defesa interna e externa e contando para isso apenas com material bélico nacional, e até estrangeiro, se nossa indústria não fosse capaz de reproduzi-lo. Esse plano, mais conhecido como o PI-90, acenando com o verdadeiro profissionalismo da tropa, foi finalmente destruído pelo infante e não há como cumprilo na prática determinada.

A nação, na verdade, não possui e não satisfaz a mesma necessidade de segurança que os países desenvolvidos — que têm a tecnologia — ou melhor, a capacidade de produzir a tecnologia.

Os militares, no entanto, não são os únicos que se preocupam com a segurança. Há também as poderosas estruturas do faz-de-conta de um ministro conservador. Há informações precisas sobre tudo isso, mas para a tropa elas não chegam via SNI do general João de Souza Mendes, conhecido entre seus pares como o "nosso Ivan" de dupla militância: castrense e peemedebista. A história dos "patetas", contudo, não foi ainda absorvida. Menos pelos personagens classificados como tal, mais pela necessidade de manutenção da dignidade dos cargos. A tropa discute também a responsabilidade dos "exterminadores" de lideranças naturais em seu seio. Muitos que acreditavam que esse tipo de gullhotina foi armada por Castello Branco, sabem hoje que a obra foi dos irmãos Geisel (Ernesto e Orlando). Só assim, segundo pensam, ficaria explicada de vez perante a história a chegada ao poder do general João Figueiredo. É assunto para meditação profunda dos que têm o hábito salutar de ler história contemporânea do Brasil.

Nertan Macedo é jornalista e escritor.

LEONARDO MOTA NETO

Militares coordenam melhor

O Governo perde pontos em todas as áreas coordenadas por civis ou tecnocratas, e mostra-se mais coeso nos setores em que os militares administram as questões políticas. Esse paradoxo, verdadeiro contra-senso num regime civilista, demonstra as falhas da elite burocrática recrutada para servir ao governo da transição. Os militares souberam coordenar com paciência e senso prático a questão do meio ambiente, e ontem no Palácio do Planalto o ministro do Gabinete Militar, general Rubem Denys, presidiu uma reunião com governadores da Amazônia para tratar do assunto ambiental e do próximo lançamento do programa "Nossa Natureza", que ainda recebe reparos das lideranças políticas regionais.

Mas nada disso parece ser obstáculo para o governo, que há tempos, em Manaus, preside um conselho paritário com os mesmos governadores, ecologistas e técnicos. Poucos dias atrás atravessou a Praça Três Poderes e foi ao Ministério do Interior para uma conversa em profundidade sobre temas estratégicos. Hoje, estará no Itamarati ao lado do presidente Sarney e do ministro João Alves para a abertura da reunião de ministros do meio ambiente da América Latina e Caribe.

Outra área controlada pelos militares e que evidencia sinais de coordenabilidade é a da Ciência e Tecnologia, que passa para o Palácio do Planalto, com novo titular ontem escolhido e que receberá status de ministro. O tratamento a ser dado à nova Se-

cretaria terá o mesmo nível do dispensado à SEI. O Conselho de Assessoramento de Defesa Nacional (SADEN), sucedâneo do Conselho de Segurança Nacional, por sua vez, vem coordenando a área nuclear, com o desenvolvimento de um novo plano nacional que leva em conta as repercussões gerais para as áreas energéticas e ecológicas geradas pela operação de usinas nucleares. A Marinha está ocupada em Iperó, no procedimento científico para encontrar tecnologia própria para o combustível nuclear.

Presentes nesses setores políticos do Governo, os militares também se ocupam: a instalação do processo de produção e montagem na região amazônica através do projeto "Galha Norte". Aeronáutica desenvolve esforços no campo espacial e entra na produção de seu primeiro jato supersônico, o MX-33, o primeiro brasileiro.

também não é a visão dos carros de combate "Osório", fabricados pela Engesa, vencendo as dunas dos desertos da Arábia Saudita.

São esses militares de 1989 que não pensam neuroticamente na tomada do poder aos civis. Diferentes dos de 1964, o mundo para eles é o da modernidade científica e tecnológica, dos desafios da estratégia contemporânea. Mais que corporação, transformaram-se num corte da sociedade, com sua oficialidade média e superior sofrendo e sentindo os efeitos da voragem inflacionária que assalta e assusta a classe média.